



VEREDAS DO JORNALISMO PÓS-PANDEMIA: Desafios e janelas abertas depois do pesadelo



JOSÉ PEDRO SOARES MARTINS



JOSÉ PEDRO SOARES MARTINS

Jornalista, escritor e produtor de conteúdo. Formado em Jornalismo pela Unimep, de Piracicaba, tem mais de 40 anos de profissão e trabalhou ou colaborou em diversos veículos, como Agência Ecumênica de Notícias, jornais “O Diário” (Piracicaba) e “Correio Popular” (Campinas), revistas “Terra da Gente” (Campinas), “Azione Nonviolenta” (Itália), revista Veja Interior, Zona Non (Portugal) e jornal “Terramérica”, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Editor da Agência Social de Notícias (www.agenciasn.com.br). Pesquisador, é autor de livros em história, cultura, meio ambiente/sustentabilidade e cidadania. Recebeu entre outros o Prêmio Ethos de Jornalismo (do Instituto Ethos, em 2003), Prêmio Nacional de Jornalismo em Seguros, da Fenacor, de 2016, Prêmio ABAG-Ribeirão Preto “José Hamilton Ribeiro” de Jornalismo 2017 e 2020, Prêmio INEP de Jornalismo 2017 e Prêmio de Jornalismo Cidades Iberoamericanas de Paz e Prêmio Jornalista Tropical de 2018.

CAMPINAS, SÃO PAULO, BRASIL, 2022

DIREITOS AUTORAIS DE JOSÉ PEDRO SOARES MARTINS

ÍNDICE



Introdução	Página 4
Capítulo I – Covid-19 e os ataques à democracia e à liberdade	Página 6
Capítulo II – Ataques à imprensa sob a pandemia	Página 20
Capítulo III – Rumos do jornalismo pós-pandemia	Página 29
Capítulo IV – Reportagens premiadas sobre a Covid-19	Página 46

Introdução

Jornalismo se reinventa com a Covid-19 ou sempre foi o mesmo jornalismo, indispensável?

Proliferação de fake news, gerando o que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como “desinfodemia”. Dificuldades extremas para manutenção de muitos veículos, pela forte redução das atividades econômicas nos primeiros meses da crise sanitária. Grandes obstáculos ao próprio deslocamento dos profissionais, em função dos protocolos exigidos pelas autoridades sanitárias. Ataques de governos antidemocráticos aos jornalistas, se aproveitando do cenário crítico. E, sobretudo, muitas mortes de profissionais da imprensa, em todo mundo, vitimados pela doença que mudou a face da humanidade desde os primeiros meses de 2020.

O tsunami provocado pela multiplicação incontrolável do Sars-CoV-2, desde provavelmente a cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, no final de 2019, e alcançando os quatro cantos do planeta em velocidade inédita, também golpeou em cheio a produção jornalística, aliás como todas as atividades humanas. Se outras pandemias, como a chamada Peste Negra e a Gripe Espanhola, deixaram número muito superior de mortos, a Covid-19 se espalhou pelo mundo em uma rapidez nunca vista, justamente pela vida conectada que a sociedade contemporânea construiu.

Foram diversos os impactos da pandemia no jornalismo, e não são poucos os que defendem que esse ofício até foi reinventado para responder aos desafios de enorme magnitude lançados pela tragédia global. Para essas vozes, o jornalismo vinha passando por uma crise profunda nos últimos anos, causada por fatores como a queda acentuada das receitas e fragmentação provocadas pelo advento da Internet, e teria reencontrado o seu lugar no panorama da pandemia.

Este texto procura analisar as consequências pandêmicas para o jornalismo e, em especial, identificar possíveis rumos que serão tomados no pós-pandemia. Na visão deste autor, o jornalismo nunca

deixou de exercer o seu papel, com crise ou sem crise, e no âmbito da pandemia ele fez o que sempre fez, procurou informar com clareza, exatidão e confiança o que estava se passando. Agora, com as barreiras adicionais da propagação acelerada das chamadas fake news pelas redes sociais cada vez mais onipresentes na vida de todos.

Mas o bom jornalismo, aquele comprometido de fato com a informação, com a indicação de um contexto e com a denúncia do que poderia ficar escondido, não fosse a coragem e persistência do repórter – ah, esse jornalismo continuou firme, seja nas páginas ainda impressas de jornais e revistas, seja nas rádios e seus sucessores podcasts, ou nas tevês, canais de Youtube e tantos outros milhares de canais abrigados na web, essa invenção humana que foi fundamental para todos continuarmos nossas vidas na pandemia, mas que também representa imensos dilemas que devem ser discutidos. E que a pandemia exacerbou.

Sim, a capa deste livro digital é uma provocação e ilustra o ponto de vista acima. Seja pelos mais modernos meios de produção e difusão, seja através das máquinas de escrever que simbolizam um tempo romântico e maravilhoso de redações fervilhantes, o jornalismo continua e continuará firme. Como alicerce do Estado de Direito e das democracias, como garantia de liberdade para os cidadãos de todas as origens, etnias, gêneros, crenças religiosas e ideologia. E que orgulho ser jornalista neste momento especialíssimo da aventura humana na Terra!

Capítulo I

Covid-19 e os ataques à democracia e à liberdade

No imaginário coletivo, construído ao longo dos tempos e com a importante contribuição da literatura e de outras artes, as máscaras são identificadas como um artefato utilizado por quem deseja esconder o rosto porque tem algum segredo terrível que não quer ver revelado. Ou porque desejaria ser uma outra pessoa, ter uma identidade diversa, uma outra vida.

As sofisticadas máscaras usadas no Carnaval de Veneza desde o século 11 têm essa simbologia, a de permitir-se ser outra pessoa, uma peça que abre as portas para uma felicidade sem limites. Na história mais recente, de forma geral cobrir o rosto pode ser uma atitude não muito simpática à manutenção do status quo.

Assim era com as máscaras dos zapatistas no México, assim é com a máscara do Anonymous, que identifica tanto um famoso grupo de hackers como os manifestantes mais radicais nas mobilizações em massa ocorridas no início da segunda década do século 21. Na França e outros países europeus, cobrir o rosto com véu islâmico foi proibido, o que provocou muita polêmica.

Até o final de 2019 poucos imaginariam, porém, que o uso de máscaras se tornasse um hábito fundamental, uma das únicas medidas de prevenção contra um vírus que chegou para matar ou provocar mudanças radicais na vida de todos os cidadãos planetários. Bilhões de jovens sem poder ir à escola, ruas desertas nas megalópoles que se tornaram por algumas semanas mais limpas pelo corte nas emissões atmosféricas, um terremoto de grande magnitude na economia mundial, comparada à grande crise de 1929. E muitos efeitos na liberdade individual e coletiva, afetada no contexto do estado de emergência decretado na imensa maioria dos países como forma de garantir a saúde pública. O pior: milhões de mortes por todo mundo.

No início de 2022, dois anos depois da eclosão da pandemia na China, o pesadelo pode estar perto do fim, pelo avanço da vacinação contra a Covid-19 em vários países, mas não em todos, infelizmente. Mas o debate sobre as consequências do generalizado cerceamento de liberdades no fatídico 2020 tende a continuar por muito tempo.

A ciência já avisava – Advertências, por parte da Ciência, de que o mundo estava prestes a passar por uma grande pandemia não faltaram. Logo no início da crise sanitária, um comunicado do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) recordou que “as doenças transmitidas de animais para seres humanos estão em ascensão e pioram à medida que habitats selvagens são destruídos pela atividade humana”.

“Os seres humanos e a natureza fazem parte de um sistema interconectado. A natureza fornece comida, remédios, água, ar e muitos outros benefícios que permitiram às pessoas prosperar”, observou Doreen Robinson, chefe para a Vida Selvagem no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). “Contudo, como acontece com todos os sistemas, precisamos entender como esse funciona para não exagerarmos e provocarmos consequências cada vez mais negativas”, destacou a especialista.

Doreen Robinson evidenciou que o relatório “Fronteiras 2016 sobre questões emergentes de preocupação ambiental” (*Frontiers 2016 Report on Emerging Issues of Environment Concern*, em inglês), do PNUMA, já alertava para as ameaças de zoonoses para o desenvolvimento econômico, o bem-estar animal e humano e a integridade do ecossistema. O relatório frisa que, nos últimos anos, várias doenças zoonóticas emergentes foram manchetes no 70 mundo por causarem ou ameaçarem causar grandes pandemias, como o Ebola, a gripe aviária, a febre do Vale do Rift, a febre do Nilo Ocidental e o Zika Vírus. O PNUMA destaca que nas últimas duas décadas, as doenças emergentes tiveram custos diretos de mais de US\$ 100 bilhões de dólares, “com esse número podendo saltar para vários trilhões de dólares caso os surtos tivessem se tornado pandemias humanas”.

“Do ponto de vista da comunidade ambiental, para impedir o surgimento de zoonoses é fundamental endereçar as ameaças

múltiplas e frequentemente interativas aos ecossistemas e à vida selvagem, incluindo redução e fragmentação de habitats, comércio ilegal, poluição, espécies invasoras e, cada vez mais, mudanças climáticas”, concluiu o PNUMA em seu comunicado (PNUMA 2020).

Muitos líderes globais também vinham cogitando que uma pandemia não era descartada no horizonte próximo. "Se alguma coisa matar mais de 10 milhões de pessoas nas próximas décadas, é mais provável que seja um vírus altamente infeccioso em vez de uma guerra – não mísseis, mas micróbios", disse Bill Gates em um Ted Talk realizado em 2015, em Vancouver. "Parte da razão é que investimos uma enorme quantidade em dissuasão nuclear, mas na verdade investimos muito pouco em um sistema para parar uma epidemia", acrescentou o bilionário norte-americano. "Não estamos prontos para a próxima epidemia", completou (WEForum, 2020).

No dia 18 de outubro de 2019, poucos meses portanto antes da eclosão da pandemia de Covid-19, a Fundação Bill & Melinda Gates, em parceria com o Fórum Econômico Mundial e Johns Hopkins Center for Health Security, promoveu o Evento 201, em Nova York, justamente para discutir o que aconteceria no planeta com uma tragédia pandêmica, entre outros possíveis eventos de impacto global. Logo na cidade que seria uma das mais afetadas nos primeiros meses da proliferação da Covid-19, apesar de ser considerada a cidade mais rica do mundo.

Entre as dezenas e representantes da indústria farmacêutica e organizações de saúde que pouco depois estariam envolvidos nos esforços contra a Covid-19, participou do Evento 201 George Gao, diretor-geral do Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China, o órgão mais envolvido com as medidas contra a pandemia no início da crise sanitária global. Ficou evidente que os alertas da Ciência, assimilados por muitas lideranças globais, não levaram a medidas preventivas concretas, e o que se viu foi o pânico, caos em muitos sistemas de saúde e as milhares de mortes diárias no primeiro ano da pandemia.

Vírus em velocidade acelerada – A rapidez da propagação do Sars-CoV-2 já é por demais conhecida. No dia 31 de dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu o alerta de

propagação de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China.

Já no dia 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas ratificaram a identificação de um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus são comuns. Constituem a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até pouco tempo, era muito raro provocarem doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum.

Sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram classificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARSCOV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de Sars-CoV-2). É o novo coronavírus causador da doença Covid-19.

Os acontecimentos se precipitaram e no dia 30 de janeiro de 2020 a OMS afirmou que o surto do novo coronavírus representava uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

A ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”.

Essa é a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional é declarada. As outras foram:

- 25 de abril de 2009 – pandemia de H1N1
- 5 de maio de 2014 – disseminação internacional de poliovírus
- 8 agosto de 2014 – surto de Ebola na África Ocidental
- 1 de fevereiro de 2016 – vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas
- 18 maio de 2018 – surto de ebola na República Democrática do Congo

Claro está que todos esses eventos ocorreram no século 21, confirmando que a ameaça de uma pandemia era de fato muito

próxima. No dia 11 de março de 2020 a OMS classificou finalmente a Covid-19 como uma pandemia – decisão tardia, como destacariam muitos cientistas posteriormente.

O termo “pandemia” remete à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, naquele momento, existiam surtos de Covid-19 em vários países e regiões do mundo. E a escalada foi cada vez mais mortífera.

Uma grande controvérsia filosófica – Os riscos do novo coronavírus para a liberdade individual e coletiva foram discutidos praticamente desde o início da pandemia. O pesadelo iniciado em um país que tradicionalmente desrespeita as liberdades democráticas e os direitos humanos contribuiu para alimentar preocupações justificadas e, também, campanhas de desinformação absolutamente infundadas, como a de que o novo coronavírus teria sido fabricado em laboratório.

A controvérsia filosófica pegou fogo com artigos publicados e entrevistas concedidas por Giorgio Agamben entre fevereiro e abril de 2020 na Itália, quando o país vivia o pânico pela letalidade demonstrada pelo Sars-CoV-2, sobretudo entre os idosos. “O estado de exceção provocado por uma emergência imotivada”, publicado em *Il Manifesto*, a 26 de fevereiro, foi um desses artigos. De forma precipitada, e utilizando informações igualmente precoces do Consiglio Nazionale delle Ricerche, para quem “não há (havia) epidemia de SARS-Cov-2 na Itália”, o autor do célebre livro “Estado de Exceção” se perguntava: “Se essa é a situação real, porque a mídia e as autoridades estão se empenhando a espalhar um clima de pânico, provocando um verdadeiro e próprio estado de exceção, com sérias limitações das movimentações e suspensão do funcionamento normal das condições de vida e de trabalho em regiões inteiras?”

Depois de enumerar várias medidas que, a seu ver, feriam a liberdade individual e coletiva e o Estado de Direito, como a proibição do acesso a vários municípios e a suspensão de viagens, de aulas e vários serviços públicos, o famoso filósofo italiano continuava: “Parece quase que, esgotado o terrorismo como causa de medidas de exceção, a invenção de uma epidemia possa oferecer o pretexto ideal para ampliá-las além de todo limite”.

E concluía salientando que, “em um perverso círculo vicioso, a limitação da liberdade imposta pelos governos é aceita em nome de um desejo de segurança que foi induzido pelos próprios governos que agora intervêm para satisfazê-lo”. Agamben continuou com suas posições originais, mesmo quando estava claro que a pandemia não somente era um fato como estava provocando milhares de óbitos pelo mundo todo, além de pânico generalizado, com hospitais lotados e, em alguns locais, filas para enterro dos mortos.

Vários intelectuais comentaram as posições de Agamben. “Em suas reflexões sobre a crise do coronavírus, Giorgio Agamben chega às raias do rompimento com a verdade factual e nem mesmo as milhares de mortes ou o colapso dos sistemas de saúde em diversos países do mundo o demovem da tese de que as medidas de contenção, como o distanciamento social, sejam “irracionais” e “imotivadas”. Em nenhum momento abordada como um problema de saúde pública, a pandemia teria sido inventada para restringir liberdades e manter o estado de exceção como paradigma normal de governo”, escreveu a professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Brasil, Yara Frateschi. (“Agamben sendo Agamben: o filósofo e a invenção da pandemia”, publicado no Blog da Boitempo, blogdaboitempo.com.br).

De qualquer modo, para ela, a posição de Agamben sobre a crise do coronavírus é “coerente com a sua obra, especialmente com o esquema para explicar a afinidade entre o biopoder e o estado de exceção na modernidade. O esquema já estava pronto, Agamben o aplicou ao caso”, afirmou. “Se as suas reflexões não estão à altura dos desafios que a crise atual nos impõe, isso se deve às limitações da sua própria filosofia, construída a partir de um binarismo um tanto simplório, de acordo com o qual a máquina governamental sempre domina, controla e restringe liberdades, ao passo que a sociedade é invariavelmente passiva, compacta e inerte”, continuou Yara Frateschi.

A autora não economizou, enfim, nas críticas ao italiano: “O filósofo não precisa retirar-se da cidade para o Olimpo, para o céu das ideias ou para uma cabana na floresta. Tampouco precisa negar a sua humanidade (e a dos outros) para ser crítico. Das diatribes de

Agamben nesse caso do vírus a que mais me impressiona, no final das contas, é o desprezo pelo medo que os humanos têm de morrer”.

Em Portugal, Nuno Venturinha, professor de Filosofia na Universidade Nova de Lisboa, também contestou as posições de Agamben. Afirmou, no artigo “Filosofia em tempo de crise”, publicado no *Diário de Notícias*, a 01 de abril: “O que a sociedade ocidental não precisa é de filósofos que se apresentem como *enfants terribles*, prontos a questionar qualquer ordem em prol de um ideal libertário que, se fosse seguido, nos conduziria ao abismo civilizacional. Que a ameaça desse abismo paira sobre nós, isso é evidente. Mas a resposta aos problemas ambientais, macroeconómicos ou virológicos não pode partir de uma desconfiança esquizoide em relação aos nossos governos. Em tempo de crise, a filosofia, tal como qualquer outra atividade humana, deve estar ao serviço da solução e não pode irresponsavelmente contribuir para amplificar o problema”.

Outros filósofos e pensadores refletiram sobre o significado da pandemia de Covid-19. Uma das principais referências no movimento ambientalista contemporâneo, a indiana Vandana Shiva escreveu, no artigo “Um vírus, a humanidade e a terra”, publicado a 11 de abril em *El Salto*: “Um pequeno vírus confinou o mundo, parou a economia global, levou embora a vida de milhares e o sustento de milhões de pessoas”. Segundo ela, uma das lições derivadas da pandemia é a de que não se trata de um desastre natural, “assim como os fenômenos climáticos extremos também não são. As epidemias emergentes, assim como a mudança climática, são antropogênicas, ou seja, 84 causadas pelas atividades humanas”.

Em outras palavras, a pandemia ocorre no contexto do Antropoceno. Para Vandana Shiva, os prognósticos dos cientistas estabelecem que se não frearmos esta guerra antropogênica contra a terra e as espécies que a habitam, em cem anos teremos destruído as condições que permitem aos humanos viver e prosperar. Nossa extinção será uma a mais entre as 200 que ocorrem diariamente. Iremos nos converter em uma espécie em risco de extinção pela avareza, arrogância e irresponsabilidade humanas. Para a ambientalista, se o ser humano aprender de fato com a pandemia e suas lições, “um pequeno vírus pode nos ajudar a dar um grande passo à frente para fundar uma nova civilização planetária ecologista,

baseada na harmonia com a natureza. Ou, então, podemos continuar vivendo a fantasia do domínio sobre o planeta e continuar avançando até a próxima pandemia. E, por último, até a extinção. A terra seguirá, conosco ou sem nós”.

Ameaças e assaltos à liberdade – Giorgio Agamben pode ter se equivocado no tom e na diminuição do papel desempenhado pelos governos no combate à pandemia (e alguns deles de fato erraram muito, como no caso brasileiro), mas o estado de emergência proclamado no conjunto dos países, para muitos analistas configurando verdadeiros estados de exceção, não deixou de servir para representar ataques de fato, ou no mínimo sérias ameaças, a liberdades civis individuais e coletivas, como mostram avaliações de muitas organizações independentes.

Levantamento do Varieties of Democracy (V-Dem) Institute, baseado em Gotemburgo, Suécia, identificou violações a padrões democráticos, decorrentes das medidas de combate à Covid-19, em 95 de 144 países analisados, desde o início da pandemia. Os dados são do The Pandemic Backsliding Project, um painel que avalia sete tipos de eventuais impactos das medidas de combate à pandemia: 1. Medidas discriminatórias; 2. Supressão de direitos não-suprimíveis; 3. Aplicações abusivas; 4. Sem limite de tempo; 5. Limitações sobre parlamentos; 6. Campanhas oficiais de desinformação; 7. Restrições à mídia. (V-Dem, 2020)

Segundo o diagnóstico de V-Dem Institute, apresentado no relatório “Pandemic Backsliding: Democracy Nine Months into the Covid-19 Pandemic”, as restrições ao trabalho livre da imprensa durante a pandemia foram as maiores violações verificadas em padrões democráticos de março a dezembro de 2020. Em dezembro, 43 países ainda adotavam medidas emergenciais sem limite de tempo, como no caso da Albânia, México e Gâmbia (V-Dem, 2020).

Medidas discriminatórias contra refugiados foram adotadas desde março na Bósnia e Herzegovina e Grécia. Sérvia, Malásia e Cingapura também adotaram medidas discriminatórias em relação a migrantes. Na Sérvia, o toque de recolher vigorou para a população em geral até 15 de maio, mas não para os centros de migrantes e refugiados, que permaneceram sobre vigilância 24 horas. Na Arábia Saudita,

trabalhadores migrantes foram deportados e colocados em centros de detenção, sob argumento de que teriam disseminado a Covid-19 (V-Dem, 2020).

A proibição de enterros muçulmanos foi adotada no Sri Lanka. Nas Filipinas, o próprio presidente da República, segundo o relatório de V-Dem Institute, deu ordens à polícia para “atirar para matar” em pessoas que desrespeitassem as medidas de emergência (V-Dem, 2020). Sérias limitações ao trabalho da mídia ocorreram na Polônia e na Turquia.

Na Hungria, um segundo estado de emergência foi decretado em novembro, “permitindo ao Executivo governar por decreto sobre uma ampla gama de questões, que podem exceder as medidas relacionadas à Covid-19”, conforme o V-Dem Institute.

Ainda segundo o relatório da organização sueca, em Uganda foram observadas detenções arbitrárias de militantes LGBT e de jornalistas. Em El Salvador, foi utilizada força excessiva para executar as medidas de emergência.

O levantamento de V-Dem Institute registrou campanhas oficiais de desinformação em 25 países, 14 dos quais na África Subsaariana mas também no Brasil. A maior parte dessas 88 campanhas dizia respeito a eventuais benefícios do uso de hidroxiquina no tratamento de Covid-19. Essa utilização foi duramente contestada pela Organização Mundial da Saúde. Outros países africanos, como República do Congo, Libéria e Gâmbia, chegaram a receber remessas de Covid-Organics, uma bebida à base de ervas, fabricada em Madagascar, que teria o efeito de curar e prevenir a Covid-19. A OMS também negou enfaticamente a eficácia da bebida.

A organização sueca observou em seu relatório que no final de 2020 foram verificadas melhorias em relação aos padrões democráticos. “Como uma continuação da tendência positiva relatada no terceiro semestre, a última atualização em meados de dezembro de 2020 mostra desenvolvimentos um tanto encorajadores em comparação com o início da pandemia de Covid-19”, afirmou o relatório de V-Dem Institute.

Violações à democracia – Violações à democracia e aos direitos individuais e coletivos, decorrentes das medidas de combate à Covid-19, foram igualmente registradas pelo Monitor Global do Impacto da Covid-19 sobre a Democracia e os Direitos, do International IDEA – Institute for Democracy and Electoral Assistance, sediado em Estocolmo, capital da Suécia (IDEA, 2020) A avaliação do Monitor foi que “todos os países do mundo impuseram algum tipo de restrição às liberdades básicas e aos direitos democráticos durante a pandemia de Covid-19”, em uma avaliação portanto mais severa do que a do V-Dem Institute.

O Monitor salientou, contudo, em que em menos da metade dos países (39%) as restrições foram de natureza temporária e impostas no contexto de um estado de emergência nacional constitucionalmente definido. O Monitor apurou que entre março e abril de 2020 mais da metade dos países pesquisados – 96 de 162 países (59%) – havia declarado estado de emergência nacional ou semelhante por causa da pandemia de Covid-19.

Até 30 de novembro de 2020, pouco menos da metade dos países com estado de emergência nacional (47 países ou 49%) tinha suspenso essa medida. Seis países (República Dominicana, Timor-Leste, Tcheco, França, Hungria e Eslováquia) voltaram a declarar estado de emergência, em decorrência do aumento das infecções.

Eleições continuaram a ocorrer mesmo durante a pandemia, apontou o Monitor do IDEA. O levantamento constatou que entre fevereiro e outubro de 2020 foram realizados 65 processos eleitorais em todos os níveis. “Destes, 53 processos eleitorais (nacionais, regionais ou locais) ocorreram ou estão programados em democracias, contra apenas 7 em regimes híbridos e 5 em regimes autoritários”, informou o Monitor, seguindo os critérios de IDEA.

O Monitor registrou, por outro lado, que em pelo menos 12 países a pandemia foi utilizada como pretexto para reprimir partidos de oposição. Casos de Bangladesh, Camboja e Camarões, onde “membros do principal partido de oposição foram presos por distribuir material de saúde à população”. Foi ainda registrado, pelo Monitor de IDEA, que a atividade dos tribunais “em mais de dois terços dos países (68% ou 110 países) foi limitada durante a

pandemia, seja em horas de trabalho reduzidas, menos cargas de casos, adiamento ou encerramento de casos durante os bloqueios”.

O Monitor evidenciou ainda que 81 países (50% dos pesquisados) “aprovaram leis ou tomaram medidas para restringir a liberdade de expressão, muitas vezes argumentando que isso é para combater a desinformação sobre o vírus durante a pandemia COVID-19. As ações incluem deter, prender ou investigar jornalistas, meios de comunicação, cidadãos, ativistas ou políticos da oposição por espalhar informações ou reportar sobre o vírus. A Ásia-Pacífico teve a maior parcela de países onde as ações para restringir a liberdade de expressão foram consideradas preocupantes durante a pandemia. No entanto, tais ações ocorreram em todas as regiões”, afirmou a iniciativa de IDEA, que documentou muitas outras formas de violação de liberdades democráticas e direitos individuais e coletivos no contexto da pandemia de Covid-19 em 2020.

Uso de forças policiais na pandemia - A Anistia Internacional também denunciou e documentou casos de violação aos direitos humanos em geral, e à liberdade individual e coletiva em particular, cometidos por forças policiais durante a pandemia. Balanço nesse sentido foi feito no relatório “Covid-19 crackdowns: Police abuse and the global pandemic”, divulgado a 17 de dezembro de 2020 (Amnesty, 2020).

No documento, a organização humanitária afirma que em ao menos 60 países documentou abusos policiais relacionados à pandemia, como prisões em massa, espancamento de pessoas por violação às restrições sanitárias, encarceramento em locais com más condições de higiene e uso de força excessiva contra manifestantes. Jornalistas, ativistas de direitos humanos e profissionais em geral foram detidos para interrogatório em vários locais e dissidentes foram reprimidos.

Desde o início da pandemia, assinala a Anistia Internacional, muitos países aprovaram legislações e políticas contrárias ao que prescrevem normas internacionais de proteção aos direitos individuais e coletivos. A organização cita o caso do Peru, onde foi aprovada uma presunção a favor da polícia para determinar se é

razoável o uso de força letal no cumprimento das medidas restritivas tomadas em função da pandemia.

Trata-se da Lei de Proteção Policial (nº 31102), aprovada pelo Congresso e publicada no dia 28 de março de 2020. Na época a Anistia já se manifestou, afirmando que a norma “viola o direito internacional dos direitos humanos e poderia abrir caminho para a impunidade e o uso excessivo da força pela Polícia Nacional e pelas Forças Armadas”.

A respeito, afirmou a diretora para as Américas da Anistia Internacional: “O Peru tem a obrigação de proteger e garantir o direito à saúde de todos. Diante da pandemia COVID-19, os Estados podem impor certas restrições a alguns direitos humanos para proteger a saúde pública, mas não devem, sob nenhuma circunstância, usá-la como desculpa para promulgar leis que enviem uma mensagem de impunidade para abusos cometidos pelas forças de segurança”. (“Peru: State must immediately repeal law that sends a wrong message of impunity for possible police abuses amidst the COVID-19 emergency”, www.amnesty.org/en/latest/news/2020/03/peru-debenederogar-ley-impunidad-abusos-policiales-emergenciacovid19/)

A Anistia Internacional também cita a situação da Hungria, que adotou estado de emergência abrangente, que não continha “verificações e equilíbrios ou revisões periódicas pelo Parlamento”. Em muitos países, incluindo França, Tailândia, Cazaquistão e Marrocos, as medidas legais tomadas no início da pandemia “desproporcionalmente restringiram os direitos de liberdade de reunião pacífica e liberdade de expressão”, afirma o relatório (Amnesty, 2020).

Na Grécia, continua o documento, o chefe de polícia determinou uma proibição geral de assembleias públicas ao ar livre de quatro pessoas ou mais, por quatro dias no mês de novembro, o que segundo a Anistia Internacional significava o banimento das tradicionais manifestações anuais realizadas para comemorar o levante dos estudantes da Politécnica em 1973, contra o governo militar da época.

Muitas prisões arbitrárias foram executadas durante a pandemia, continua o relatório da organização humanitária. Ela cita o exemplo

de El Salvador, onde o governo colocou mais de 16 mil pessoas em quarentena no final de agosto de 2020, “frequentemente em condições insalubres e sem salvaguardas contra violações de direitos humanos”.

Na República Dominicana, a polícia deteve cerca de 85 mil pessoas entre 20 de março e 30 de junho, “supostamente pelo incumprimento do toque de recolher”. O relatório assinala que imagens de vídeo verificadas pelo Citizen Evidence Lab da Anistia Internacional “mostraram a polícia cercando pessoas sem distanciamento físico por não usarem máscaras”.

Em Angola, sete homens foram presos em abril enquanto iam comprara comida. Nas Filipinas, mais de 100 mil pessoas foram presas “por supostas violações relacionadas a ordens de bloqueio e toque de recolher até o dia 6 de setembro”, acrescenta o relatório da Anistia Internacional.

Entre muitos outros casos relatados e documentados no relatório “Covid-19 crackdowns: Police abuse and the global 96 pandemic”, está o de Anastasia Vasilyeva, médica e líder de um sindicato de médicos na Rússia que ao expor deficiências na preparação do sistema de saúde contra a Covid-19, foi presa com outros colegas e jornalistas.

No Níger, por sua vez, o governo emitiu em março uma proibição geral de manifestações que provavelmente atraíssem mais de 1.000 pessoas, “depois que membros da sociedade civil convocaram manifestação contra suposta corrupção no Ministério da Defesa após uma auditoria que vazou”, assinala o documento. Um caso especialmente grave, destaca o relatório da Anistia Internacional, foi o da morte de ao menos sete pessoas e hospitalização de outras 16 no Quênia, como resultado de operações policiais para fazer cumprir o toque de recolher.

O relatório assinala que imagens de vídeo mostram evidências do uso de gás lacrimogêneo por forças policiais quenianas em Liconi Ferry, em Mombaça, momentos antes do toque de recolher. Do mesmo modo, imagens de vídeo mostraram “forças de segurança na Índia e Serra Leoa espancando pessoas com cassetetes para aplicar restrições de bloqueio” (Amnesty, 2020).

Outro caso muito grave, indica a Anistia, foi o da morte de pelo menos 16 pessoas por oficiais de segurança em Wolaita Zone, na Etiópia, em agosto de 2020, “após protestos contra as prisões de líderes e ativistas locais, supostamente por realizar uma reunião em violação às restrições sobre Covid-19”.

No final do seu documento, a Anistia Internacional fazia uma série de recomendações e propostas para as autoridades governamentais e forças policiais. “Na resposta à Covid-19, as autoridades devem garantir que as leis, regulamentos e instruções estabeleçam claramente responsabilidades e tarefas circunscritas para os encarregados de aplicação da lei, reduzindo o máximo possível o que pode levar ao exercício arbitrário ou excessivo dos poderes de polícia. As instruções dadas devem ser baseadas em evidências científicas e devem incluir orientações relevantes para a saúde pública, a fim de permitir que as autoridades responsáveis pela aplicação da lei respondam adequadamente a qualquer situação que possam encontrar durante este tempo de crise”, defende a Anistia Internacional (Amnesty, 2020).

Os relatórios das organizações suecas IDEA e V-Dem Institute e da Anistia Internacional reúnem informações fartamente documentadas de violações aos direitos humanos e às liberdades democráticas, individuais e coletivas no cenário do primeiro ano da pandemia de Covid-19, uma crise sanitária decorrente da desordem ambiental no planeta. Esses documentos já mostravam que a atividade jornalística foi muito prejudicada e duramente golpeada em muitos países. A escalada de violência foi de fato grande contra os jornalistas e o jornalismo em grande parte do mundo, inclusive no Brasil.

CAPÍTULO II

Ataques à imprensa sob a pandemia

O maior impacto da pandemia de Covid-19 entre os jornalistas foi obviamente o do grande número de óbitos de profissionais de imprensa pela doença, e nesse particular o Brasil é disparado o líder no ranking, o que já é um indicador de como a crise sanitária foi mal gerenciada, se é que houve gerenciamento, no país.

Até março de 2022, foram registradas 1994 mortes de jornalistas em todo mundo, pelo levantamento da Press Emblem Campaign (PEC). O Brasil estava no topo do ranking, com 314 óbitos, seguido da Índia, com 282, e do Peru, com 199.

Completando os doze primeiros lugares no triste ranking estavam México (129), Colômbia (80), Estados Unidos (70), Bangladesh (69), Itália (61), Venezuela (60), Equador (52), Argentina (50) e Indonésia (43). Dos doze primeiros colocados, seis países da América do Sul, continente então especialmente crítico para os jornalistas no contexto da pandemia.

A desinfodemia pelas fake news – Um dos maiores desafios à atividade jornalística no cenário da pandemia foi enfrentar a avalanche de fake news sobre a Covid-19. E neste sentido o jornalismo, de forma geral, reafirmou o seu papel de sempre, o de procurar informar com exatidão, clareza e em ambiente de liberdade, o que naturalmente não foi sempre possível em muitos casos, como no brasileiro, como veremos.

No caso da pandemia de Covid-19, a proliferação de fake news tem ocorrido de modo muito associado ao avanço do negacionismo científico, uma corrente de pensamento (sic) que infelizmente tem crescido nas últimas décadas, e não apenas no Brasil. Negar, por exemplo, a eficácia das vacinas contra a Covid-19 não deixa de ser uma das maiores fake news que poderiam ser inventadas e difundidas, o que ocorreu em larga escala. O mesmo no caso de

notícias mentirosas sobre supostos efeitos maléficos das vacinas, que foram produzidas em tempo absolutamente recorde e contribuíram para salvar milhões de vidas desde que começaram a ser aplicadas, no início de 2021.

Uma verdadeira “desinfodemia”, ou epidemia de desinformação, foi alertada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde o início da tragédia global. “Nosso inimigo é também o crescente aumento da desinformação”, advertiu o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, logo no começo da pandemia.

Diversas organizações que acompanham a atividade jornalística e de mídia em geral de fato confirmaram o impacto da difusão das fake news, atrapalhando, obstaculizando, atentando contra a gestão adequada da crise sanitária. Caso da Fondazione Bruno Kessler, organização italiana que trabalha com inteligência artificial (www.fbk.eu).

Analisando 112 milhões de postagens públicas emitidas nos primeiros dias da pandemia, compartilhadas em 64 idiomas diferentes pelas redes sociais, a instituição chegou à conclusão de que 40% das mensagens derivavam de fontes pouco confiáveis. Ou seja, houve uma proliferação de mensagens incorretas, e muitas falsas, justamente no momento em que pouco ou nada se sabia a respeito do novo coronavírus e como ele deveria ser corretamente combatido.

Outro estudo, complementando o cenário nada favorável apontado pela pesquisa da Fondazione Bruno Kessler, foi realizado pela Fundação Observatório de Infodemia Covid-19, também no primeiro momento da pandemia. A conclusão foi a de que 42% de 178 milhões de tweets sobre a pandemia haviam sido disparados por *bots*, ou seja, por robôs programados para realizar automaticamente uma função. Muito provável, ou praticamente certo, que esses *bots* foram programados para espalhar fake news. O mesmo estudo revelou que 40% desses tweets vinham realmente de fontes nada confiáveis, repetindo o padrão que havia sido identificado pela organização italiana.

Fake news disparadas no início da pandemia tiveram impactos desastrosos. Entre final de março e início de abril de 2020, como

informou o jornal londrino *The Guardian*, pelo menos 20 antenas de 5G foram atacadas ou destruídas em todo o Reino Unido, em consequência de mensagens dando conta que o equipamento era o causador da Covid-19. Celebidades de Hollywood e *influencers* das redes sociais chegaram a compartilhar essa curiosa e maléfica teoria da conspiração.

Pessoas tomando metanol, urina, água quente e outras substâncias para prevenir contra o novo coronavírus, cidadãos mergulhando em água gelada com o mesmo objetivo, notícias espalhadas rapidamente sobre covas coletivas que na realidade não existiam, (des)informação sobre o uso prolongado de máscaras causando deficiência de oxigênio – foram de diversas ordens, tamanhos e desvarios as fake news sobre a Covid-19, sobretudo nos primeiros meses da pandemia, mas continuando durante toda a sua trajetória.

Whatsapp e Facebook foram alguns dos principais meios de veiculação dessas notícias falsas, o que logo levou a um questionamento sobre a grande empresa de tecnologia. O próprio Facebook tratou de buscar um serviço para identificar essas fake news. Somente em março de 2020, segundo a empresa, 40 milhões de mensagens falsas foram identificadas e suas fontes rastreadas e eliminadas. Não foram poucos, contudo, os críticos ao trabalho do Facebook e outras redes sociais, no sentido do combate às fake news.

Diversas organizações procuraram contribuir com o trabalho dos jornalistas, no enfrentamento à “desinfodemia”. The London School of Economics publicou um guia para as famílias trabalhadoras sobre fake news com as crianças durante a pandemia (www.lse.ac.uk). Data Society publicou “Dez dicas para relatórios sobre desinformação”, dirigidas a jornalistas (www.datasociety.net).

Verificadores de fatos – Uma reação imediata contra as fake news sobre Covid-19 foi o lançamento de iniciativas específicas de *fact-checking* sobre essas notícias falsas. Os verificadores de fatos já existiam antes, mas receberam um importante impulso pelos evidentes efeitos perversos das fake news para o combate à pandemia. O avanço do fact-checking representa, com efeito, uma

novidade no jornalismo contemporâneo, como ferramenta essencial no combate às notícias falsas.

Em janeiro de 2020, sob a liderança da International Fact-Checking Network (FCN), do Instituto Poynter (www.poynter.org), foi lançada a Aliança #CoronaVirusFacts, unindo mais de 100 verificadores de mais de 70 países, para identificar e contradizer notícias falsas divulgadas em âmbito mundial, em mais de 40 idiomas.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que há anos já vinha se empenhando em um forte trabalho contra as fake news, pelos seus efeitos perversos em várias atividades humanas, passou a divulgar muito material sobre o combate à desinformação no contexto da pandemia.

A Unesco entende que esse trabalho de enfrentamento das fake news, que deve ser permanente e constante, deve envolver as autoridades governamentais, a esfera legislativa, a sociedade civil e os próprios veículos produtores e veiculadores de notícias.

Uma linha de ação, segundo a Unesco, é intensificar a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), e nesse sentido ela já divulgou amplo material (www.unesco.org). Uma notícia promissora para o Brasil é que a alfabetização midiática foi incluída como um tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passou a orientar os currículos do Ensino Fundamental e Médio no país. Importante, porém, que essa alfabetização midiática seja efetivada de forma correta e em um ambiente de liberdade de criação e expressão para os alunos.

Aumento no índice de leitura e audiência – Talvez como uma reação à epidemia de fake news sobre Covid-19, alertada pela OMS e outras organizações, e em consequência, com certeza, da própria busca de informações sobre a crise sanitária que naturalmente provocou pânico, um reflexo da pandemia no meio jornalístico foi o incremento da procura pelos veículos tradicionais de imprensa. Aquelas marcas conhecidas do público de algum modo foram vistas, por muitas pessoas ao longo do mundo, como as mais confiáveis fontes de informação, o que é um ponto positivo para o jornalismo, que resgatou grande parte da atenção e relevância abaladas pela

eclosão das redes sociais. E essas marcas tradicionais de forma geral corresponderam, tratando a pandemia com a seriedade que deveria.

Dois dos principais jornais norteamericanos, *The Washington Post* e *The New York Times*, tiveram um aumento de 50% de visitação a seus sites na internet entre fevereiro e março de 2020. A procura continuou alta nos meses seguintes, nesses e outros veículos, nos Estados Unidos e muitos outros países, inclusive no Brasil. O site do *Financial Times* chegou a ter um incremento de 250% na procura em relação ao mesmo mês em 2019. No Reino Unido, o tradicional *The Guardian* teve recordes sucessivos de visitação, de 191 milhões em fevereiro e de 366 milhões em março de 2020. Alguns estudos mostraram que na Europa as assinaturas da versão digital de veículos tradicionais chegaram a aumentar mais de 200% nos primeiros meses da pandemia.

A audiência de televisão, que vinha sendo muito abalada pelo crescimento das redes sociais, foi igualmente recuperada, pelo menos nos primeiros meses da pandemia. Um estudo do Pew Research Center mostrou que 96% dos norteamericanos procuraram se informar sobre a Covid-19 pela televisão aberta, 94% por páginas de Internet e 93% por veículos impressos. Uma pesquisa da Nielsen constatou que a audiência da televisão cresceu 60% nos Estados Unidos naqueles momentos.

O incremento da procura pela informação nas fontes tradicionais não se refletiu, por outro lado, no aumento de receitas publicitárias. Pelo contrário, houve uma queda generalizada dessas receitas, pela redução das atividades econômicas em escala global. Vários veículos sentiram muito esse impacto e alguns não sobreviveram à crise.

Ataques a jornalistas e à liberdade de imprensa – De forma concomitante com o enfrentamento das fake news, o jornalismo e a liberdade de imprensa foram diretamente atacados por várias modalidades de violência no contexto da pandemia. De acordo com o International Press Institute (www.ipi.media), foram contabilizadas ao menos 473 violações à liberdade de imprensa no cenário da pandemia, 215 das quais referentes a prisões de profissionais de imprensa (95 na Ásia e Pacífico), 238 de ataques físicos ou verbais (118 na Europa), 98 restrições à liberdade de informação (42 na Ásia

e Pacífico), 92 casos de censura (38 nas Américas) e 12 casos em que o IPI considerou como de regulação excessiva em relação às fake news.

Neste cenário de violência, foi saudada como um tributo à liberdade de imprensa a concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2021 para os jornalistas Maria Ressa, das Filipinas, e Dmitri Muratov, da Rússia. As Filipinas ocupam o lugar 138, entre 180 países monitorados, no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa publicado pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF). A Rússia está no lugar de número 150 no mesmo ranking. Ou seja, são países em que o cerceamento à liberdade de imprensa é comum.

De acordo com Repórteres Sem Fronteiras (www.rsf.org), o ano de 2021, o segundo da pandemia, teve um recorde de jornalistas presos em todo o mundo. Foram registrados 488 casos de jornalistas e colaboradores de veículos de comunicação presos arbitrariamente em 2021, 20% a mais do que no ano anterior. Dos 488 presos, 60 eram mulheres, também um recorde histórico.

“Este aumento excepcional no número de detenções arbitrárias deve-se principalmente a três países: a Birmânia, onde a junta militar assumiu o poder pela força em 1o de fevereiro de 2021; a Bielorrússia, que mergulhou em um modelo repressivo após a reeleição do Alexander Lukashenko em agosto de 2020; e a China de Xi Jinping, que está aumentando seu controle sobre a Região Administrativa Especial de Hong Kong, antes vista como um modelo de liberdade de imprensa na região”, explicou a organização internacional.

A Anistia Internacional também documentou um incremento dos ataques à imprensa e à liberdade de expressão em 2021. Segundo o relatório anual da Anistia de 2021, “pelo menos 67 países adotaram novas leis restringindo a liberdade de expressão, associação ou reunião. No entanto, isso não impediu as pessoas de se fazerem ouvir. Em mais de 80 países, houve manifestações de grandes dimensões”, observou a organização.

Ataques à imprensa e aos jornalistas no Brasil – País com o maior número de jornalistas mortos por Covid-19, o Brasil também se

destacou negativamente nos dois primeiros anos da pandemia, pelos ataques à imprensa e aos profissionais da comunicação, inclusive por parte da principal autoridade governamental.

Foram 367 ataques a jornalistas e profissionais de imprensa no Brasil em 2020, sendo 37,5% contra mulheres, segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Em 2021, foram 430 casos de ataques a jornalistas, sendo 147 por parte do presidente Jair Bolsonaro, sendo 129 episódios de descredibilização da imprensa (98,47% da categoria) e 18 de agressões verbais a jornalistas, segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

“Houve continuidade nos ataques do presidente da República e também no seu discurso. Para atacar a mídia, ele repetiu os argumentos e até mesmo as expressões utilizadas nos dois anos anteriores. Como argumento, repetiu que a imprensa o persegue, porque ele cortou verbas publicitárias. Na forma, repetiu expressões como “a mídia mente o tempo todo”, “a mídia é uma fábrica de fake news” e “imprensa de merda”. Para agredir os jornalistas, ele utilizou adjetivos como “canalha”, “quadrúpede”, “picaretas” e “idiota”, além de mandar uma profissional calar a boca, assim como fizera em pelo menos um episódio registrado em 2020”, afirmou a Fenaj, no documento “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2021” (www.fenaj.org.br).

O presidente brasileiro foi apontado por vários veículos, entre 2020 e 2021, como um difusor de notícias falsas sobre a Covid-19. Em dezembro de 2020, a Agência Lupa, primeira agência de fact-checking no Brasil, listou dez fake news propagadas pelo presidente. Duas delas relacionadas ao uso da hidroxicloroquina, durante muito tempo apontada por ele como eficaz contra a Covid-19, o que foi rebatido pela própria OMS.

Consórcio pela informação – Nos seis primeiros meses da pandemia, o Brasil teve três ministros da Saúde. O primeiro, Luiz Henrique Mandetta, que estava no cargo desde 01 de janeiro de 2019, deixou o Ministério por divergir publicamente das orientações de Bolsonaro. Mandetta era por exemplo defensor do isolamento social como uma das medidas de enfrentamento à pandemia, ao contrário do presidente da República.

Mandetta deixou o cargo no dia 16 de abril e 2020. O seu sucessor, Nelson Teich, tomou posse no dia 17 e se demitiu a 15 de maio. Até o dia 2 de junho o Ministério da Saúde ficou acéfalo, assumindo o cargo interinamente o general Eduardo Pazuello. A posse definitiva foi a 16 e setembro. A conduta errática do governo brasileiro foi muito negativa para a gestão da pandemia.

Nesse contexto turbulento, emergiram várias iniciativas direcionadas para propiciar a melhor informação possível sobre a Covid-19 para a sociedade brasileira. Casos dos observatórios nascidos no âmbito acadêmico, como o da PUC-Campinas (<https://observatorio.puc-campinas.edu.br/covid-19/>), voltado para informar os dados sobre a pandemia na Região Metropolitana de Campinas (RMC), composta por 20 municípios. O Observatório Covid-19 BR (<https://covid19br.github.io/index.html>), por sua vez, contemplou a formação de uma rede de especialistas, propiciando vários ângulos sobre a pandemia. Esses e outros observatórios se tornaram fonte importante de informação para a mídia em geral.

Na esfera do jornalismo propriamente dito, a confusão de informações derivada da forma como o governo federal tratou a pandemia, sobretudo em 2020, propiciou as condições para a materialização de uma iniciativa praticamente inédita, por envolver veículos historicamente concorrentes. No dia 8 de junho de 2020, portanto em plena crise instaurada com a troca sucessiva de ministros da Saúde, foi formado um consórcio de veículos de imprensa, integrado por G1, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *UOL*, *Extra* e *Estadão*.

Desde então o consórcio informa diariamente sobre o número de casos e de óbitos por Covid-19 em todas as unidades da Federação. A partir do começo de 2021, o consórcio também passou a informar sobre o número de vacinados contra a doença

Essa atuação conjunta aponta, ou reafirma, uma clara tendência para o jornalismo contemporâneo. A de associação de veículos em torno de determinada causa. Esse tipo de aliança tem ocorrido entre veículos de diferentes países, como no caso da divulgação dos *Panama Papers*, mas é muito rara entre veículos do mesmo país, tradicionalmente concorrentes. Os *Panama Papers*, como ficou

conhecida a divulgação de documentos sobre milhares de empresas situadas em paraísos fiscais, se tornaram públicos a partir de abril de 2016, a partir do trabalho de 376 jornalistas de mais de 100 veículos em vários países.

E as histórias de vida? – A contabilidade exata, não distorcida e nem incompleta, dos casos e óbitos por Covid-19 se tornou então um dos focos centrais da cobertura da pandemia pela mídia brasileira. Nesse sentido a divulgação diária dessa triste evolução tem sido louvável.

Por outro lado, não tem sido dada pela mídia de forma geral a devida atenção para as milhares de histórias de vida perdidas em função da pandemia. Isso no Brasil e em escala internacional. A grande maioria dos casos de óbitos tem sido de idosos. São pais, avós e bisavôs, muitos deles mortos no isolamento de instituições. Uma geração perdida, de vidas, de sabedoria, de cultura. Um dos maiores impactos da pandemia de Covid-19, que não foi refletida, em toda a sua magnitude, pela mídia mundial.

CAPÍTULO III

Rumos do jornalismo pós-pandemia

Os impactos culturais, sociais e políticos da pandemia de Covid-19 ainda não podem ser devidamente mensurados, pela ausência de distanciamento histórico. Mas com base nos efeitos de pandemias anteriores é possível antever grandes mudanças a curto, médio e longo prazos, em todas as esferas sociais e atividades humanas.

A Praga de Justiniano, pandemia que eclodiu entre os anos 542 e 602, deixou marcas profundas na época, tendo contribuído para a aceleração do declínio do domínio do Império Romano. A denominação remete ao soberano da época, o Imperador Justiniano (Flávio Pedro Sabácio Justiniano), que reinou entre 527 e 565. A produção agrícola foi duramente afetada, gerando uma grande fome e fomentando revoltas nas províncias antes dominadas por Roma. Calcula-se que a pandemia provocada pela bactéria *Y.pestis* tenha matado até 100 milhões de pessoas ao longo de dois séculos, devastando a Europa e parte da Ásia.

Devastação semelhante foi provocada pela chamada Peste Negra, ocorrida entre os séculos 14 e 16 e atingiu sobretudo a Europa. Um dos efeitos foi o grande abalo na credibilidade da Igreja Católica, contribuindo para a criação das condições para a emergência da Reforma Protestante e do humanismo científico. Como as doutrinas religiosas não forneciam explicação suficiente e nem conseguiam conter a grande tragédia, uma busca incipiente por conhecimentos de base científica foi gestada durante a pandemia.

Houve igualmente uma explosão de manifestações e hedonismo, com muitas pessoas buscando satisfazer prazeres com avidez, diante da proximidade da morte. Outras pessoas, em contrapartida, procuraram se isolar, se afastando do convívio social. O “Decameron”, de Boccaccio, é um documento excepcional daquele momento histórico.

Na busca generalizada pela descoberta de causas para a catástrofe, judeus, ciganos e mulheres foram usados como bodes expiatórios. Não foram poucos os assassinatos com essas motivações. Grandes transformações na ordem econômica e política também ocorreram a médio e longo prazos, pelo gigantesco decréscimo da população e abalos na atividade agrícola.

Ainda é cedo para confirmar as mudanças políticas, econômicas, sociológicas e culturais da Covid-19, mas há pensadores antevendo uma igual irrupção de hedonismo e atividades artísticas, após dois anos de confinamento para grande parte da população. Outros já estão prevendo um êxodo urbano, com muitas pessoas deixando as metrópoles para viver em pequenas cidades ou mesmo no campo. A arquitetura deve mudar, muitas atividades humanas devem mudar.

Bodes expiatórios como no período medieval não devem ser registrados, mas há quem pressinta, sim, uma possível tendência ao recrudescimento da xenofobia, do nacionalismo. Mas também há os otimistas, para quem as ondas de solidariedade vivenciadas na pandemia possam levar ao estabelecimento de laços sociais mais fraternos, menos egoístas do que os impostos pelo liberalismo dominante.

A rápida resposta da Ciência, que pelos conhecimentos já acumulados e ferramentas tecnológicas disponíveis levou à produção de vacinas contra a Covid-19 em tempo recorde, A Ciência saiu fortalecida, mas não se pode esquecer que os movimentos anti-vacina evidenciaram um sentimento negacionista ainda profundo em muitos estratos sociais, de forma geral pelo mundo.

De todo modo, quaisquer que sejam as mudanças que a pandemia ainda vá provocar, e muitas já estão acontecendo, o jornalismo continuará no centro da vida social. Ele prosseguirá exercendo um papel vital no cotidiano, na forma das pessoas agirem e se relacionarem com elas mesmas, com a sua comunidade, com o ambiente que as cerca. Talvez não como antes, e com muitos desafios a enfrentar, mas o jornalismo continuará o seu papel, de busca da verdade, de defesa da justiça e garantia da democracia. A seguir, oito tendências que vejo para o jornalismo, para o bem e para

o mal, infelizmente. O recorte é o caso brasileiro, mas muitas observações valem para outros países.

1. Mudanças nas relações e formas de trabalho

Foram relevantes os efeitos da pandemia nas condições de trabalho dos jornalistas. Isso quando havia trabalho. Foram milhares de demissões de profissionais de imprensa em todo mundo em função da crise sanitária e seus impactos nas atividades econômicas. Quando não houve demissão, não raro aconteceu a redução de salários.

Um estudo do Centro de Pesquisa Comunicação & Trabalho, da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), propicia uma amostra do que ocorreu com os comunicadores brasileiros no primeiro ano da pandemia. A pesquisa “Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19”, coordenada por Roseli Figaro, contemplou um universo de 994 respondentes válidos.

A pesquisa revelou que 25% dos respondentes foram afetados de alguma forma, em termos salariais, durante a pandemia: 16% (162 profissionais) perderam clientes, 3% (29) tiveram o contrato suspenso e 6% (59) foram demitidos.

A fragilização das relações de trabalho foi uma das consequências, e não está descartada a manutenção desse cenário no pós-pandemia. Uma tendência é o avanço da chamada pejetização, com os jornalistas não sendo mais contratados diretamente, mas através de pequenas empresas que precisam abrir. Claro, panorama que pode mudar, dependendo do grau de mobilização da categoria, a melhoria da economia e outros fatores.

Outra tendência é a da manutenção, em boa parte da produção jornalística, do teletrabalho para os profissionais de imprensa. Em razão do confinamento e outras medidas impostas pelos protocolos de combate à Covid-19, boa parte dos jornalistas passou a trabalhar em casa, não mais nas redações.

E isso nem sempre nas condições ideais. A mesma pesquisa do Centro de Pesquisa Comunicação & Trabalho da ECA-USP mostrou que 68% dos profissionais trabalharam em regime de home office no primeiro ano da pandemia e 20% em regime híbrido, em casa e no lugar de trabalho. A pesquisa revelou que somente em 13% dos casos os meios de trabalho utilizados em home office, como computadores, microfones e outros equipamentos, pertenciam integralmente à organização para a qual o profissional atuava. Em 55% dos casos os meios de trabalho eram totalmente dos profissionais, significando que estes arcavam com os custos de manutenção, eletricidade e internet, entre outros.

Uma característica do home office, para muitos profissionais da comunicação, é o do grande desgaste, o da sensação de estar ligado 24 horas no trabalho. A manutenção do teletrabalho no pós-pandemia, portanto, deveria ser necessariamente acompanhada da melhoria substancial das condições em que essa modalidade de atuação é exercida.

2. Fortalecimento dos meios digitais

Como aconteceu em outros países, no Brasil também houve o fortalecimento do meio digital de informação no cenário da pandemia, em detrimento dos veículos impressos, que já vinham sofrendo quedas sucessivas nas vendas com o advento da Internet. Com as medidas de confinamento e isolamento social, as vendas de jornais e revistas impressas sofreram ainda mais. Muitas das tradicionais bancas tiveram que fechar, com uma grande perda cultural e social para muitas várias comunidades.

De acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), os dez maiores jornais impressos brasileiros tiveram um decréscimo de 12,8% de exemplares vendidos em 2021, em relação ao ano anterior. As dez publicações somaram 381,1 mil exemplares diários em dezembro de 2021, contra 437,9 mil no mesmo mês em 2020.

Considerando um horizonte de cinco anos, os mesmos jornais registraram 57% de quedas nas vendas, como informou o site Poder 360 a 01 de fevereiro de 2022, em texto de Hanna Yahya. Os dez jornais considerados foram: *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Super Notícia* (Belo Horizonte), *Zero Hora* (Porto Alegre), *Valor Econômico*, *Correio Braziliense* (DF), *Estado de Minas* (BH), *A Tarde* (Salvador) e *O Povo* (Fortaleza). O mineiro Super Notícia liderava o ranking em tiragens em dezembro de 2021, com 77.116 exemplares, mas foi o que registrou maior queda no ano, de 22,5%, em relação aos 99.534 exemplares de dezembro de 2020. Em contrapartida, os meios digitais dos mesmos veículos tiveram um aumento de 5,8% de assinantes em 2021 em relação ao anterior.

Importante registrar que o meio digital brasileiro tem contado com experiências de sucesso em termos de veículos independentes ou alternativos, como o Nexo Jornal (www.nexojornal.com.br), The Intercept Brasil (<https://theintercept.com/brasil>) e Agência Pública (www.apublica.org). Veículos que praticam o jornalismo investigativo e sempre muito premiados. Esse tipo de mídia deve continuar fortalecido no pós-pandemia, em um cenário cultural e político ávido por mudanças.

Experiências de sucesso nasceram em plena pandemia. Caso do Hora Campinas (<https://horacampinas.com.br>), montado por um grupo de jornalistas que há anos atuam na cidade e região. Em pouco tempo o veículo atingiu milhares de views. Experiências regionais semelhantes devem florescer, no esperado panorama de valorização do local e regional do pós-pandemia. Em qualquer caso, do veículo impresso ou digital, sempre haverá o grande desafio da manutenção, sobretudo em um país com as incertezas e oscilações econômicas como o Brasil.

3. Avanço da checagem de fatos

Em jornalismo são comuns expressões de origem inglesa, como lead e release, que se consagraram pelo modelo de jornalismo de inspiração norteamericana que se tornou dominante. Lead para

designar a abertura de uma notícia, com todas as informações que serão depois detalhadas ao longo do texto. Release é o nome do texto encaminhado para a mídia por uma assessoria de imprensa, informando sobre um produto ou evento que se queira divulgar.

Confesso, porém, que tenho minhas resistências com a expressão fake news, que se tornou tão corriqueira no vocabulário contemporâneo, no meio político, na mídia e no cotidiano de muitas pessoas. No contexto cultural do Brasil, usar o bom e velho português me parece muito mais adequado. Na minha opinião, falar que alguém é mentiroso, isso mesmo, mentiroso, é muito mais apropriado do que “uma pessoa que espalha fake news”.

Semântica à parte, com as nuvens do negacionismo e de suas irmãs, vá lá, as fake news, pairando no horizonte, as organizações de fact-checking, ou simplesmente de checagem de informações, tendem a crescer no cenário do jornalismo brasileiro. A Lupa foi pioneira no país, mas já surgiram outras iniciativas, como Aos Fatos (www.aosfatos.org) e Boatos.Org (www.boatos.org).

Veículos tradicionais de imprensa montaram os seus próprios serviços de checagem, para enfrentar a avalanche de notícias falsas, ou mentirosas. A Agência Pública manteve o serviço Truco, entre 2014 e 2018. De novo o desafio é a manutenção das iniciativas de checagem de fatos, que pelo jeito continuarão sendo muito úteis em um país em que a mentira virou palavra de ordem. Enquanto isso, a discussão sobre uma legislação para coibir as notícias falsas continua emperrada no Congresso Nacional dominado pelo Centrão. O assunto envolve fortes interesses, como os das grandes players da tecnologia.

O assunto é muito importante. As fake news se tornaram arma poderosa de grupos políticos que não apreciam a democracia, que não aceitam a diversidade, o pluralismo. As fake news são muito úteis para atacar instituições estabelecidas e que continuam sendo fundamentais para a manutenção do Estado de Direito e da democracia. Elas também são ferramenta perigosa para os negacionistas da Ciência. Enfim, combater as notícias falsas será uma tarefa relevante para o jornalismo pós-pandemia.

4. Novas alianças pelo jornalismo

O consórcio de grandes veículos brasileiros para divulgar dados estatísticos exatos sobre a Covid-19 foi uma novidade importante no cenário da pandemia para o jornalismo. É uma tendência que novas alianças sejam constituídas, no âmbito do jornalismo de dados e outras áreas.

Consórcios e alianças são um caminho interessante e eficaz sobretudo na cobertura de temas de dimensão internacional. Em um mundo globalizado, com múltiplas conexões dos diferentes atores sociais, faz toda a diferença uma reportagem que conte com profissionais sediados em vários países.

A soma de forças de dois ou mais veículos representa, igualmente, a multiplicação de recursos disponíveis e de possíveis leitores. O impacto da divulgação tende a ser muito maior. Foi assim nos casos dos *Panama Papers* e *Paradise Papers*, uma investigação que começou com os jornalistas do alemão *Süddeutsche Zeitung* e depois avançou para envolver profissionais de diversos países e veículos. Os Panama e Paradise Papers se referem ao conjunto de investigações feitas a partir dos documentos do escritório de advocacia panamenho Mossack Fonseca, sobre milhares de empresas abertas em paraísos fiscais. O escândalo envolveu diversos chefes de Estado e governo e empresários conhecidos, de dezenas de países. Apenas um veículo de informação não teria dado conta da extensão alcançada pelo caso, mesmo que fosse uma marca gigante.

Com os orçamentos reduzidos na maioria dos veículos, ainda sob os impactos da pandemia, que devem durar alguns anos, um consórcio ou aliança de investigação torna-se ferramenta poderosa. Em um consórcio de investigação, os parceiros podem trabalhar e divulgar juntos, como ocorreu no caso *Panama Papers*, ou podem produzir conteúdo de forma separada ou depois compartilhar, assim como no caso do *Next to Die, The Marshall Project*.

Unindo os esforços de veículos de diversos estados norteamericanos, a iniciativa acompanhou todas as execuções ocorridas nos Estados Unidos de agosto de 2015 a fevereiro de 2021.

“Ao registrar cada história e anotar cada morte, queríamos mostrar como a maquinaria da pena capital avança silenciosamente enquanto poucos estão assistindo. Apesar do trauma sofrido nesses casos - todos eles marcados por perdas profundas - eles são muitas vezes invisíveis para a maioria de nós”, afirmam os responsáveis pelo projeto (www.themarshallproject.org).

Não teria sido de enorme relevância histórica que algo ocorresse também no caso das milhares de vítimas de Covid-19 por todo o mundo? Quantas vidas amputadas, quanta história enterrada.

De qualquer modo, ainda haverá muito o que falar dos impactos da Covid-19 na vida das pessoas. O que representou a pandemia para a Educação, com bilhões de alunos fora da sala de aula e grande parte deles sem os recursos adequados para atividades à distância?

São milhares de histórias de vida que ainda poderão ser resgatadas. Como os mais vulneráveis, sobretudo, sobreviveram ao caos? E o que virá pela frente? Pauta não continuará faltando.

5. Novos caminhos para o jornalismo científico

Se a pandemia de Covid-19 foi inédita em termos de rapidez de propagação, em função de um mundo cada vez mais interconectado e com meios de transporte ligando todos os lugares a toda hora, ela também foi pioneira em termos da dimensão da divulgação científica. Nunca se publicou tanto em tão pouco tempo sobre uma doença específica. Foram milhares e milhares de artigos nas publicações científicas a cada mês, algumas vezes sem a devida e costumeira correção dos pares. Mas o certo é que muito material de grande qualidade foi publicado rapidamente, sobre a Covid-19 em si e sobre os seus múltiplos impactos na vida contemporânea e provavelmente futura.

Os meios de comunicação tradicionais também viram uma avalanche de Ciência, o que foi ótimo. Nunca tantos cientistas foram ouvidos em tão pouco tempo pelos jornalistas. Com isso, nunca antes o público em geral teve contato com tanta opinião e informação

científica, por jornal, revista, rádio, televisão ou algum meio pela Internet.

O espaço para a Ciência, e a valorização dessa que é uma das maiores demonstrações do que o ser humano pode fazer de bom, de construtivo, em benefício de todos, ficou ainda maior e mais justificado na mídia com a produção em tempo recorde de respostas eficientes contra a Covid-19: as vacinas. A fabricação em tão pouco tempo de tantas vacinas salvou milhões de vidas e representa uma enorme esperança de que soluções semelhantes e mais rápidas sejam encontradas para outras doenças, inclusive entre as chamadas negligenciadas, que há anos estão “na fila” esperando maior atenção da indústria farmacêutica, da Ciência em geral e dos tomadores de decisão.

A produção em tempo recorde das vacinas contra a Covid-19 apenas foi possível com o conhecimento que já tinha sido acumulado e pelas ferramentas tecnológicas disponíveis. A expectativa é a de que a expertise ganha na fabricação dessas vacinas abra novas possibilidades, também visando outras enfermidades. E tudo isso foi fartamente divulgado, pela mídia tradicional e pelas publicações especializadas.

A pandemia inaugurou, portanto, uma nova era na divulgação científica, e essa é uma oportunidade histórica que precisa e pode ser aproveitada pela mídia em geral. Espaços especiais para a Ciência devem ser abertos na mídia, ao lado dos tradicionais minutos e páginas voltados para a política, a economia, a cultura e, mais recentemente, o meio ambiente. Toda a sociedade vai ganhar com isso, saltos civilizatórios importantes podem ser conquistados.

Entretanto, essa oportunidade apenas será bem explorada se houver o devido cuidado e o investimento correto. É preciso capacitar melhor os veículos para esse momento novo, é preciso investir como se deve nos jornalistas com maior inclinação para a divulgação científica, embora o tema preferencialmente deva ser tratado de forma transversal e multidisciplinar pela mídia.

Mas existem, sim, os profissionais mais identificados com os assuntos científicos, que investiram nisso, buscaram maiores conhecimentos, assim como ocorre com os profissionais mais ligados

na política, economia e daí por diante. Então esses jornalistas mais ligados nas questões da Ciência tendem, sim, a ganhar mais espaço no pós-pandemia.

No Brasil, especificamente, é um imperativo que essa oportunidade histórica seja muito bem aproveitada e impulsionada. O negacionismo científico ganhou grande reforço durante a pandemia no país, na medida em que a tragédia global coincidiu, aqui, com a vigência de um governo federal que sempre se demonstrou anti-ciência, não fez questão de esconder isso e, pelo contrário, muitas vezes até se gabou dessa posição.

Houve enormes retrocessos, no governo Bolsonaro, na área da Ciência, assim como ocorreu no meio ambiente, por exemplo. O que é perfeitamente coerente, porque as questões ambientais merecem um olhar científico para que sejam devidamente equacionadas. Cortes superlativos nas verbas destinadas à Ciência, reduções nas bolsas concedidas, múltiplos ataques a cientistas, tudo isso durante uma das maiores catástrofes sanitárias da história da humanidade.

A tarefa é enorme, porque o negacionismo científico não nasceu no período do governo Bolsonaro. O fundamentalismo anti-Ciência tem raízes profundas na história brasileira. O país foi “descoberto”, com as necessárias aspás, e ocupado justamente no momento em que eram muito fortes, na Península Ibérica, as correntes anticientíficas. A Inquisição estava em pleno vigor, com toda a sua ânsia por levar cientistas e pensadores em geral para a fogueira. Enquanto boa parte da Europa recebia os novos ares soprados pela Reforma Protestante e pelo Iluminismo nascente, a Península Ibérica ainda era dominada por forças do Catolicismo mais obscurantista, o que se refletiu, naturalmente, na forma como foi estruturada a sociedade brasileira desde a “descoberta”. O que é mais anti-Ciência (e anti-Cristão, é bom que se diga) do que a Escravidão, exercida em larga escala com a justificativa de que a raça negra era inferior ou, no extremo, não era de pessoas de fato humanas?

Enfim, o jornalismo dará enormes passos no Brasil, com relevantes impactos civilizatórios, se potencializar os tempos e espaços abertos com a inédita divulgação científica ocorrida em função da pandemia de Covid-19. A Universidade pode e deve ser

importante parceria nesse sentido. A Unicamp, por exemplo, há anos mantém um centro de estudos e formação em jornalismo científico, no âmbito da pós-graduação, o Labjor (www.labjor.unicamp.br), que pode fornecer sólidos subsídios para essa nova era que se espera para o jornalismo no pós-pandemia .

De fato, de modo concomitante, temas que demandam uma abordagem científica, ao lado do necessário olhar ético, humanista, como a questão ambiental, também tendem a ganhar ainda maior atenção no jornalismo pós-pandemia. Não são poucos os autores, inclusive, que atribuem a eclosão da pandemia de Covid-19 à conjunção de graves crises ambientais que o planeta atravessa, notadamente a crise das mudanças climáticas e da rápida erosão da biodiversidade. Esses mesmos autores são muito firmes em defender que, se essas crises não forem no mínimo atenuadas, e rapidamente, não vai demorar para o aparecimento de novas pandemias. (Tratei do assunto no ebook “ONU em Xequê: Estocolmo+50, Covid-19 e as Nações Unidas no centro da crise planetária”, lançado no final de 2021.)

As mudanças climáticas, particularmente, ganham cada vez mais espaço na mídia brasileira, com um certo atraso em relação a outros países. Mas é possível ganhar terreno e a abordagem científica é crucial. É a Ciência, através do Painel Intergovernamental das Mudanças Climáticas (IPCC) e muitas outras fontes, que tem alertado para o agravamento de situações como as enchentes que provocaram tantas mortes em Petrópolis (RJ) no início de 2022, se não for equacionado com urgência o enorme desafio de frear as emissões atmosféricas que agravam o efeito-estufa.

Do mesmo modo, tendem a ganhar cada vez mais relevância temas como a luta dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais por suas terras, na Amazônia, Pantanal, Caatinga e demais biomassa brasileiros. Afinal, observar os direitos dessas comunidades significa promover de fato um desenvolvimento sustentável, em benefício de todos. Nessas questões, iniciativas e organizações como o Observatório do Clima (www.oc.eco.br) e Instituto Socioambiental/ISA (www.socioambiental.org) tendem a ser fontes cada vez mais procuradas pelos jornalistas no pós-pandemia.

6. “Explosão” do jornalismo de cultura

Em função de uma cultura que valoriza a economia e a política tradicional, protagonizada geralmente por homens brancos, os jornais, revistas e outras publicações sempre reservaram as últimas páginas para os cadernos ou editoriais destinadas às artes. Como se as artes fossem improdutivas, supérfluas.

Essa hierarquia que reflete a organização social em que vivemos foi relativamente rompida com o advento da Internet. Entretanto, mesmo os portais das marcas históricas do jornalismo continuam mantendo o destaque para temas e seções de política e economia. Para chegar aos temas culturais é preciso rolar e rolar a página.

No pós-pandemia, com a população global cansada de confinamentos e restrições de várias ordens, é esperada uma “explosão” de atividades artísticas, em suas mais diferentes linguagens. Neste cenário, o jornalismo cultural tende a ganhar espaços importantes, o que também pode trazer grandes benefícios em termos de saltos civilizatórios, como no caso do jornalismo científico. Nada melhor do que as artes, em sua extrema diversidade, para ajudar a entender melhor um mundo cada vez mais complexo e turbulento.

Os textos e outras modalidades de narrativa das editoriais de cultura geralmente já são diferenciados em relação aos formatos mais engessados das notícias, artigos e reportagens sobre política ou economia. Há maior liberdade criativa, o jornalista pode experimentar mais. É uma forte tendência que essa perspectiva seja fomentada no pós-pandemia.

Sinais expressivos das mudanças culturais que a pandemia de Covid-19 pode impulsionar são emitidos pela 59ª edição da Bienal de Veneza (www.labiennale.org), aberta no dia 23 de abril e que se estenderá até novembro de 2022. Sob o tema geral “The Milk os Dreams”, remetendo ao livro infantil do mesmo nome de Leonora Carrington, *La Biennale* propõe uma releitura do surrealismo e outros

movimentos artísticos do século 20, à luz dos desafios atuais, como a inteligência artificial e outros arroubos tecnológicos.

O que de fato importa é como a exposição na cidade fantástica, ela mesma um exemplo de surrealismo na prática (uma cidade sobre as águas?), trata o tema proposto. Pela primeira vez em mais de 100 anos de história, a Bienal de Veneza tem uma curadora, a italiana Cecilia Alemani. Dos 213 artistas convidados, de dezenas de países, mais de 90% são mulheres. Uma proporção justificada, para contrapor a maciça presença masculina na história da Bienal e executar devidamente o propósito da exposição, o de questionar “o ideal universal do homem branco”, como “centro imutável do universo e medida de todas as coisas”, conforme declarou Alemani. Impossível não recordar o “Homem Vitruviano” de Leonardo da Vinci, um ícone, sim, dos tempos iluministas, mas homem...

A crítica contundente de cultura machista, que provocou tantas guerras, continua gerando brutal violência de gênero e está na raiz da exploração devastadora dos recursos naturais, e que tem sido, com os resquícios do eurocentrismo, exterminadora para os povos indígenas de todas as latitudes, é a essência da Bienal de Veneza de 2022. Como no pavilhão mexicano, que mostra toda a violência contra as culturas pré-colombianas e o meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, apresenta modos alternativos de vida ao urbano tecnificado e consumista que continua sendo idealizado pelas propagandas sofisticadas e “sustentáveis”.

Novos ares para a cultura podem estar chegando, de certo modo eles já sopram nas ações de resistência dos povos indígenas da Amazônia e da comunidade LGBT. O jornalismo cultural terá um prato cheio para crescer muito no Brasil e em todo planeta no pós-pandemia.

7. Jornalismo para todos, em todas as plataformas

É um consenso que a pandemia acelerou a digitalização. Aulas do ensino fundamental à Universidade passaram a ser ministradas à distância, com todas as limitações que essa prática significou. O e-

commerce deu um salto exponencial, com a obrigação do confinamento e as medidas de restrição da mobilidade – pequenos comércios tiveram que aprender rapidamente a vender pela Internet para sobreviver. Em todas as áreas houve, em resumo, uma necessária “queima de etapas” em processos de digitalização.

No caso do jornalismo, se a Internet há tempos já se tornava avassaladora, com todas as modificações que implicou, positivas e negativas, a pandemia também incrementou a dependência dos meios digitais. Como vimos, a audiência dos sites de notícias foi multiplicada após a propagação da Covid-19. Jornais e revistas que antes não haviam migrado totalmente para a web tiveram que fazê-lo, obrigatoriamente.

Uma pesquisa da Kantar Ibope Media mostrou que o brasileiro nunca assistiu tanto vídeo como em 2020. Segundo o estudo *Inside Vídeo*, 80% dos brasileiros assistiram vídeos gratuitos em 2020, contra 65% de moradores de outros países. No mesmo ano, 204 milhões de brasileiros assistiram televisão. “Também em 2020 foram registradas 38 das 50 maiores audiências dos últimos cinco anos, com pico em 24 de março, 23% maior do que a média anual de 18,5%”, segundo a Kantar Ibope Media.

A audiência de podcasts também cresceu na pandemia, assim como a oferta de programas, com ampla variedade de temas. Na prática, o podcast revigorou a linguagem do rádio e se tornou uma opção interessante para quem gosta de entender mais sobre determinado assunto mas tem um tempo reduzido em função do trabalho cotidiano. Essa pessoa pode depois fazer o download do podcast preferido e ouvir quando puder.

Para mim, outra razão para que o podcast tenha alcançado bom retorno no Brasil é a tradição cultural da oralidade no país. Um bom podcast é aquele que sabe contar uma história, como nossas mães ou avós faziam. A oralidade é ancestral na cultura mestiça brasileira. Ainda há bom espaço para o crescimento dos podcasts de jornalismo, considerado o enorme desafio que é se sobressair diante do cardápio de opções já existentes.

Assim como entendo que continuará o espaço para o jornal impresso, a revista impressa, o livro impresso. As pessoas já estavam

se cansando da imaterialidade do digital e essa sensação deve ter sido exacerbada no contexto da pandemia. Assim como aconteceu com o renascimento dos elepês, que permitem o prazer de se tocar literalmente a música, com os próprios dedos, é provável que os velhos formatos de disseminação da palavra sobrevivam.

Entendo, em suma, que o jornalismo continuará sendo praticado e consumido em diferentes plataformas, para diferentes públicos e gostos. Se for bom jornalismo, encontrará espaço de difusão.

Um dos grandes desafios continuará sendo a manutenção dos veículos. Um bom jornalismo não é feito de graça. Os profissionais precisam ser devidamente remunerados. Há muitos custos a considerar, em se tratando de uma grande reportagem que implique em viagens, estadias.

A limitação da propaganda, que já vinha sendo sentida, pode ainda se tornar mais relevante, pelo menos a curto e médio prazos depois da pandemia. Talvez novos modelos de negócios precisem ser inventados e/ou praticados, pela mídia convencional e pelos meios independentes.

Uma questão séria a enfrentar é a da divulgação gratuita de material jornalístico pelas redes sociais. Uma notícia difundida dessa forma envolveu o trabalho do jornalista, de apuração, checagem, redação e edição. Também envolveu os gastos da empresa com salários, eventuais viagens, equipamentos etc.

Os grandes players da tecnologia resistem a pagar por essa veiculação. Alguns meios de comunicação já não publicam seus materiais em algumas das redes sociais. A questão envolve muito dinheiro e poder. Mas terá que ser resolvida em algum momento.

8. Um jornalismo ainda mais vibrante, como a vida lá fora

A cobertura de boa parte da pandemia de Covid-19, em seus cruciais momentos iniciais, foi feita da forma que os jornalistas menos gostam, no Brasil e maioria dos países. Autoridades governamentais anunciando decisões ou participando de entrevistas coletivas à distância, por videoconferência. Os jornalistas, quando começaram a ser indicados por seus veículos e ouvidos, tendo direito a uma pergunta, sem poder retrucar o entrevistado. Em algumas vezes o entrevistado sabendo de antemão a pergunta, e podendo, portanto, se preparar melhor para a resposta.

Somente a versão oficial sendo transmitida, em resumo. Claro, podia haver a contestação por parte de um outro entrevistado à distância, um médico ou cientista de alguma especialidade. Mas era algo frio, sem muita possibilidade de real questionamento.

O pior que o jornalismo de fato crítico abomina, a visão dos governantes prevalecendo. Pois o jornalismo tem que ser sempre a vigilância, os olhos da cidadania quando é a única possibilidade para a sua proteção. Tem que ser crítica, embate, debate, com os poderosos. Pois do contrário resta pouco para a esperança do cidadão comum.

Claro que o bom jornalismo prevaleceu, ao final das contas. O governo e sobretudo o presidente da República, sempre pronto a disparar seus absurdos, foram devidamente retrucados, inquiridos e desmentidos quando fosse o caso.

O jornalismo fez e muito bem a sua parte, mesmo que muita pauta tenha sido necessariamente produzida à distância, pelo telefone ou whatsapp, pelas limitações impostas pela pandemia. Foi pelos jornais da televisão, rádio ou Internet que as pessoas se informaram sobre tudo, se orientaram, ficaram menos perdidas no meio do grande pesadelo coletivo.

Pois no pós-pandemia, a tendência é que o jornalismo seja ainda mais vibrante, determinante para a vidas pessoas. Como todo cidadão, o jornalista está ávido para ir livremente às ruas, circular, continuar registrando a vida ao vivo, sem mediações tecnológicas.

O jornalista é geralmente inquieto por natureza, desconfiado da verdade aparentemente fechada. Como todo ser humano, ter passado pela experiência da pandemia com certeza mudou o olhar de muitos profissionais da imprensa sobre a vida, a sua vida e a dos outros. Foi uma travessia perturbadora para muitos, e até libertadora em alguns casos. Inibições, autocensuras, medos podem ter se perdido no meio do tsunami existencial desse momento único.

Um novo jornalismo emerge no horizonte, ainda mais incomodado e incômodo para os poderes estabelecidos. Esta é a minha expectativa e minha esperança. Contra algoritmos e bots ajudando a disseminar desinformação, contra a arrogância dos poderosos, o bom e velho jornalismo.

CAPÍTULO IV

Reportagens premiadas sobre a Covid-19

Uma das respostas mais comuns que ouvi de amigos e amigas, quando perguntava sobre o que estava achando daquele momento singularíssimo, foi: “Que coisa esquisita!”

Era difícil, quase impossível, colocar em palavras o que as pessoas sentiram durante a pandemia, principalmente nos momentos iniciais. Eu também estava na mesma condição, com a sensação, às vezes, de estar vivendo um pesadelo do pior gosto possível.

Procurei fazer a minha parte como jornalista, buscando alguns ângulos diferentes para reportagens publicadas na Agência Social de Notícias (www.agenciasn.com.br). Não dava para ficar parado, a pandemia era algo importante demais, grande demais para não fazer alguma coisa.

Para minha surpresa e honra, três dessas reportagens foram reconhecidas em prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. Elas vão a seguir, como um recorte do trabalho de jornalista na pandemia. Ainda assustado, meio atordoado, mas com esperança de que tudo vá melhorar! E sempre com muito orgulho de minha profissão!

Publicada a 01 de outubro de 2020, a reportagem “Na ausência de ações integradas, Observatório traduz os dados sobre Covid-19 na Região de Campinas”. O texto mostra o trabalho do Observatório da PUC-Campinas e do Observatório Covid-19 BR como exemplos de iniciativas surgidas no meio acadêmico para compensar a desinformação oficial nos primeiros momentos da pandemia.

A reportagem ganhou Menção Especial na IV Edição do Prêmio Jornalismo Científico do Mercosul, promovido Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul (RECYT), sendo organizado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Paraguai

(CONACYT) e com apoio da Oficina Regional de Ciências, em Montevideu, Uruguai, da Unesco.



PREMIO PERIODISMO CIENTÍFICO DEL MERCOSUR

GANADORES DE LA 4TA EDICIÓN

CATEGORÍA ESCRITA PROFESIONAL

PUESTO	PAÍS	AUTOR	NOMBRE DEL TRABAJO
1 ^{er}	Paraguay	Irma Oviedo	De test de coronavirus y otras dudas sobre el diagnóstico.
2 ^o	Paraguay	José Vargas	Una mañana en las trincheras del COVID.
3 ^{er}	Brasil	Carolina Moreira Holland	Após reabertura do comércio, casos de coronavírus triplicam em SC.
Mención	Brasil	José Soares	Na ausência de ações integradas, Observatório traduz os dados sobre Covid-19 na Região de Campinas.

CATEGORÍA ESCRITA JUNIOR

PUESTO	PAÍS	AUTOR	NOMBRE DEL TRABAJO
1 ^{er}	Paraguay	María Belén Galeano	De un virus a una visión más amplia.

CATEGORÍA FOTOGRAFÍA

PUESTO	PAÍS	AUTOR	NOMBRE DEL TRABAJO
1 ^{er}	Paraguay	Antonia Delvalle	FELIX.
2 ^o	Brasil	Anderson Coelho	Paciente Trasferido para UTI.



Observatório da PUC-Campinas avalia e analisa evolução da Covid-19 na RMC (Foto Adriano Rosa)

Na ausência de ações integradas, Observatório traduz os dados sobre Covid-19 na Região de Campinas

Postado por: [ASN](#) 01/10/2020 em [Cidadania](#) Comentários desativados

Por José Pedro Soares Martins
Campinas, 1 de outubro de 2020

Desde o início do mês de julho, os dados sobre a pandemia na Região Metropolitana de Campinas (RMC) deixaram de ser apenas um conjunto de números frios sobre a escalada dos casos e óbitos no conjunto dos 20 municípios, onde moram mais de 3,3 milhões de pessoas. Isto porque o Observatório da PUC-Campinas (<https://observatorio.puc-campinas.edu.br/covid-19/>), vinculado à área de extensão da Universidade, passou a publicar um painel interativo e um conjunto de notas técnicas traduzindo e contextualizando os dados fornecidos pela Fundação Seade, ligada ao governo de São Paulo, entre outras fontes.

A ação é uma das iniciativas que proliferaram no país desde o início da pandemia, e sobretudo na esfera acadêmica, tendo sido concebidas para o melhor entendimento das tendências e complexidade associadas ao gigantesco desafio planetário e com devastadora repercussão no cenário brasileiro. São iniciativas que nasceram em um contexto de desalinhamento de ações e posturas entre os entes federativos e de uma verdadeira guerra de (des)informação sobre aspectos críticos da pandemia. Tornar as informações disponíveis mais acessíveis e dar transparência a dados que permanecem invisíveis para o grande público são outros motivos que alimentam essas iniciativas, independentes ou vinculadas a alguma instituição de alcance comunitário.



Professor Paulo Ricardo Oliveira, do Observatório da PUC-Campinas (Foto Divulgação)

“O objetivo do Observatório PUC-Campinas é contribuir com a difusão de informações e análises que ajudem a pensar a Região Metropolitana de Campinas de várias perspectivas, a econômica, a social, a ambiental, entre outras, colaborando na elaboração de políticas públicas integradas”, observa o professor extensionista e economista do Observatório, Paulo Ricardo da Silva Oliveira. “Com o surgimento da pandemia, o Observatório não poderia deixar de atuar e então foram criadas ações como um painel interativo, com dados atualizados, e as notas técnicas, formuladas pelos docentes e alunos”, completa Oliveira. Graduandos cuidam da elaboração de mapas e gráficos que ajudam no melhor entendimento sobre os dados publicados.

O painel interativo passou então a oferecer um panorama regional da pandemia, que ocorre no momento em que a Região Metropolitana de Campinas completa 20 anos. A RMC foi criada em 19 de junho de 2000, pela Lei Complementar nº 870.

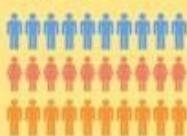
COVID-19 NA RMC

Dados coligidos pelo painel
interativo do Observatório da
PUC-Campinas

ATÉ 28/09/2020

76.584 **CASOS**

casos confirmados no
conjunto de 20 municípios,
onde moram mais de 3,3
milhões de pessoas



**CASOS POR 100 MIL
HABITANTES**

2.398



No Brasil a taxa de
incidência é de 2.154,8
casos por 100 mil
habitantes

2.427 **ÓBITOS**

A letalidade é de 3,17% na
RMC, enquanto no Brasil é de
3,0% e no estado de São Paulo,
de 3,6%



**ÓBITOS POR 100
MIL**

76



No Brasil a taxa é de 65 por
100 mil habitantes e o
estado de Roraima tem a
maior incidência de
mortalidade, com 101,2
óbitos/100 mil habitantes

FONTES

Ministério da Saúde, Fundação Seade, com imagens
Pixabay

A institucionalização da RMC foi o reconhecimento de uma realidade que já ocorria há muitos anos na prática, com a crescente conurbação de seus municípios. As divisas entre o maior deles, Campinas, com nove dos 20 municípios passam despercebidas. Um tecido urbano contínuo avança a cada ano que passa, com novos condomínios e conjuntos habitacionais alimentando o adensamento populacional.

Com a criação da RMC, a região passou a contar com um Conselho de Desenvolvimento, integrado por representantes dos 20 municípios, e com uma instância técnica, a Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp), encarregada de contribuir com estudos e propostas em diversas áreas. O planejamento de ações em transporte, educação, saúde e meio ambiente começou a ter uma perspectiva regional. Integram a RMC os municípios de Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

Uma das ações resultantes da visão regionalizada da gestão pública foi a construção ou reforma, a partir de 2016, de dezenas de unidades básicas de saúde (UBS) nos 20 municípios, em função do Programa Saúde em Ação, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com contrapartidas do governo estadual. Essas novas UBS, como a do Jardim Boer, em Americana, e do Jardim São Francisco, em Santa Bárbara d'Oeste, passaram a integrar a rede de atenção básica à saúde que tem sido fundamental no enfrentamento da pandemia.

Não tem ocorrido, entretanto, ao contrário do que seria necessário, uma ação regional, integrada, de combate à Covid-19. Cada município tem agido no interior de suas fronteiras. “Falta uma ação coordenada entre os municípios, assim como não ocorreu entre os entes federativos, com o governo federal praticamente abandonando os municípios”, lamenta o médico infectologista Paulo Abati, que atua na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na rede municipal de saúde de Campinas.

Sem a articulação intermunicipal, faltava uma visão regionalizada da Covid-19 na RMC e essa demanda foi atendida com a criação do painel interativo do Observatório PUC-Campinas. “Em um momento tão importante como esse, que requer o esforço conjunto das prefeituras e da sociedade, a plataforma busca ser um mecanismo facilitador à tomada de decisões”, afirma o professor Paulo Ricardo da Silva Oliveira, da PUC-Campinas.

Ele cita a questão da abertura do comércio como um exemplo da falta de alinhamento intermunicipal na RMC. Em determinado momento, enquanto Campinas fechava o comércio, outros municípios da região abriam, atraindo consumidores de fora. A situação mudou um pouco com a adoção do Plano São Paulo, pelo governo paulista.

Com validade a partir de 1 de junho, o Plano São Paulo passou a prever a retomada de atividades econômicas de forma paulatina nos municípios paulistas de acordo com a cor da fase em que se encontra o respectivo Departamento Regional de Saúde e seguindo critérios científicos sobre a sua situação epidemiológica: Vermelho, Laranja, Amarelo, Verde e Azul. No dia 3 de junho, o primeiro balanço do Plano São Paulo indicou que três regiões (Grande São Paulo,

município de São Paulo e região de Registro) estavam na fase vermelha, a de maiores restrições à reabertura das atividades, 10 regiões estavam na fase laranja e apenas quatro, na fase amarela. No dia 11 de setembro, todas as regiões estavam na fase amarela, a de flexibilização das atividades.

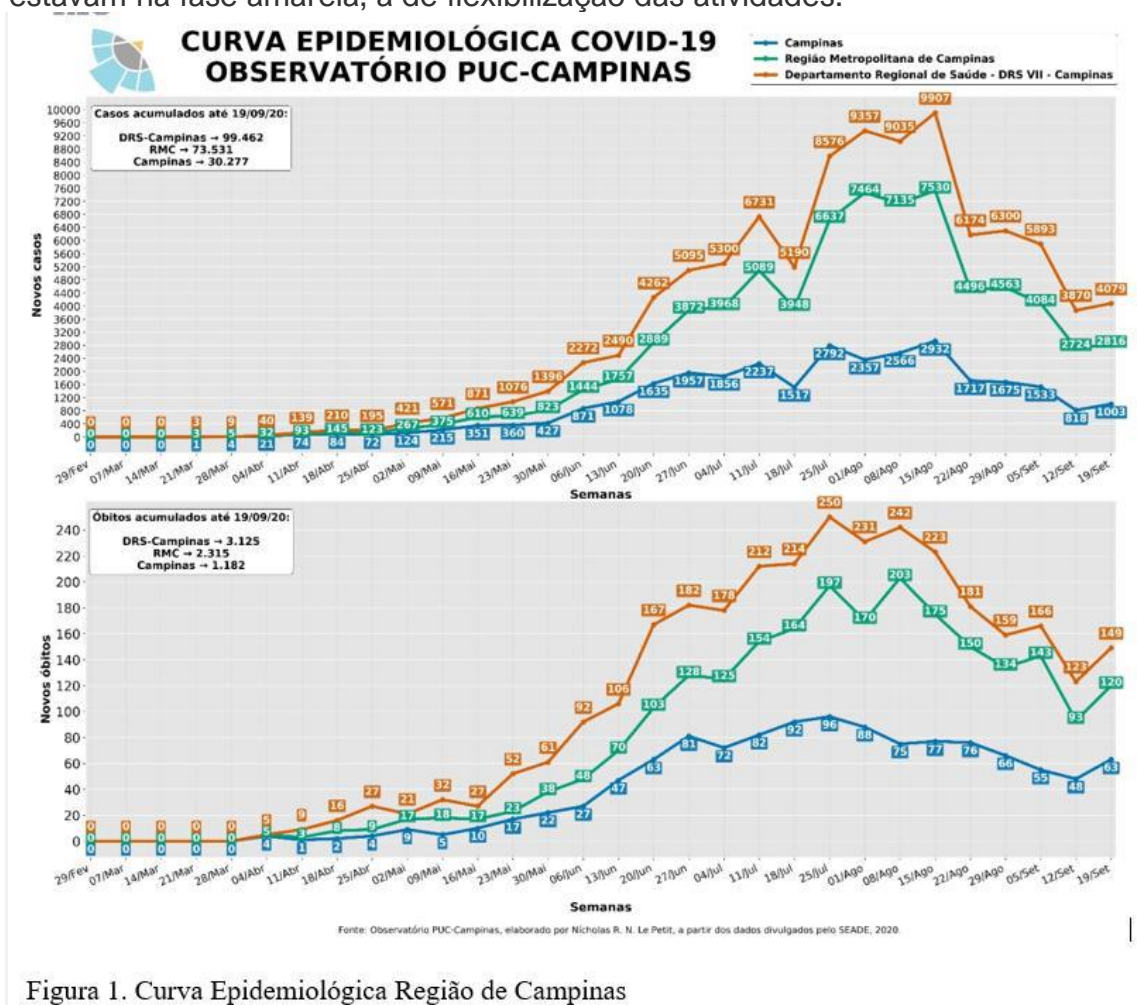


Figura 1. Curva Epidemiológica Região de Campinas

Curva de casos e óbitos de Covid-19 na RMC até 19 de setembro (Fonte Observatório PUC-Campinas)

Evolução da pandemia

O painel interativo sobre Covid-19 do Observatório da PUC-Campinas possibilita o monitoramento da evolução da pandemia nos 20 municípios da RMC e, de alguma forma, os resultados da rede pública de saúde instalada na região. Os dados coligidos mostram um rápido crescimento no número de casos a partir de junho e até meados de agosto, quando começam a cair, como ocorreu em outras regiões do Brasil.

Como aconteceu em todo país, na RMC a aceleração aconteceu depois de duas trocas de ministros da Saúde e do período em que o cargo de ministro ficou vago, de 15 de maio a 2 de junho, quando assumiu interinamente o general Eduardo Pazuello. O militar apenas tomou posse oficialmente do cargo no dia 16 de setembro. Luiz Henrique Mandetta foi ministro de 1 de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020, quando deixou o cargo após muitas divergências com o presidente Jair Bolsonaro. O seu sucessor, Nelson Teich, tomou posse no dia 17 de abril e se demitiu no dia 15 de maio.

Um dos motivos da demissão de Mandetta foi a sua forte defesa do isolamento social, que nunca foi compartilhada pelo presidente da República. Para muitos especialistas, a conduta errática no governo federal sobre a Covid-19 teve efeito negativo nas políticas de enfrentamento da pandemia. “Nossos índices de isolamento variaram muito ao longo desse período, em parte, em função das mensagens governamentais tão contraditórias e diversas”, afirma a médica sanitária Carmen Lavras, ex-secretária municipal da Saúde de Campinas e atual coordenadora do Programa de Estudos de Sistemas de Saúde, no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp.

Após o período de queda nos números, o Observatório da PUC-Campinas registrou o incremento de casos de Covid-19 na região na semana de 12 a 19 de setembro. “O aumento percentual significativo no registro de casos e óbitos no município de Campinas e na região, nesta última semana, faz as luzes de alerta piscarem com mais intensidade”, alertou o Observatório da PUC-Campinas, em nota técnica assinada pelo professor Paulo Ricardo Oliveira, pelo médico infectologista do hospital da PUC-Campinas André Giglio Bueno e graduandos. Os membros do Observatório entendem que esse aumento pode ter sido decorrência do relaxamento no isolamento social, como se viu sobretudo por ocasião do feriadão de 7 de setembro: “Conforme vem sendo ressaltado nas últimas notas e por diversas autoridades, à medida que a flexibilização aumenta, a responsabilidade individual para seguir as recomendações também aumenta. E, se a adesão às medidas de controle diminui, a possibilidade de o número de casos aumentar fica mais clara. É possível, portanto, que os números da última semana estejam começando a refletir um movimento como esse. Passadas duas semanas do último feriado nacional, a falta de cuidado com as medidas básicas de proteção, escancarada em imagens vistas por todos em praias e bares, corrobora essa hipótese”.

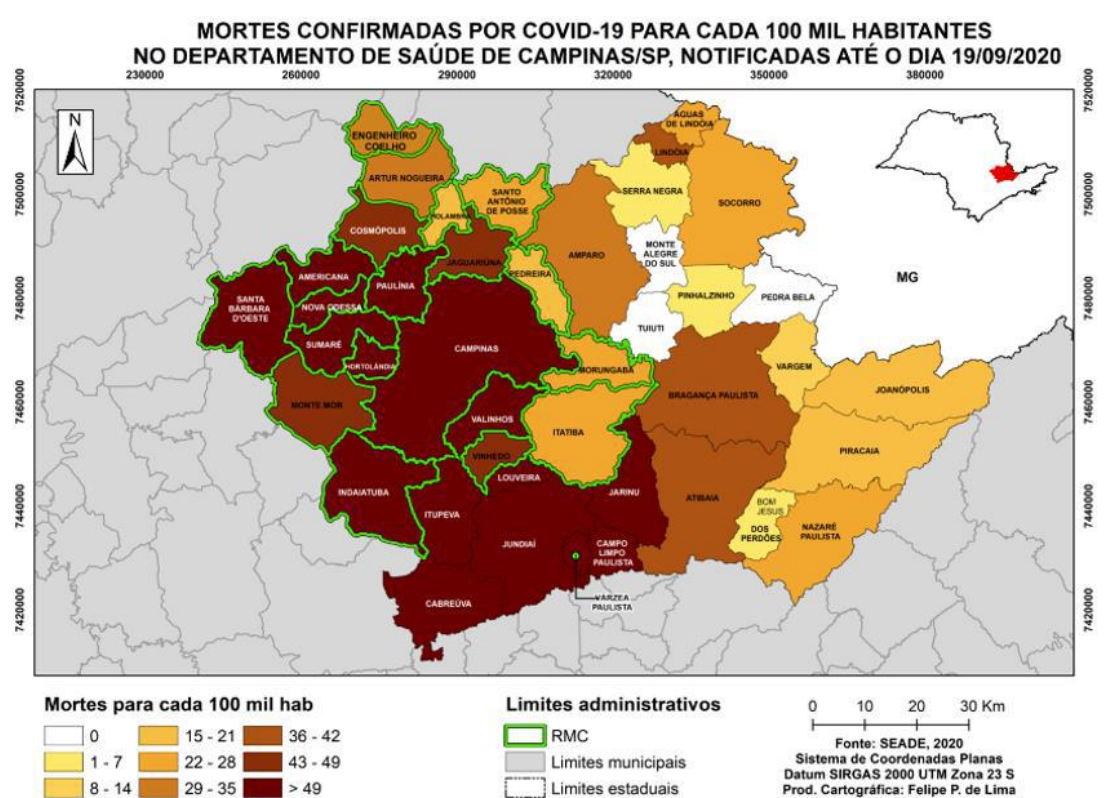


Figura 3. Mapa da Mortalidade pela Covid-19 no DRS-Campinas e Engenheiro Coelho

Taxa de óbitos por Covid-19 na RMC, por 100 mil habitantes (Fonte: Observatório da PUC-Campinas)

Os membros do Observatório alertaram, ainda, para a variação do Número Reprodutivo Efetivo (R_e) no município de Campinas, o maior e sede da RMC. O R_e é um indicador que aponta quantas pessoas em média um doente pode infectar. “Quando este valor está acima de 1, entende-se que a epidemia está em expansão; quando está igual a 1, estabilidade; e abaixo de 1, indicaria um declínio da epidemia”, explica a [nota técnica](#) do Observatório da PUC-Campinas, sobre a semana de 12 a 19 de setembro.

No começo da pandemia, a 26 de março, o R_e de Campinas era de 2,1, o mais alto já registrado. Depois variou em vários momentos acima de 1. Depois de vários dias abaixo de 1, desde 14 de agosto, o R_e de Campinas voltou a subir, chegando a 1,1 em 5 de setembro.

A variação em Campinas do Número Reprodutivo Efetivo (R_e) e outros dados, citados nas notas técnicas do Observatório da PUC-Campinas, têm como fonte iniciativa semelhante, a do Observatório Covid-19 BR, fruto da união voluntária de especialistas de diversas áreas acadêmicas e de estudantes de pós-graduação (ver abaixo). Outra fonte são os [boletins detalhados](#) que a [Secretaria Municipal de Saúde de Campinas](#) tem divulgado, ao longo da trajetória da pandemia.

O responsável pela análise, nas notas técnicas do Observatório, dos aspectos ligados à saúde é André Giglio Bueno, médico infectologista no Hospital da PUC-Campinas. Ele destaca que, de fato, de maneira geral a RMC seguiu mais ou menos o mesmo padrão de evolução da Covid-19 que outras regiões do país, com um momento de elevação acentuada de casos e óbitos, seguido do decréscimo dos números.

O médico assinala que, apesar de uma fase mais crítica, de uso de quase toda a capacidade instalada de UTIs específicas para casos mais graves de Covid-19 na RMC, houve a queda nos números. “Era pouco provável que a região de Campinas tivesse um colapso no atendimento, como ocorreu em outros locais do Brasil”, afirma o infectologista, citando a existência na RMC de uma rede hospitalar e de atendimento básico de boa qualidade.



Rua 13 de Maio, centro de Campinas, após reabertura do comércio em junho (Foto Adriano Rosa)

Alguns hospitais da RMC aumentaram a sua capacidade instalada de UTIs para casos graves de Covid-19. Foi o caso das unidades sob gestão da Unicamp, referência para o atendimento regional, que aumentaram o número de leitos de UTI de 158 para 251, o que foi possível em função de transferência de recursos do governo estadual e de muitas doações voluntárias. Também houve a instalação de um hospital de campanha em Campinas, com 84 leitos, pela atuação da Associação Expedicionários da Saúde.

A Unicamp também se preparou para a realização de diagnósticos em massa da população, em Campinas e municípios da RMC e outras regiões. Até o fim de agosto, mais de 70 mil testes RT-PCR foram realizados com os kits desenvolvidos na Universidade, tendo sido atendidos 62 municípios. A Unicamp se equipou para ampliar sua capacidade de atendimento e realização de diagnóstico em massa, em razão da força-tarefa criada pelo reitor Marcelo Knobel e com a participação central de órgãos como o Laboratório de Estudos de Vírus Emergentes (LEVE) da Universidade, o único de nível 3 de biossegurança na RMC. O LEVE atuou, por exemplo, na ampliação da capacidade do Laboratório de Patologia Clínica do Hospital de Clínicas, para fazer os diagnósticos em massa.

O médico infectologista Paulo Abati, contratado pela Unicamp e que também atua no serviço municipal de saúde de Campinas, corrobora a opinião do colega

André Giglio Bueno. “A rede pública de saúde de Campinas se estruturou, mesmo que tardiamente, de maneira bastante satisfatória para o enfrentamento da Covid-19. Qualquer pessoa com sintomas de gripe hoje consegue fazer teste, em qualquer posto de saúde da rede pública, o que não era possível no início da pandemia. As equipes de saúde da família atuam no território, monitorando as pessoas sintomáticas. É um ponto positivo esse trabalho da rede pública até conseguir fazer o diagnóstico precoce e acompanhar a população nos territórios”, diz Abati. Ele observa, ainda, que, “segundo o que diz a Ciência Campinas não colocou no seu protocolo disponibilizar cloroquina para a população”, uma medida que vem sendo recomendada em instância federal, pelo próprio presidente da República.

“Ponto positivo para Campinas”, afirma Abati. Ele nota, entretanto, que “em algum momento, de reabertura do comércio, a Prefeitura não ouviu a Ciência”. No dia 28 de maio, o prefeito Jonas Donizette anunciou um plano para a abertura gradual do comércio. Dois dias depois, voltou atrás, em função do aumento de procura nos serviços de saúde. No dia 8 de junho, novamente parte do comércio foi reaberta, gerando grande fluxo de consumidores e aglomeração na região central da cidade e consequente elevação do número de casos de Covid. Duas semanas depois, novamente houve o fechamento das atividades, até a retomada posterior, de acordo com o Plano São Paulo.

Observatório da PUC-Campinas faz estudo sobre vulnerabilidade social em Hortolândia

Todo esse movimento pendular, nas decisões dos gestores e nos números de casos de óbitos, foi registrado nos dados do painel interativo e nas notas técnicas do Observatório da PUC-Campinas sobre a Covid-19. Mas o Observatório, que adquiriu crescente visibilidade na opinião pública e sociedade em geral na RMC, está avançando em suas linhas de ação, com estudos específicos sobre aspectos ligados à pandemia.

É o caso de um estudo sobre a vulnerabilidade social em uma região do município de Hortolândia, considerando como a condição social da população pode agravar a exposição à Covid-19. O estudo é resultado de um termo de cooperação técnica assinado entre o Observatório e a Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Social de Hortolândia e prevê o diagnóstico territorial na região do Jardim Novo Ângulo, de alta concentração de famílias de baixa renda e onde estão situadas três áreas de ocupação.

“Esse diagnóstico vai nos permitir conhecer melhor as potencialidades e vulnerabilidades do território, incluindo a identificação das famílias chefiadas por mulheres e a quantidade de pessoas idosas, entre outros itens que podem ajudar muito no desenvolvimento de políticas públicas”, explica Eliane da Silva Souza, coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do Novo Ângulo.

A coordenadora observa que o diagnóstico vai apontar as fragilidades no Novo Ângulo no caso do enfrentamento da pandemia. “O estudo vai possibilitar dados como a população de risco, quantas pessoas não têm água encanada em casa, por exemplo, o que é fundamental para a questão da higiene”, diz Eliane.

Os primeiros resultados do diagnóstico de vulnerabilidade no Jardim Novo Ângulo foram apresentados em reunião virtual no dia 29 de setembro. Outras conclusões serão apresentadas regularmente até o fim do termo de cooperação

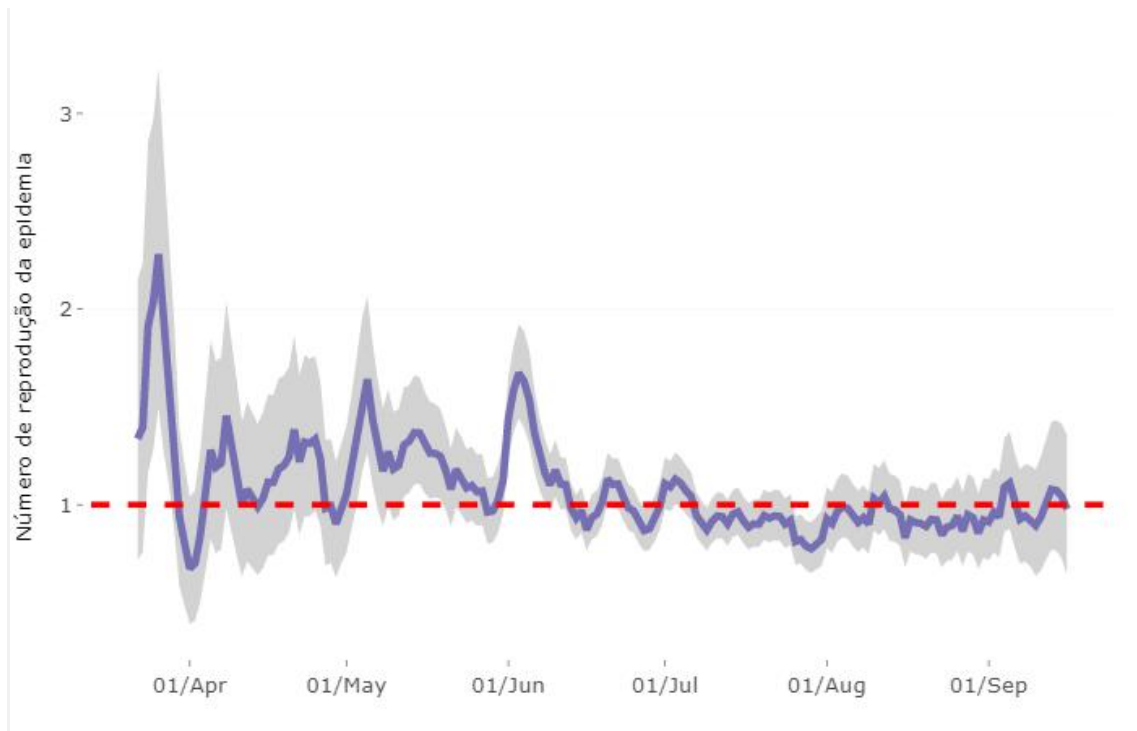
técnica, em 2021. “Sem esse apoio do Observatório da PUC-Campinas não seria possível esse estudo, que é feito de forma gratuita, sem custos para o município, o que é muito importante hoje em tempos de restrições orçamentárias”, completa a coordenadora Eliane.

O diagnóstico territorial, conduzido por docentes ligados ao Observatório da PUC-Campinas e muitos estudantes, também vai incluir uma cartografia social da região do Novo Ângulo, visando o fortalecimento da economia solidária e do protagonismo das mulheres na região. Participam da elaboração do diagnóstico, entre outros membros do Observatório, os professores Paulo Oliveira e Cristiano Monteiro da Silva.

Ainda em Hortolândia, o Observatório da PUC-Campinas está mantendo outra parceria, com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para mapeamento do empreendedorismo na população negra. O mapeamento, como nota Alessandra Santos Rosa, assessora econômica da Secretaria, será essencial para a implementação da lei municipal, aprovada no final de 2019, que criou o Programa Municipal Afroempreendedor, pioneiro na Região Metropolitana de Campinas.

Desta forma o Observatório da PUC-Campinas, além de auxiliar na disseminação e avaliação de dados de forma regionalizada sobre Covid-19, superando o hiato deixado pela ausência de ações intermunicipais integradas, também está contribuindo com políticas públicas na RMC. Também dentro de suas atribuições, o Observatório ajuda na formação acadêmica dos estudantes envolvidos.

É a situação de Felipe Pedroso de Lima, aluno no quarto período do curso de Geografia e que está colaborando na elaboração dos mapas usados nas notas técnicas do Observatório. “Está agregando demais na minha formação, principalmente porque estamos dialogando com outras áreas, como no caso da Economia e da Medicina, pela participação de profissionais como Paulo Oliveira e André Giglio”, comenta o graduando. “As disciplinas estão se conversando no Observatório e isso enriquece o meu currículo e o trabalho da equipe como um todo”, ele conclui.



Variação em Campinas do Número Reprodutivo Efetivo (Re) para Covid-19, fornecido pelo Observatório Covid-19 Brasil

OBSERVATÓRIO COVID-19 BR: REDE DE PESQUISADORES E ALUNOS PARA DECIFRAR OS ENIGMAS DA PANDEMIA

O uso, nas notas técnicas do Observatório da PUC-Campinas, de dados como a variação em Campinas do Número Reprodutivo Efetivo (Re), fornecidos pelo Observatório Covid-19 BR (<https://covid19br.github.io/index.html>) é um claro exemplo de como as iniciativas nascidas no Brasil para decifrar os enigmas associados à pandemia acabaram promovendo um diálogo permanente, pela profundidade das análises e abordagens e pela perspectiva multidisciplinar envolvida.

De fato, o Observatório Covid-19 BR acabou se tornando uma rede de especialistas acadêmicos em várias áreas do conhecimento. “Houve um grupo inicial, de alguns pesquisadores, e aos poucos houve uma ampliação, até a formação de uma network com a colaboração voluntária de todos os membros”, comenta o físico Roberto Andre Kraenkel, integrante do núcleo original do Observatório Covid-19 BR.

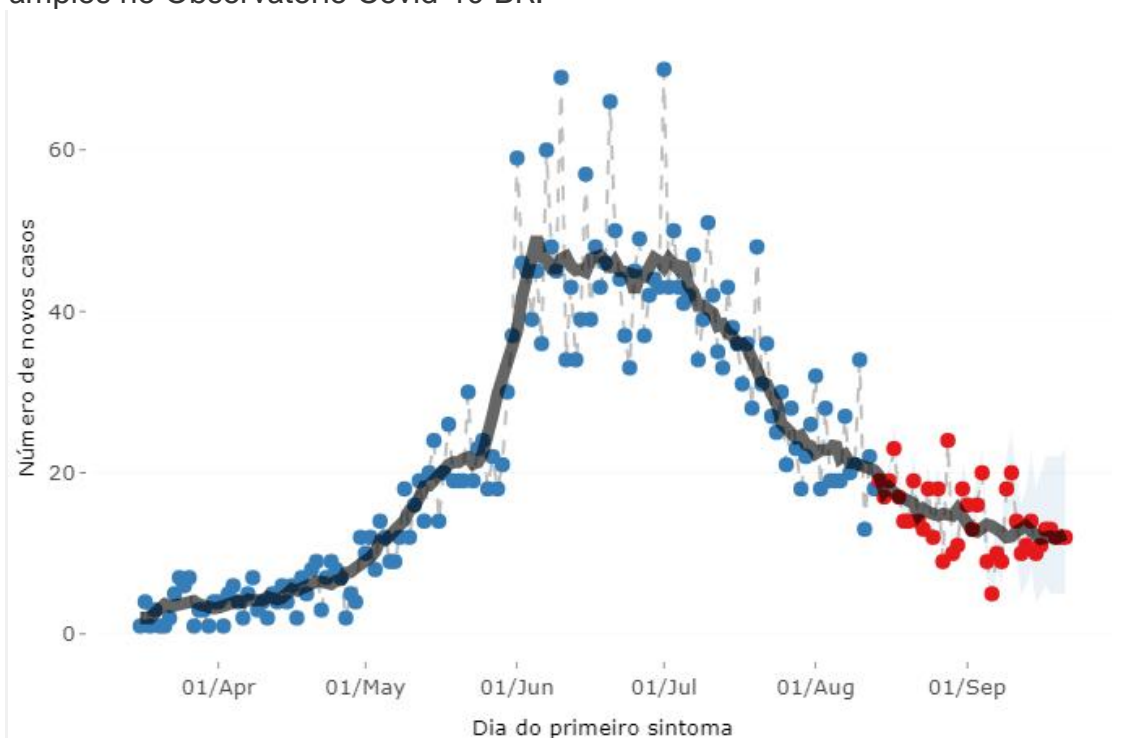


Roberto Kraenkel: cacofonia sobre Covid-19 motiva criação de Observatórios (Foto Divulgação)

“Eram pesquisadores entusiasmados e interessados em entender melhor a evolução da Covid-19, contribuindo com análises qualitativas e quantitativas em diversas áreas”, diz Roberto, que é pesquisador do Instituto de Física Teórica (IFT) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Com o crescimento da rede, passaram a integrar o Observatório professores e pesquisadores de várias instituições universitárias, do Brasil e outros países, além de estudantes de pós-graduação, também de instituições brasileiras e do exterior, como MIT, Harvard e Universidades de Glasgow, na Escócia, e Chicago, nos Estados Unidos. Kraenkel nota que não existe estrutura formalizada do Observatório Covid-19 BR e nem uma coordenação, apesar de alguns nomes terem uma atuação mais central. As contribuições vão aparecendo de acordo com as especialidades de

cada colaborador e assim é mantido o [site](#), onde podem ser encontradas informações sobre a situação da pandemia em estados e vários municípios, análises sobre diferentes aspectos da Covid, informações técnicas e a presença do Observatório na mídia.

As informações sobre municípios específicos, como no caso de Campinas, acontecem quando há o envolvimento de especialistas nesses locais e que se integram ao Observatório. “Em Campinas, há profissionais de alto nível na Secretaria Municipal de Saúde, na Unicamp e outras universidades e com isso os dados são muito completos e aprofundados”, diz Roberto Kraenkel. Além de Campinas, Santa Bárbara d’Oeste é outro município da RMC com dados mais amplos no Observatório Covid-19 BR.



Curva dos casos graves de Covid-19 em Campinas, sendo em azul os notificados e em vermelho os estimados (Fonte Observatório Covid-19 BR)

O físico do IFT-Unesp reconhece que a ausência de políticas integradas e de alinhamento entre os entes federativos contribuiu para a multiplicação de iniciativas como os Observatórios independentes de monitoramento da Covid-19. “O governo brasileiro praticamente abandonou a atuação na pandemia, deixando tudo por conta dos estados e municípios. Então temos praticamente 27 políticas diferentes dentro do mesmo país, se considerarmos apenas os 26 estados e Distrito Federal”, comenta.

A falta de alinhamento entre as ações dos entes federativos, diz Kraenkel, produz uma cacofonia que interfere nas informações sobre a pandemia, daí o aparecimento de iniciativas da sociedade civil e na academia para o melhor entendimento das múltiplas implicações da doença. “No Brasil, temos uma instituição de alta capacidade, ligada ao governo federal, no caso a [Fiocruz](#), que é vinculada ao Ministério da Saúde, mas o próprio governo não a ouve, não considera o que seus profissionais de excelência dizem. É o contrário da França ou Alemanha, onde os governos acatam o que suas instituições científicas

afirmam. A transparência e confiabilidade das informações são muito maiores nesses casos”, diz o membro do Observatório Covid-19 BR.

Roberto Kraenkel assinala que, por outro lado, a pandemia tem reafirmado a necessidade de a própria comunidade científica se comunicar de modo mais claro, inteligível, para a população em geral. “Ainda existe na comunidade científica uma dificuldade de utilização de linguagem mais acessível. E isso se torna cada vez mais importante para a própria sobrevivência da ciência, em um país onde ela vem sendo atacada constantemente pelo governo federal e também por governos estaduais”, completa o físico, salientando que de modo geral os Observatórios têm feito um esforço exatamente no sentido de dar maior clareza às informações e análises sobre a pandemia, de modo que sejam melhor assimiladas e compreendidas pela opinião pública. Assim a sociedade brasileira tem acesso a dados mais confiáveis, trabalhados e contextualizados sobre o imenso desafio coletivo ainda sem prazo para terminar que é a pandemia de Covid-19.

OUTROS OBSERVATÓRIOS DA COVID-19

Observatório Covid-19 Maringá: <http://complex.pfi.uem.br/covid/>

Observatório da Universidade Federal de Santa Maria: <https://www.ufsm.br/coronavirus/observatorio/>

Publicada no dia 10 de novembro de 2020, a reportagem “A ciência e extensão que alavancam o agronegócio, garantem a comida na mesa e combatem a Covid-19” registrou algumas contribuições de pesquisadores e instituições para a produção agrícola, no contexto da pandemia. A reportagem ganhou o Prêmio ABAG Ribeirão Preto/José Hamilton Ribeiro de Jornalismo de 2020, na Modalidade Internet.

Vencedor
Modalidade Internet

José Pedro Soares Martins



Matéria: A ciência e a extensão que alavancam o agronegócio, garantem comida na mesa e combatem a Covid-19

Veículo: Agência Social de Notícias



Painéis dinâmicos desenvolvidos pela Embrapa Territorial

A ciência e a extensão que alavancam o agronegócio, garantem comida na mesa e combatem a Covid-19

Postado por: [ASN](#) 10/11/2020 em [Cidadania](#), [Contra o Coronavírus](#) Comentários desativados

Por José Pedro Soares Martins
Campinas, 10 de novembro de 2020

Desde o mês de abril, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem à disposição uma ferramenta para identificar de forma precoce os riscos ao abastecimento interno e às exportações em proteína animal, derivados da pandemia de Covid-19. São os painéis dinâmicos desenvolvidos pela Embrapa Territorial, situada em Campinas (SP). Os mapas e gráficos gerados permitem uma relação, em base territorial, entre a dinâmica temporal dos casos de Covid-19 em municípios brasileiros onde estão localizados os órgãos e as empresas com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Os mapas e os gráficos, de uso restrito para o MAPA, contribuem com o poder público na tomada de decisão contra riscos de eventuais interdições, observa o analista Gustavo Spadotti, evidenciando também o seu uso para assegurar aos importadores da proteína animal brasileira de que não haverá riscos de desabastecimento nas exportações de produtos de origem animal do Brasil.

O recurso disponibilizado pela Embrapa Territorial é um exemplo de como a ciência e a extensão estão contribuindo diretamente para a manutenção do potencial agropecuário do país em plena pandemia, ao mesmo tempo em que garantem a comida na mesa dos brasileiros e incidem nos esforços para o combate à Covid-19. São várias as organizações científicas e tecnológicas localizadas no estado de São Paulo que colaboram para que o agronegócio continue batendo recordes e sirva ao abastecimento interno, de forma paralela à urgência de enfrentamento da pandemia. Essas ações de ciência e tecnologia, e também de extensão, beneficiam os produtores agrícolas de São Paulo e também de outras regiões do país.



Soja, um dos principais componentes do agronegócio brasileiro (Foto Adriano Rosa)

Recorde de exportações – De acordo com o MAPA, nos primeiros nove meses de 2020 houve um recorde de saldo na balança comercial do agronegócio brasileiro para o período. O saldo foi de US\$ 68,7 bilhões, resultante de um volume de exportação de US\$ 77,9 bilhões e de 172 milhões de toneladas. “Em relação ao ano de 2019, o crescimento alcançado foi de 7,5% em valor e 14,8% em peso”, observa informe ([aqui](#)) da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A soja em grãos (US\$ 27,2 bilhões), a carne bovina in natura (US\$ 5,4 bilhões), o açúcar de cana em bruto (US\$ 5 bilhões), a celulose (US\$ 4,5 bilhões) e o farelo de soja (US\$ 4,5 bilhões) foram os principais grupos de produtos exportados no agregado dos primeiros nove meses do ano.

As projeções da CNA são de um valor bruto da produção (VBP) agropecuária brasileira em 2020 de R\$ 855 bilhões, representando um aumento de 15,3% em relação a 2019. A produção agrícola estimada é de R\$ 549,8 bilhões, um crescimento de 19,7% frente a 2019. “Já o VBP Pecuário deve chegar a R\$ 305,7 bilhões, montante 8,1% maior que no ano passado”, informa a CNA ([aqui](#)).

O desempenho do agronegócio em São Paulo foi especialmente significativo nos primeiros nove meses do ano. Entre janeiro e setembro, as exportações do agronegócio paulista chegaram a US\$ 12,65 bilhões, representando um crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período de 2019, enquanto as importações somaram US\$ 3,04 bilhões, o que representou uma queda de 13,1% em relação ao ano passado, de acordo com dados ([aqui](#)) do Instituto de Economia Agrícola (IEA). O *superávit* na balança comercial do agronegócio paulista foi de US\$9,61 bilhões, representando 22,1% de crescimento em comparação com o mesmo período de 2019.

Um dos efeitos positivos do alto volume alcançado pelo agronegócio brasileiro, em plena pandemia de Covid-19, é a geração de postos de trabalho. A agropecuária foi o setor que mais produziu emprego em 2020 até setembro. Foram 102.467 novas vagas criadas no segmento nos primeiros nove meses do ano, resultantes do saldo entre contratações e demissões, conforme dados do Ministério da Economia.

Em seguida aparece o setor da construção civil, que abriu 102.108 vagas, e a indústria, com 689 vagas resultantes das contratações e demissões. Já os segmentos de serviços (-418.040 vagas) e comércio (-345.677) apresentam desempenho negativo em postos de trabalho em 2020, como resultante do grande impacto da pandemia.

Com a criação de 62.952 novos postos de trabalho, São Paulo é o Estado com melhor resultado na agropecuária no acumulado dos nove primeiros meses de 2020, seguido de Minas Gerais (+7.324 vagas), Goiás (+6.625), Bahia (+6.008), Mato Grosso (+4.474) e Paraná (+3.865). Um dos ingredientes responsáveis por esse desempenho positivo de São Paulo, refletindo a performance na balança comercial do agronegócio paulista, de acordo com os especialistas, é a intensiva utilização de ciência, tecnologia e extensão na agropecuária do estado.

“Não é possível pensar no crescimento da laranja no estado de São Paulo, por exemplo, sem a contribuição das pesquisas de Sylvio Moreira, do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). E também não dá para falar na expansão do café, no sentido de crescimento dos cafés especiais, sem as pesquisas de Alcides Carvalho e outros no próprio IAC”, afirma o professor José Maria Ferreira Jardim da Silveira, do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA), do Instituto de Economia da Unicamp.

O professor da Unicamp entende que alguns fatores ajudam a explicar o bom comportamento de algumas áreas importantes do agronegócio em plena pandemia, como o câmbio “extremamente favorável, em um cenário de inflação baixa”. O clima também ajudou em 2020, observa, com a exceção do Rio Grande do Sul, onde uma forte estiagem atingiu a produtividade da soja e com a consequente diminuição da colheita. Boletim da consultoria INTL FCStone apontou uma queda de produtividade de 2,88 para 2,04 toneladas por hectare na safra de soja naquele estado, levando a uma grande redução na produção.

“Em muitas áreas há o duplo cultivo. As áreas já estavam plantadas. Se houver algo ruim para a colheita, de modo geral, será em 2021”, entende o especialista. Ele também lembra que “a alimentação é o último item a ser cortado em uma situação de crise, embora a diminuição da renda de fato contribua para a redução do consumo”.

O professor José Maria Silveira acompanha há anos a evolução em diversas áreas agrícolas de São Paulo e do Brasil e reitera que os avanços científicos e tecnológicos têm sido fundamentais para a atividade. Cita o caso da cana-de-açúcar, onde há seguidos avanços tecnológicos, sobretudo em território paulista, onde a área plantada cresceu de 1 milhão de hectares em 1980 para 5,5 milhões em 2018 e a produção saltou de 66 milhões de toneladas para 333 milhões de toneladas no mesmo período. Com um valor de US\$4,32 bilhões vendidos, o complexo sucroalcooleiro foi o principal grupo exportador do agronegócio paulista nos primeiros meses de 2020, segundo o Instituto de Economia Agrícola.

Um gargalo no processo de mecanização, que já atinge 100% em vários municípios paulistas, é o da qualidade das colheitadeiras, nota o pesquisador da Unicamp. José Maria Silveira entende que a ciência pode continuar contribuindo muito para um dos grandes desafios para a agricultura brasileira, que é agregar valor aos negócios. E acredita que ramos promissores para o investimento científico e tecnológico são o da bioenergia e o dos recursos hídricos. “O Brasil é muito rico em água, mas ainda continua poluindo os rios. Precisamos uma economia mais circular, com respeito ao meio ambiente e com o uso de inteligência. Temos muito conhecimento acumulado”, defende.



Campus da Esalq, em Piracicaba: esforço contra a Covid-19 (Foto José Pedro Soares Martins)

Ciência Agrícola contra a Covid-19 – Várias instituições de ensino e pesquisa na área agrícola no estado de São Paulo passaram a implementar ações no contexto do combate à pandemia de Covid-19, contribuindo para o prosseguimento das atividades do setor que quebra recordes em produção e exportação.

Entre outras ações, um laboratório foi montado em parceria entre a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP) e o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena/USP), ambos localizados em Piracicaba (SP), para realizar diagnósticos de Covid-19 em pessoas que trabalham na linha de produção de alimentos e logística, colaborando na manutenção das atividades de abastecimento para toda população. O laboratório é mantido com apoio da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq), através do projeto Fealq pela Vida ([aqui](#)).

Desde o mês de agosto, o laboratório passou a oferecer o serviço a baixo custo também para prefeituras da região de Piracicaba. Segundo o professor Luiz Lehmann Coutinho (Esalq/USP), coordenador do trabalho com a professora Tsai Siu Mui (Cena/USP), o objetivo da oferta de testes para Prefeituras é o melhor aproveitamento da capacidade de análises do laboratório da Esalq/Cena, ampliando o oferecimento de diagnósticos nas cidades da região de Piracicaba.

O projeto MVZ em Foco, da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo (FZEA/USP), parceiro do “Fealq pela Vida”, também passou a oferecer os testes PCR. Outra parceira é a Embrapa Pecuária Sudeste de São Carlos (SP).

O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) também participa do esforço de proteção aos trabalhadores do campo. Referência internacional em trabalhos científicos sobre equipamentos e vestimentas de proteção para aplicação de defensivos agrícolas, o Centro de Engenharia e Automação do Agrônomo (CEA-IAC) colaborou na produção de nota técnica para orientações a serviços de saúde, no que se refere a Equipamentos de Proteção Individual (EPI), com medidas de prevenção e controle que deveriam ser adotadas durante assistência a casos suspeitos de Covid-19.



Cartilha produzida pela Embrapa Instrumentação, em parceria com Ceagesp

Também contribuindo com o esforço de combate à Covid-19, a Embrapa Instrumentação, de São Carlos (SP), doou luvas e máscaras para fiscais agropecuários das Superintendências Federais de Agricultura (SFA), braços estaduais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e outros materiais para o Instituto Adolfo Lutz de Ribeirão Preto.

Além disso, a Embrapa Instrumentação produziu em parceria com a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) uma cartilha com recomendações a respeito de compra, armazenamento e consumo de frutas e hortaliças no período da pandemia.

“As frutas e hortaliças são produtos perecíveis e sazonais. Por isso era muito importante que os consumidores tivessem essas informações para ajudá-los no consumo e conservação, neste momento de dificuldade de acesso ao alimento para muitos”, explicou Marcos David Ferreira, pesquisador da Embrapa Instrumentação e um dos editores da cartilha, ao lado de Maria Fernanda Berlingieri Durigan, também da Embrapa Instrumentação, e Fabiane Mendes da Camara, da Seção do Centro de Qualidade Hortigranjeira (SECQH) da CEAGESP.

A cartilha *Recomendações para compras, armazenamento e consumo de frutas e hortaliças* foi disponibilizada gratuitamente em formato digital, para acesso e conhecimento geral. São cinco dicas básicas para o momento das compras e cinco para a hora da preservação dos produtos em casa.

A Embrapa Instrumentação também participou do lançamento de outra cartilha, em parceria com a CEAGESP e a Maurício de Sousa Produções. É

a cartilha “[Dicas contra o desperdício de alimentos em tempos de coronavírus](#)”, voltada para as crianças e com sugestões para o momento de compra, higienização e armazenamento das hortaliças e frutas. A cartilha também teve o pesquisador Marcos David Ferreira como um dos editores e foi disponibilizada gratuitamente.

Em plena pandemia, a Embrapa Instrumentação – assim como outros órgãos de pesquisa e desenvolvimento agrícola – continuou o esforço de produzir ciência e tecnologia para o campo. O uso de drones cooperativos, ou “enxame de drones”, para monitoramento de áreas agrícolas e pulverização em cafezais e áreas florestais, por exemplo, foi tema de apresentação do pesquisador da unidade, Lúcio André de Castro, na [DroneShow/Mundo GeoConnect](#). Foi um evento online que teve a participação de dezenas de especialistas, sobre diversos usos dos drones na chamada agricultura de precisão.

Agricultura de precisão é uma das principais tendências do uso da ciência e tecnologia em benefício dos produtores rurais. “O que vem sendo feito hoje, para aumentar a produtividade e diminuir riscos, é consequência do uso da ciência e tecnologia, sem isso seria muito difícil manter a atividade”, confirma Luiz Antonio Assumpção, que produz soja e milho em Itaí, na região de Avaré, interior de São Paulo.

Uma das principais commodities do agronegócio brasileiro, muito presente nas regiões Centro-Oeste e Sul, com apoio da ciência e tecnologia a soja, de fato, avança em território paulista. De acordo com o [Instituto de Economia Agrícola \(IEA\)](#), entre 2010 e 2019 a área plantada com soja em São Paulo foi duplicada, até atingir mais de 1 milhão de hectares, enquanto a produção aumentou três vezes, até superar a marca de 3 milhões de toneladas. A soja já ultrapassou o milho e outros grãos em termos de área plantada em território paulista.

Ainda segundo o IEA, entre 2010 e 2019, a soja teve um crescimento de 9,47% ao ano em área plantada em São Paulo, melhor desempenho entre os grãos, enquanto outros produtos tradicionais, como algodão, arroz e feijão (menos o feijão irrigado), apresentaram taxas negativas.

IMPACTO DA PANDEMIA NAS PESQUISAS

Como em quase todos ramos de atividade, o setor de pesquisas foi afetado pela pandemia de Covid-19. As atividades presenciais foram suspensas nas Universidades e centros de pesquisa. Os trabalhos continuaram basicamente de forma remota, com o uso intensivo da internet. Proliferaram as lives e o trabalho de modo digital em geral e na área da pesquisa agrícola não foi diferente. Os pesquisadores tiveram que reorganizar o seu cotidiano, particularmente para aqueles com filhos pequenos em casa e que não puderam mais ir à escola.

No estado de São Paulo, os órgãos públicos seguiram as determinações governamentais com relação aos protocolos de segurança, sobretudo no caso dos profissionais dos grupos de risco e com comorbidades, que passaram a atuar essencialmente no modelo de teletrabalho.

As atividades que dependiam de ações presenciais foram prejudicadas, como na limpeza e aplicação de herbicida ou nos cruzamentos de variedades nos campos experimentais do Centro de Café do Instituto Agrônomo de Campinas, na Fazenda Santa Elisa.

De acordo com o diretor do Centro de Café, Julio Cesar Mistro, algumas atividades de laboratório foram retomadas a partir de agosto, com profissionais

que não estão em grupos de risco e em sistema de rodízio, sempre com a observação dos protocolos de segurança. Caso das análises sensoriais, para aferição da qualidade da bebida.

Como lembrou o professor José Maria Ferreira Jardim da Silveira, do Instituto de Economia da Unicamp, é inestimável a contribuição do IAC para a agricultura brasileira, como no caso do café. O Instituto Agrônomo desenvolveu dezenas de cultivares da bebida que é preferência nacional e que tem sido fundamental para o brasileiro enfrentar o grande desafio coletivo ainda em curso.



Matrizes de ora-pro-nóbis (Foto Divulgação)

BENEFÍCIOS DA EXTENSÃO RURAL: A FAZENDINHA FELIZ

No final do mês de agosto, o agrônomo Michel Siqueira acompanhou produtores rurais de Cajuru, na região de Ribeirão Preto, ao projeto Fazendinha Feliz, vinculado à Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), em Campinas. Órgão da Secretaria de Estado da Agricultura de São Paulo, a CDRS está instalada em Campinas, ao lado da Fazenda Santa Elisa, do IAC.

No espaço da Fazendinha Feliz, o grupo conheceu o trabalho do projeto com as Plantas Alimentícias Não Convencionais, as PANC, que têm atraído interesse crescente sobretudo na esfera da agricultura familiar. De modo específico, o agrônomo Siqueira e os produtores de Cajuru receberam informações sobre o ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), em função do interesse em produzir farinha com essa variedade para o mercado vegano, em ampliação em todo país.

“Fomos muito bem recebidos e o responsável pela Fazendinha Feliz, o agrônomo Osmar Mosca, também esclareceu sobre outras espécies de PANC”, conta Siqueira. O grupo recebeu algumas matrizes de ora-pro-nóbis e o primeiro plantio já foi feito na propriedade rural em Cajuru. “Tudo será feito de acordo com os princípios da agricultura orgânica e adotando as diretrizes da linha vegana”, completa Michel Siqueira.

A atuação da Fazendinha Feliz é mais um exemplo de como a extensão rural também tem dado importante contribuição com a continuidade da produção agrícola, em São Paulo e em todo país, inclusive na pandemia.

O engenheiro agrônomo Osmar Mosca Diz, responsável pelo projeto Fazendinha Feliz, tem sua trajetória profissional na área da extensão rural. Formado na Escola Superior de Agricultura de Lavras, atual Universidade Federal de Lavras, em Minas Gerais, trabalhou como extensionista no Oeste de Santa Catarina, antes de ingressar no serviço público em São Paulo. Há 11 anos trabalha na CDRS, sucessora da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Criado em 2011, o Projeto Fazendinha Feliz abrange uma área de treinamentos na CDRS, em Campinas, onde são desenvolvidas atividades como de abelhas sem ferrão e de Plantas Alimentícias Não Convencionais.



Cuscuz PANC da Fazendinha Feliz, feito com ora-pro-nóbis, bortalha e malvarisco (Foto Divulgação)

“Os agricultores têm percebido que as PANC são uma alternativa muito interessante e promissora”, confirma Osmar Mosca. Assim a Fazendinha Feliz tem colaborado na multiplicação de conhecimento sobre espécies como ora-pro-nóbis, taioba, caruru, almeirão de árvore e outras. Espécies muitas vezes consideradas “apenas mato” e historicamente excluídas do cardápio e das atividades agrícolas, mas que “podem enriquecer a merenda e aumentar a renda do produtor que deseja diversificar seu plantio”, diz Mosca.

Em quase dez anos de atividades, a Fazendinha Feliz criou uma rede de apoiadores e simpatizantes. São realizados encontros regulares, com a troca de experiências e conhecimento. Além do apoio aos produtores rurais, a Fazendinha Feliz tem uma forte atuação junto a escolas, através de palestras e outras atividades, no sentido de difundir a importância da agricultura entre as crianças e adolescentes. “Procuramos plantar uma sementinha de respeito, reverência e gratidão com aqueles que trabalham com a terra e que nos propiciam os alimentos”, diz Osmar Mosca.



Osmar Mosca e colônia de abelha jataí no espaço da Fazendinha Feliz (Foto Divulgação)

A disseminação de hortas escolares é um dos resultados do trabalho da Fazendinha Feliz no campo da educação, em um esforço que prosseguiu no período da pandemia. Um caso é o da Escola Estadual Artur Segurado, localizada em Campinas, bem próxima de onde está instalada a Fazendinha Feliz.

Em 2019 Osmar Mosca contribuiu com a instalação de uma horta na EE Artur Segurado. “Com muito entusiasmo, ele ensinou as crianças como plantar e quais os cuidados que devemos ter com a terra e a natureza em geral”, relata Valdilene Concesso Silva Marcelino, membro da Associação de Pais e Mestres da escola, onde atua como voluntária em várias iniciativas. Valdilene conta que o extensionista, “com um carinho, conhecimento e didática ímpar”, deu importante auxílio com formação e ajuda prática, na montagem da horta escolar. Essa ação

específica da EE Artur Segurado está ligada a projeto apoiado pelo Instituto Arcor Brasil, como parte do Programa Aprendendo com Prazer, para Crescer Saudável. Com a pandemia o panorama mudou e as escolas passaram a funcionar apenas de modo remoto. Mas a EE Artur Segurado manteve o foco no trabalho com a horta escolar. A partir do conceito original, implantado com apoio da Fazendinha Feliz, evoluiu a ideia de multiplicação de hortas em pequenos espaços, nas casas dos alunos, que pudessem ser criadas e mantidas por eles em conjunto com os pais.

Assim, centenas de lares de Campinas passaram a ter pequenas hortas, em um processo educativo e ao mesmo tempo contribuindo com complemento à alimentação, em momentos de dificuldade de acesso em função da pandemia. Isso foi possível pelo preparo e distribuição de milhares de mudas de diversas hortaliças, legumes e plantas medicinais (como alface, rúcula, almeirão, salsinha, cebolinha, sementinha mini tomate, camomila e outras), entregues aos pais junto com os kits escolares montados pelo governo estadual em razão da crise sanitária. “A sementinha deu muita colheita”, completa Valdilene Marcelino.

Desde os grandes plantios e comercialização das commodities do agronegócio, até as hortas de fundo de quintal. A ciência, a tecnologia e a extensão garantiram a continuidade das atividades agrícolas em um ano que passará para a história como um dos mais desafiadores para a humanidade.

CIÊNCIA PARA ALTERNATIVAS NA AGRICULTURA

A ciência e a tecnologia têm sido fundamentais para a expansão do agronegócio brasileiro, que tem batido recordes de produção, comercialização e produtividade até em momentos de extrema gravidade como a pandemia de Covid-19. Mas os estudos e pesquisas também podem contribuir com a agricultura familiar e com outras alternativas agrícolas.

“A alta tecnologia e a inteligência artificial podem sim ser aplicadas à agricultura familiar”, sustenta Ivan André Alvarez, pesquisador da Embrapa Territorial, de Campinas. Ele cita o caso do Circuito das Frutas, nas regiões de Jundiaí e Campinas, cuja produção “vem sendo muito pressionada pelo avanço da urbanização”.

Com o uso de imagens de satélites e outros recursos digitais e de inteligência artificial, a Embrapa Territorial vem estudando, em conjunto com os produtores do Circuito das Frutas, alternativas para responder à transformação no uso das terras nesses municípios. “O trabalho tecnológico tem que ser feito em conjunto com as comunidades, de forma horizontal”, ele defende.

Alvarez adverte, entretanto, que alguns desafios precisam ser superados para a ampliação da ciência e tecnologia para a agricultura familiar. Um deles é a inclusão digital para os produtores rurais. A respeito, cita a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE de 2018, que revelou um alto déficit de acesso à internet no meio rural. Em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso à internet chegava a 53,5%, contra 20,6% em áreas urbanas. Outro desafio é o fortalecimento, e não o enfraquecimento, da extensão rural, “que trabalha na ponta, junto com o produtor”.

Uma agricultura tropical e diversificada é por sua vez defendida por especialistas como Afonso Peche, pesquisador do Centro de Engenharia e Automação do Instituto Agrônomo de Campinas (CEA-IAC). “Boa parte da agricultura no Brasil segue o modelo da agricultura de matriz europeia. Temos condição de

desenvolver uma agricultura mais tropical, que considere por exemplo nossa rica biodiversidade”, comenta o pesquisador.

Peche entende que um modelo agrícola diversificado e orgânico é mais adequado ao ambiente tropical brasileiro, sendo inclusive mais resiliente quanto à ação de agentes patogênicos ou a fenômenos climáticos extremos. “O convívio harmonioso da diversidade de culturas com a diversidade de espécies locais mantém e fortalece a estabilidade e a resiliência dos agroecossistemas”, defende o pesquisador científico do IAC.

Ele ressalta que a agricultura orgânica favorece e valoriza as interdependências naturais dos ecossistemas. “Os agricultores podem seguir o exemplo da natureza, que levou milhões de anos para construir ambientes harmônicos e sustentáveis, e buscar o equilíbrio dos processos naturais”, frisa Afonso Peche.

“Com uma abordagem holística e direcionada para o futuro, a agricultura orgânica contribuiu para o estabelecimento de uma agricultura tropical sustentável”, acrescenta o pesquisador, para quem a ciência e a tecnologia já fornecem os recursos necessários para o desenvolvimento da agricultura orgânica. Mais uma alternativa no país que tem uma das maiores áreas agricultáveis no planeta

A reportagem “Pandemia de Covid-19 agrava o panorama das doenças negligenciadas no Brasil” foi publicada a 14 de junho de 2021 e foi finalista da terceira edição do Prêmio NHR de Jornalismo. A reportagem documentou alguns dos impactos da pandemia no universo das doenças tropicais negligenciadas (DTN), que há décadas representam grande desafio em saúde pública no Brasil. A NHR Brasil (www.nhrbrasil.org.br), que promove o Prêmio, é a representante no país da organização holandesa que se dedica ao enfrentamento de algumas doenças negligenciadas, como a hanseníase.



Família de portador de hanseníase em Rondônia atendida por ação da NHR Brasil durante a pandemia (Foto NHR Brasil Divulgação)

Pandemia de Covid-19 agrava o panorama das doenças negligenciadas no Brasil

Postado por: [ASN](#) 14/06/2021 em [Cidadania](#), [Saúde](#) Comentários desativados

Por José Pedro Soares Martins
Campinas, 14 de junho de 2021

Um decréscimo superlativo na notificação de novos casos em função do confinamento e outras medidas restritivas da mobilidade, a alta da letalidade em algumas enfermidades segundo os números preliminares, queda substantiva na distribuição de medicamentos para vítimas de doenças como Chagas e Hanseníase. Além de provocar um número impressionante de mortes em decorrência diretamente da infecção pelo Sars-CoV-2, a pandemia de Covid-19

provocou danos incomensuráveis em termos de estratégias e ações em saúde pública de modo geral no Brasil, e entre eles está o agravamento do panorama das doenças tropicais negligenciadas (DTNs).

De acordo com pesquisadores e representantes de várias organizações ouvidos pela Agência Social de Notícias, muitas conquistas no combate às DTNs estão seriamente ameaçadas no contexto da pandemia, que também pode afetar a implementação, no Brasil e também em outros países, do roteiro de enfrentamento das Doenças Tropicais Negligenciadas até 2030, divulgado no início de 2021 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), após ampla consulta internacional que durou pelo menos dois anos.

Um sinal de esperança, vislumbrado no cenário da pandemia, é o de que a produção de vacinas contra Covid-19 em tempo recorde, em uma grande conquista científica para a humanidade, possa refletir positivamente na aceleração de processos de desenvolvimento e fabricação das tão esperadas vacinas para o combate de algumas Doenças Tropicais Negligenciadas. Ainda assim, como alertam especialistas como Cristina Possas, assessora científica sênior da Biomanguinhos/Fiocruz, esta “janela de oportunidades” apenas será aproveitada, no caso brasileiro, se houver um grande esforço para aumentar e aprimorar a capacidade nacional de produção de vacinas, reduzindo a séria dependência de insumos de países como a Índia e a China, como está sendo verificado na própria guerra ainda em curso, e sem prazo para terminar, contra a Covid-19.

Doenças tropicais negligenciadas (DTNs) são classificadas pela OMS como antigas doenças da pobreza que “impõem um fardo devastador, em termos humanos, sociais e econômicos, para mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo, predominantemente em regiões tropicais e áreas subtropicais entre as mais populações vulneráveis e marginalizadas”. As DTNs provocam mais de 500 mil mortes por ano, sobretudo nos países mais pobres, que não têm sistemas de saneamento adequados, o que facilita a proliferação de vetores.

Milhares de casos de ao menos 14 das 20 doenças negligenciadas classificadas pela OMS são registrados todo ano no Brasil e a distribuição geográfica das DTNs no país coincide com a má distribuição de renda e os déficits em saneamento básico. As regiões Norte e Nordeste, que apresentam a menor renda média brasileira e têm maiores déficits em saneamento, concentram grande parte da incidência das DTNs. A região Norte é território para nove tipos de doenças negligenciadas e a região Nordeste, para oito. São sete as DTNs documentadas no Centro-Oeste, cinco no Sudeste e quatro no Sul.

O Ministério da Saúde considera que são três os níveis de categorização das doenças negligenciadas. São da Categoria 1 as doenças não controladas e/ou emergentes/reemergentes: dengue e leishmaniose. Na Categoria 2 estão aquelas doenças ainda de elevada magnitude: malária, esquistossomose, tuberculose e geo-helminthoses. As enfermidades consideradas em declínio são da Categoria 3: Doença de Chagas, hanseníase, tracoma, raiva, filariose linfática e oncocercose. Esta caracterização, entretanto, é de antes da pandemia de Covid-19, que pode representar retrocessos históricos para o combate de muitas DTNs em todo Brasil.



Jadel Kratz: pesquisas e serviços em DTNS foram afetados pela pandemia (Foto Divulgação)

Impactos da pandemia no enfrentamento das DTNs

Foram múltiplos os impactos da pandemia no enfrentamento das doenças tropicais negligenciadas no Brasil. Desde o momento que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia pelo novo coronavírus como emergência de saúde pública global, no dia 11 de março de 2020, os sistemas de saúde “se dedicam principalmente ao atendimento de pacientes com Covid-19 e dessa forma podem estar deixando de cuidar de forma apropriada de outras doenças”, comenta Jadel Müller Kratz, gerente de pesquisa e desenvolvimento da Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas na América Latina (DNDi, na sigla em inglês para Drugs for Neglected Diseases initiative).

A DNDi é uma organização sem fins lucrativos de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) orientada pelas necessidades dos pacientes, que desenvolve tratamentos seguros, eficazes e acessíveis para milhões de pessoas em situação vulnerável que são afetados por doenças negligenciadas, em particular a doença de Chagas, as leishmanioses, a doença do sono, o HIV pediátrico, a Hepatite C, as filariose e Micetoma.

“O atual panorama alterou a capacidade do sistema de prestar atendimento adequado, seja tratamento ou diagnóstico, a pacientes com patologias crônicas, infecciosas ou que necessitem de atendimento não urgente”, completa Jadel Kratz.

Ele nota que, além disso, boa parte dos investimentos em pesquisa passou a se encontrar em desenvolver ferramentas de saúde para prevenir e tratar a Covid-19. “Enquanto isso, doenças como as negligenciadas, que afetam as populações mais vulneráveis principalmente no Brasil e na América Latina e que já tinham pouca atenção dos grandes financiadores, tiveram seus recursos drasticamente reduzidos”, afirma.

O gerente de pesquisa e desenvolvimento da DND/América Latina observa também que a própria continuidade dos estudos clínicos já em andamento para outras enfermidades foi comprometida, e as pesquisas paralisadas ou postergadas em muitos casos. “Os hospitais e centro de pesquisa clínica estão bastante focados na Covid-19 e se viram obrigados a redirecionar boa parte dos recursos para o atendimento emergencial ou, em alguns casos, para realizar estudos clínicos para a Covid-19”, relata.

Ele cita como exemplo os laboratórios acadêmicos envolvidos em projetos com a DND/para desenvolver novos medicamentos para a doença de Chagas e Leishmanioses, que tiveram que ficar por vários meses fechados e ainda operam longe da sua capacidade máxima. “Temos projetos com parceiros na Unicamp, na USP, na UFRJ e muitos desses laboratórios tiveram que interromper suas atividades ao menos temporariamente pela questão de segurança. Desde o nível mais básico de pesquisa, onde se trabalha com a finalidade de compreender como um parasita afeta o corpo humano, até os estudos clínicos em fases mais avançadas, sendo feitos no ambiente hospitalar, todos foram impactados”, lamenta.

Jadel Kratz salienta ainda o impacto da pandemia em outras estratégias de controle de doenças negligenciadas, como o controle de vetores, melhora de infraestrutura, administração de medicamentos, diagnóstico e monitoramento de pacientes. “O impacto de esta pandemia na vida das pessoas ainda trará muitos desafios e, espero, também aprendizados num futuro próximo”, evidencia.

Pesquisador da Unicamp, com estudos em parceria com a DNDi América Latina, Luiz Carlos Dias assinala que efetivamente ocorreu, com a pandemia, “uma desarticulação do sistema de saúde, principalmente nos países de baixa renda, atrapalhando os esforços” para o combate às doenças negligenciadas. “Essas doenças ficaram ainda mais negligenciadas”, reitera.

Dias coordena o consórcio Molecules Initiative for Neglected Diseases (MINDI), fruto de convênio PITE – Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica firmado entre a Unicamp, a Universidade de São Paulo (USP), a Medicines for Malaria Venture (MMV), a DNDi América Latina e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), visando descobrir novos candidatos a fármacos para o tratamento de malária, Doença de Chagas e leishmanioses.



O professor Stefan, da UFU: estudo sobre impacto da pandemia em doenças negligenciadas (Foto Acervo Pessoal)

Queda abrupta da notificação de novos casos

A queda exponencial da notificação de novos casos, de pessoas acometidas por Doenças Tropicais Negligenciadas, o que pode levar à explosão de casos no pós-pandemia, foi identificada por exemplo no estudo “Análise das internações e da mortalidade por doenças febris, infecciosas e parasitárias durante a pandemia da COVID-19 no Brasil”, assinado por Stefan Vilges de Oliveira e Nikolas Lisboa Coda Dias, respectivamente professor e aluno do Curso de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e também por Álvaro A. Faccini-Martínez, médico e pesquisador, do Instituto de Investigaciones Biológicas del Trópico, Universidad de Córdoba, Córdoba, Colômbia.

O objetivo do estudo, segundo o professor Stefan, era verificar a evolução dos casos de leishmaniose visceral, leptospirose, dengue e malária em 2020, com base em informações epidemiológicas registradas em bancos de dados oficiais, no caso do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), disponível no endereço eletrônico do Departamento de Informática do SUS (DATASUS). O professor da UFU nota que “vários estudos já indicavam o aumento de casos represados de doenças” em consequência dos protocolos de enfrentamento da pandemia, como o confinamento e o distanciamento social. O propósito então foi verificar “o perfil epidemiológico de algumas dessas doenças no Brasil”.

Stefan assinala que, para efeito de comparação com o ano de 2020, foi verificado o padrão de internações e de mortalidade para leishmaniose visceral, leptospirose, dengue e malária entre 2017 e 2019. O especialista observa que os resultados do estudo são preliminares, considerando os oito primeiros meses de 2020, e portanto um quadro completo sobre o perfil epidemiológico dessas doenças ainda deve ser aprofundado. De qualquer modo, os resultados obtidos são inquietantes.

O levantamento feito com base nas informações do DATAASUS mostrou que, entre 2017 e 2019, a média mensal de internações ocorridas nos meses de

janeiro a agosto foi de 222,25 internações por leishmaniose visceral, 220,5 por leptospirose e 160,67 por malária. Já em 2020, entre janeiro e agosto, a média mensal foi de 125,38 internações por leishmaniose visceral, 155,87 por leptospirose e 113,25 por malária, números que representam uma queda na média de internações na ordem de 43,59%, 29,31% e 29,51%, respectivamente, em comparação com as médias dos três anos anteriores à pandemia.

Enquanto a média de internações diminuiu para as três doenças consideradas, duas delas (leishmaniose e malária) classificadas como Doenças Tropicais Negligenciadas pelos critérios da OMS, por outro lado houve aumento da mortalidade em 2020 em decorrência das três enfermidades. De novo em comparação com a média dos oito primeiros meses de 2017 a 2019, a taxa de mortalidade no mesmo período em 2020 aumentou em 32,64% para leishmaniose visceral, 38,98% para leptospirose e gravíssimos 82,55% para malária.

Uma hipótese aventada pelos pesquisadores, de acordo com Stefan Vilges de Oliveira, é a de que, com a redução das internações e a demora na assistência dos casos emergentes nas três enfermidades, “a procura pelos serviços de saúde tenha aumentado quando o quadro clínico estava mais agravado, algumas vezes levando a óbito”. Novamente, ele nota que essa possibilidade deve ser melhor investigada para comprovação.

Os indicadores iniciais apontam, de qualquer modo, para um quadro ainda mais desafiador, no pós-pandemia, em relação a essas doenças que já apresentam números brutais no Brasil. Apenas a malária é mais letal do que a leishmaniose entre as doenças parasitárias no planeta. Provocada por 20 espécies do protozoário parasita *Leishmania*, transmitido por mosquitos infectados, é doença curável e mais de 100 mil pessoas já foram tratadas por Médicos Sem Fronteiras em todo mundo.

No Brasil, em decorrência do desmatamento acelerado em algumas regiões, a leishmaniose tem migrado da zona rural para a urbana e os números são crescentes. Eram menos de 500 casos anuais no início da década de 1980, subindo para 2.500 em 1985, quase 4 mil em 1995 e cerca de 5 mil em 2001, reduzindo em seguida para manter-se em mais de 3 mil/ano nos últimos anos.

No caso da malária, a doença provocada por quatro espécies de protozoários do gênero *Plasmodium* (*P. falciparum*, *P. vivax*, *P. malariae* e *P. ovale*) e que está presente em 110 países continua devastadora no Brasil. Na opinião da Academia Brasileira de Ciências, “no Brasil ainda dispõe de um número reduzido de pesquisadores atuando na área, sobretudo no que se refere à pesquisa básica em *P. vivax*”, apesar dos esforços que têm sido feitos por vários estudiosos e instituições. Foram registrados 133.591 casos de malária em 2016 no Brasil, 217.928 em 2017, 194.572 em 2018 e 157.454 em 2019, de acordo com o Boletim Epidemiológico especial sobre Malária do Ministério da Saúde, de novembro de 2020.

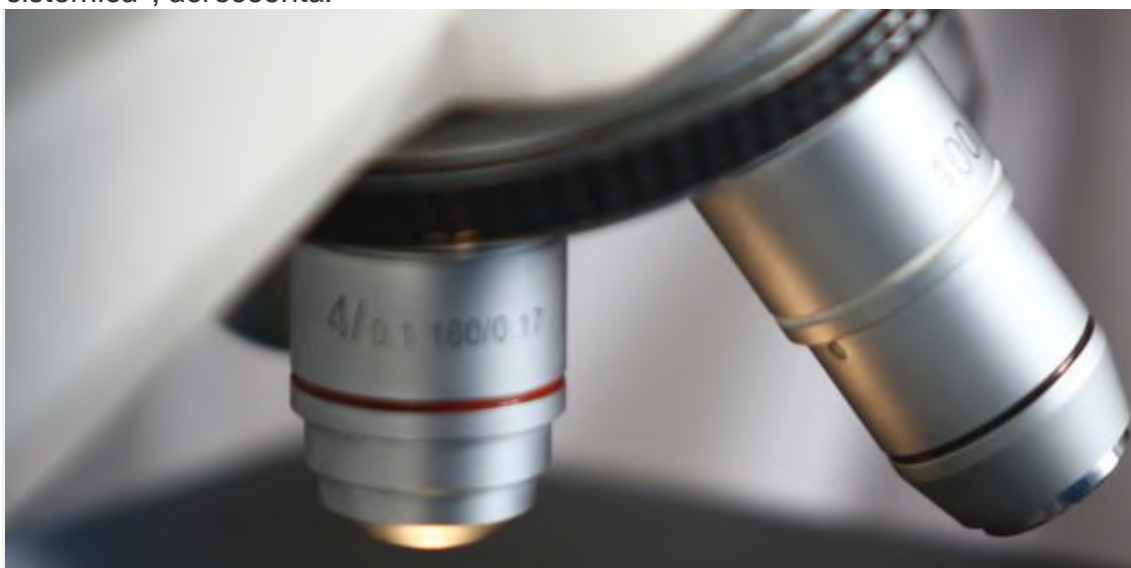
Os números identificados no estudo de Stefan Vilges de Oliveira, Nikolas Lisboa Coda Dias e Álvaro A. Faccini-Martínez mostraram tendências diferentes no caso da dengue. Ao contrário do que foi observado em relação a leishmaniose visceral, leptospirose e malária, houve um aumento de 29,51% na média mensal por internações por dengue entre janeiro e agosto de 2020, em comparação com o mesmo período de 2017 a 2019. Foram 4071,3 internações mensais em média

em 2020, contra 3297,5 internações mensais em média entre janeiro e agosto dos anos anteriores. Em termos de taxa de mortalidade por dengue, houve um acréscimo de 14,26% no período analisado em 2020, em relação aos três anos anteriores.

Os pesquisadores notam que muitas das intervenções essenciais para controlar a dengue “estão em desacordo com as diretrizes de prevenção e bloqueio da Covid-19, já que requerem ou implicam em proximidade entre as equipes de controle de vetores e a população residente”. Eles assinalam que em vários países tropicais a transmissão da dengue cresceu durante a pandemia, notadamente na estação chuvosa, “porque foram interrompidas as medidas de controle do vetor, como as intervenções domiciliares para eliminar larvas, inspecionar criadouros e pulverizar as residências, e foram reduzidos os serviços de manutenção dos espaços públicos, jardins e a coleta de potenciais recipientes de água”.

Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde sobre Arboviroses transmitidas por *Aedes aegypti*, foram notificados 987.173 casos prováveis (taxa de incidência de 469,8 casos por 100 mil habitantes) de dengue no Brasil em 2020, contra 1.544.987 casos em 2019.

O professor Stefan Vilges de Oliveira entende ser fundamental uma “vigilância ativa” para evitar que casos graves de doenças como leishmaniose, malária ou dengue não cresçam ainda mais no Brasil durante a pandemia. Ele defende que “os gestores da saúde não podem se esquecer dessas doenças que já são historicamente negligenciadas e que causam um impacto enorme na saúde e na economia”. Doenças como malária e dengue “não deixam de acontecer em razão da pandemia” e merecem uma atenção permanente, apesar de grande parte dos recursos estar sendo compreensivelmente direcionada para o combate à Covid-19, salienta o professor da UFU. “O gestor deve pensar e atuar de forma sistêmica”, acrescenta.



Ainda há longo caminho a percorrer em pesquisa e políticas públicas em doenças tropicais negligenciadas no Brasil (Foto Adriano Rosa)

Alta subnotificação para Doença de Chagas

Uma alta subnotificação de casos também tem sido verificada em relação à Doença de Chagas, o que pode ter sido fatal para muitas pessoas que adquiriram a enfermidade e ficarão sem o diagnóstico. Estima-se entre 2 a 3 milhões o número de pessoas com a Doença de Chagas no Brasil e menos que 5% recebem tratamento adequado justamente porque não têm acesso ao diagnóstico da enfermidade provocada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*, que tem várias espécies de insetos como hospedeiros.

Casos de diagnóstico tardio são comuns no âmbito da Doença de Chagas, como ocorreu com Aparecida Benedita Francisco dos Santos, da Associação dos Chagásicos da Grande São Paulo, representante da presidência da Federação Internacional de Pessoas Infectadas por Doença de Chagas – Findechagas.

Ela conta que trabalhava no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Santo Amaro, em São Paulo, e sua pressão estava subindo constantemente e os médicos não estavam identificando a causa. Até que um médico solicitou o exame sorológico para Chagas e o resultado foi positivo. Ela tinha pouco mais de 50 anos quando o diagnóstico foi fechado.

Aparecida dos Santos relata que morava em casa de pau-a-pique na região de Votuporanga, interior de São Paulo, onde provavelmente adquiriu a enfermidade. “Quando me falaram foi um baque. Havia os relatos de pessoas cobertas com chagas na Bíblia e eu imaginei que poderia ficar assim. Aos poucos foram me explicando o que realmente acontecia e me acalmei”, diz ela.

Portadora da Doença de Chagas, ela acabou se envolvendo na luta em defesa das vítimas da enfermidade, através da Associação dos Chagásicos da Grande São Paulo. “Muitas pessoas que têm a doença não sabem. Agora com a pandemia os doentes estão angustiados”, diz Aparecida, que não vê a hora de voltar a participar das atividades presenciais da organização de que faz parte, ajudando a divulgar informações sobre a Doença de Chagas e apoiando os portadores.

A subnotificação no caso da enfermidade foi comprovada pelo próprio Ministério da Saúde. Segundo o Boletim Epidemiológico Doença de Chagas, divulgado em março de 2021, foram notificados 2193 casos suspeitos de Doença de Chagas em 2020, contra 4169 em 2019, o que representa uma redução de 47,39%. Foram confirmados 146 casos em 2020, 62,27% a menos do que os 387 casos em 2019. Foram três óbitos confirmados pela doença, todos no estado do Pará. No período de março a agosto de 2020, foram registrados 125.691 óbitos por Covid-19 no Brasil, dos quais 0,2% (n=207) fazendo menção à Doença de Chagas como comorbidade que contribuiu para a morte.

O gerente de pesquisa e desenvolvimento da DNDi, Jadel Kratz, nota que a organização tem se esforçado, desde o começo da pandemia, em utilizar a própria experiência para mobilizar as redes e plataformas com as quais trabalha e contribuir com a resposta à Covid-19. “Desde o ponto de vista do cuidado das pessoas, a Covid-19 é um desafio relativamente novo e ainda não existem evidências científicas suficientes sobre sua interação com outras doenças infecciosas. Os profissionais com quem trabalhamos com pesquisa e desenvolvimento de medicamentos para doenças negligenciadas, como a doença de Chagas sabem que pessoas com problemas cardíacos – comuns entre indivíduos afetados pela doença de Chagas – têm mais risco de desenvolver formas mais agressivas de Covid”, ele comenta.

Jadel Kratz assinala que, pensando em trazer soluções para todas as pessoas acometidas pela doença de Chagas e para os profissionais de saúde que cuidam delas, a DNDi, em parceria com a Coalizão Chagas, desenvolveu uma série de perguntas e respostas que abrangem medidas básicas de proteção contra o novo coronavírus.

Além disso, completa Jadel Kratz, a DNDi, junto a um grupo de especialistas em Chagas de diversos países, apresentou artigo para a revista *Global Heart Journal*, da Federação Mundial do Coração, com recomendações para os profissionais de saúde sobre o manejo de pacientes com doença de Chagas e Covid-19.



Morhan produziu um vídeo com relatos sobre o impacto da falta de medicamentos (Foto Reprodução)

Atraso na distribuição de medicamentos afeta hansenianos

As estratégias de enfrentamento da hanseníase foram particularmente afetadas pela pandemia de Covid-19 e por equívocos na gestão, fatores que colocaram em risco conquistas importantes no combate à doença considerada negligenciada pela OMS e em relação à qual o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de casos, atrás apenas da Índia. O Brasil lidera o ranking, entretanto, em termos das maiores taxas de infecção por 100.000 habitantes.

De fato, os números de casos novos de hanseníase estavam declinando no Brasil, de 50,5 mil em 2004 para 31 mil em 2014 e 25,2 mil casos em 2016, segundo dados do Ministério da Saúde. Um sinal de alerta já havia sido verificado com o aumento para 28.660 casos em 2018. No cenário da pandemia, o combate à doença ficou em xeque. A hanseníase é doença infectocontagiosa e o agente etiológico é o bacilo *Mycobacterium leprae* (M. Leprae).

Um dos agravantes no panorama da pandemia foi o colapso na entrega de medicamentos para portadores de hanseníase no Brasil ao longo de 2020. Na realidade, datam de março de 2020 os primeiros relatos de que pessoas com hanseníase não estavam conseguindo acesso, em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS), aos medicamentos usados na poliquimioterapia (PQT) empregada no tratamento da doença. A PQT prescrita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) abrange medicamentos como rifampicina, dapsona e clofazimina.

Como as denúncias começaram a se intensificar, no dia 17 de agosto o Movimento de Reintegração das Pessoas Afetas pela Hanseníase e seus Familiares (Morhan) pediu providências ao Ministério da Saúde. “É importante salientar que a falta de medicamentos para tratamento de pessoas acometidas pela hanseníase é uma situação gravíssima, pois os mesmos podem ser prejudicados por problemas de incapacidade física e psicológica, o que historicamente temos combatido com muito esforço”, afirmou o coordenador nacional do Morhan, Artur Custódio, em carta encaminhada à Coordenação Geral de Hanseníase e Doenças em Eliminação do Ministério da Saúde.

Custódio citou no documento relatos recebidos de pacientes de cidades como Escada e Recife, em Pernambuco, e Aparecida de Goiânia, de Goiás. Mas as denúncias prosseguiram e no dia 3 de setembro a Sociedade Brasileira de Hansenologia (SBH) e o Morhan protocolaram representação junto ao Ministério Público Federal (MPF), solicitando instauração de inquérito civil para garantir a regularização do abastecimento de medicamentos para tratamento de hanseníase no país e responsabilizar o poder público por prejuízos causados à saúde e vida dos usuários que dependem do SUS. A representação foi protocolada pelo advogado integrante da Rede Jurídica e de Direitos Humanos do Morhan, Carlos Nicodemos.

Além disso, a Sociedade Brasileira de Hansenologia também encaminhou questionamento à Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre se teria conhecimento da falta de medicamentos para tratamento da hanseníase. A OMS é a fornecedora da maior parte dos medicamentos utilizados na poliquimioterapia aplicada em acometidos pela doença.

Documento divulgado pela SBH informou que o comunicado à OMS foi feito no dia 28 de outubro de 2020. A resposta da Organização Mundial da Saúde chegou dois dias depois, com estas informações, segundo o documento da SBH: “1. Que a OMS estava ciente da falta de PQT no Brasil desde agosto de 2020; 2. Que a quantidade de PQT solicitada pelo Brasil à OMS era suficiente para tratar os pacientes de 2020; 3. Que havia problemas com o envio da PQT para o Brasil; 4. Que há problemas com o suprimento de antibióticos da PQT do fornecedor para a OMS; 5. Que espera que um novo envio seja feito ao Brasil por via aérea dentro de 10 dias, “para diminuir o impacto da falta de PQT nos pacientes brasileiros”; 6. Que a produção dos blisters continua, mas que a capacidade de produção permanece limitada e, finalmente; 7. Que não é somente no Brasil que há falta de PQT”.

No documento datado de 3 de novembro, o presidente da SBH, Claudio Guedes Salgado, declarou ser “inexplicável não haver um estoque de emergência de PQT tanto na OMS quanto no próprio Brasil, primeiro país no mundo na taxa de detecção de casos novos”.

No dia 26 de novembro, a Coordenadoria Geral de Doenças em Eliminação (CGDE) do Ministério da Saúde, em webinar com serviços públicos de saúde das regiões Sul e Sudeste, alertou que a falta de medicamentos para tratamento da hanseníase no país seria agravada. Com a continuidade dos casos, o Morhan abriu um canal para receber relatos de pessoas com problemas para ter acesso aos medicamentos usados na poliquimioterapia de hanseníase.

O quadro inquietante devastador chegou ao conhecimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em comunicado divulgado em Genebra, na Suíça, no

dia 28 de janeiro de 2021, a Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Eliminação da Discriminação contra as Pessoas Afetadas pela Hanseníase, Alice Cruz, advertiu que o “impacto desproporcionalmente negativo” da pandemia sobre as pessoas portadoras de hanseníase pode levar ao “retrocesso no controle e transmissão” da doença e também na “prevenção de deficiências”. Se não é diagnosticada e tratada a tempo, a hanseníase pode ser incapacitante e provocadora de graves sequelas nos afetados.

Depois de salientar que a falta de distribuição e acesso aos medicamentos essenciais “está agravando tanto as deficiências quanto a transmissão e vem causando grande sofrimento” a acometidos pela hanseníase, Alice Cruz recordou que “a história da hanseníase mostra o quanto a discriminação e as desigualdades podem ser custosas, não apenas para os pacientes e seus familiares, mas também para as sociedades como um todo”.

A distribuição de medicamentos para tratamento da hanseníase voltou a ser normalizada em março de 2021, segundo anunciou o Ministério da Saúde, após tratativas com a Organização Panamericana da Saúde (OPAS/OMS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Entretanto, como alerta o coordenador nacional do Morhan, Artur Custódio, o problema estrutural permanece, segundo fundamental o investimento em recursos para que o Brasil não dependa mais do fornecimento externo.



Ação da NHR Brasil durante a pandemia no Ceará, em benefício das famílias de pessoas com hanseníase (Foto NHR Brasil)

Ainda não podem ser mensurados, contudo, todos os impactos da pandemia no enfrentamento da hanseníase no Brasil. Uma pesquisa realizada pela NHR Brasil, representante no país da organização nascida na Holanda NLR, mostrou um

agravamento geral das condições de vida dos hansenianos. “Houve um agravamento da condição socioeconômica em razão do isolamento social, com perdas de postos de trabalho, e também dificuldade no acesso aos serviços de saúde sobrecarregados com o atendimento às vítimas da Covid-19”, comenta o diretor nacional de NHR Brasil, Alexandre Menezes.

Resultados preliminares da pesquisa mostraram que houve uma redução de 20% a 70% na notificação de casos novos de hanseníase no Brasil. “Sem esse diagnóstico, conseqüentemente aumenta o risco de, no futuro, serem agravadas as sequelas decorrentes da falta de tratamento, podendo levar o paciente à incapacidade física”, alerta Alexandre Menezes.

Com a demora na entrega de medicamentos e a expressiva subnotificação de casos novos, o coordenador de NHR Brasil entende que pode haver, sim, importante retrocesso no combate à hanseníase. Ele entende que o momento é oportuno para a ampliação da discussão sobre “caminhos efetivos que levem à produção de fármacos e vacinas há muito desejadas para o combate à hanseníase e outras doenças negligenciadas no Brasil” e em outros países.

Alexandre Menezes entende ser essencial a priorização das doenças negligenciadas nas políticas públicas e a maior integração entre o setor público e as organizações sociais que atuam no enfrentamento dessas enfermidades. “É raríssimo encontrar nos planos estaduais e municipais de saúde ações concretas de enfrentamento das doenças negligenciadas”, acrescenta o coordenador de NHR Brasil.

A NHR Brasil tem promovido várias ações no contexto da pandemia de Covid-19. Uma delas é a entrega de cestas básicas, itens de higiene e de autocuidado, como as que foram realizadas para famílias escolhidas no Ceará, em Pernambuco e em Rondônia.

Estas pessoas foram selecionadas dentre membros de grupos de autocuidado apoiados pela organização. Para esta seleção, foram adotados critérios para identificar famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social, agravada com a pandemia.

A NHR Brasil é uma das organizações integrantes do Fórum Social Brasileiro de Enfrentamento das Doenças Infecciosas e Negligenciadas, constituído em 2016. A 30 de janeiro de 2021, por ocasião do Dia Mundial das Doenças Tropicais Negligenciadas, o Fórum reforçou a divulgação da Carta Aberta do 5ª Encontro Brasileiro de Movimentos Sociais de Luta contra Doenças Infecciosas e Negligenciadas, realizado de forma virtual entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2020.

Entre os apelos contidos na Carta Aberta, estava a de inclusão, entre os grupos prioritários para a vacinação contra a Covid-19, de pessoas afetadas por doenças negligenciadas que apresentem aumento da vulnerabilidade para desenvolver síndrome respiratória grave em função da infecção pelo vírus Sars-CoV-2, tais como as pessoas afetadas por doença de Chagas, pessoas em tratamento de reações hansênicas, pessoas com leishmaniose visceral com comorbidades, pessoas portadoras de hepatites virais e outras DTN associadas a condições crônicas. Essa reivindicação não foi contemplada, entretanto, no Programa Nacional de Imunização contra a Covid-19.



Cristina Possas, de Bio-Manguinhos/Fiocruz, teme redução de investimentos em vacinas para DTNs pelo redirecionamento de recursos para combate à Covid-19 (Foto Divulgação)

Vacinas e medicamentos para DTNs demandam investimentos e nova governança

O desenvolvimento em tempo recorde não apenas de uma, mas de várias vacinas para combater a Covid-19 representa em princípio uma esperança para que processos similares ocorram no enfrentamento a algumas das doenças tropicais negligenciadas. Entretanto, muitos desafios precisam ser superados, advertem especialistas como Cristina Possas, assessora científica sênior do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz). O Bio-Manguinhos produz no Brasil, com transferência de tecnologia, a vacina ChAdOx-1 ou AZD1222, conhecida como vacina de Oxford, desenvolvida em parceria entre a universidade britânica e a farmacêutica AstraZeneca, detentora da patente.

Cristina Possas nota que diversos fatores contribuíram para a resposta acelerada no desenvolvimento e produção de vacinas na pandemia, em uma extraordinária conquista científica da humanidade. “O mais importante deles foi a intensificação da colaboração internacional apoiada por importantes mecanismos de financiamento, como a Operation Warp Speed nos EUA (US\$ 1,5 bilhões) e

outros. As parcerias público-privadas foram fundamentais nesse processo” comenta Cristina Possas.

Ela nota que nunca na história do desenvolvimento de vacinas “tantos governos, institutos de pesquisa públicos e privados e fundos públicos e privados estiveram envolvidos em iniciativas colaborativas, proporcionando, em menos de nove meses do surgimento da pandemia em Wuhan, China, enormes investimentos para o desenvolvimento de uma vacina”.

Esse cenário colaborativo, continua, levou a uma busca internacional acelerada sem paralelo por uma vacina, com mais de 195 projetos em todo o mundo. “Essa velocidade acelerada no desenvolvimento de vacinas inovadoras, com novas tecnologias no cenário da chamada Vacinologia 4.0, como vacinas de mRNA (Moderna, Pfizer / BioNTech) e vetores virais não replicantes (Oxford / AstraZeneca), se beneficiou também de desenvolvimentos inovadores anteriores de vacinas para outras doenças emergentes, como as vacinas contra SARS e Zika”, explica a assessora sênior da Biomanguinhos/Fiocruz.

Para Cristina Possas, de fato esse prazo recorde na produção de vacinas contra o novo coronavírus permite a esperança de que vacinas para o combate de algumas das doenças tropicais negligenciadas sejam mais rapidamente viabilizadas. “Sem dúvida, há uma esperança, pois esse é um gigantesco problema global e a consciência de sua importância vem aumentando. As DTN são responsáveis pelo adoecimento e morte de mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo”, ela lembra.

A especialista adverte entretanto que existe o desafio de “assegurar um financiamento sustentável de longo prazo para vacinas contra essas doenças negligenciadas, consideradas “da pobreza” e sub-financiadas, pois não têm a mesma visibilidade do COVID-19 e outras doenças como HIV/AIDS”.

Cristina Possas lamenta que, pela menor visibilidade das doenças tropicais negligenciadas, apesar de seu altíssimo custo para as populações de mais baixa renda, ocorre um “baixíssimo financiamento que reflete a falta de prioridade nos organismos internacionais e nos países”. Com isso, na sua avaliação, as vacinas contra doenças negligenciadas “têm caído na quase totalidade em um ‘vale da morte’, por não conseguirem passar da pesquisa básica ao desenvolvimento tecnológico e produção (“scale up”)”. A maioria dos projetos no mundo para vacinas contra doenças negligenciadas acaba sendo interrompida na fase da pesquisa básica por falta de financiamento sustentável, acrescenta.

Cristina Possas alerta que não basta somente a chamada “vontade política” para a produção de vacinas para o enfrentamento de doenças tropicais negligenciadas. “Se o financiamento sustentável for assegurado, o compartilhamento de plataformas tecnológicas inovadoras para vacinas de diversas doenças e os extraordinários avanços na inovação e desenvolvimento tecnológico dessas vacinas para Covid-19 poderão contribuir para acelerar o desenvolvimento de vacinas para doenças negligenciadas”, analisa.

Por outro lado, diz Cristina Possas, o fato da vacina de Covid-19 ter se beneficiado de desenvolvimentos prévios para vacinas de doenças emergentes que afetam as populações mais pobres, como Zika e Dengue, “mostra como pode ser danosa esta baixa prioridade para vacinas para doenças negligenciadas como sendo ‘vacinas de pobreza’ e de ‘menor interesse global’”.

Hoje, adverte a assessora da Bio-Manguinhos/Fiocruz, “com a intensificação da mobilidade populacional por viagens internacionais e o risco exponencialmente aumentado de exposição e transmissão para as populações que cada vez mais se deslocam, todas as doenças são de interesse global, não há mais doenças infecciosas que possam ser negligenciadas! Isto é um enorme equívoco na estratégia política global. As doenças negligenciadas precisam ser devidamente valorizadas em toda a sua complexidade e não confinadas a um ‘nicho da pobreza’, condenadas ao chamado ‘vale da morte’ em que novas vacinas para essas doenças acabem ‘morrendo’ por não receberem financiamento e incentivos suficientes para a vacina chegar aos estágios finais de desenvolvimento e produção”.

Países em desenvolvimento como o Brasil, defende a especialista, precisam urgentemente “criar capacidade local para autossuficiência no desenvolvimento e produção dessas vacinas, tanto para Covid-19 quanto para DTNs, reduzindo urgentemente a atual elevada dependência de importação de insumos da Índia e da China”.

Na sua opinião, esta capacitação local no desenvolvimento de vacinas deve ser apoiada por um Plano Estratégico Nacional de Inovação, Desenvolvimento e Produção de Vacinas para os próximos 30 anos, até 2050, apoiado por sua vez com “forte financiamento e incentivos, de forma sustentável a longo prazo”.

O gerente de pesquisa e desenvolvimento da DNDi América Latina, Jadel Kratz, considera que, de fato, no caso do Sars-CoV-2, houve a oportunidade de validar novas plataformas, como as vacinas de mRNA, consolidando anos de pesquisa prévia de uma forma rápida e útil do ponto de vista de saúde pública. “Se pensarmos que o vírus foi sequenciado em janeiro do ano passado e no final do ano estávamos fazendo ensaios clínicos de fase 3 (a fase mais avançada antes da liberação para o público), tudo isso em um ano, é impressionante”, afirma.

Para Jadel Kratz, entretanto, o sucesso obtido com as vacinas para Sars-CoV-2 não garante que o mesmo nível de sucesso será obtido para todas as demais doenças. “Vírus, protozoários, bactérias são organismos bem diferentes entre si, e cada patologia tem peculiaridades e facetas únicas que dificultam o desenvolvimento de novas terapias. Mas ficou claro com esta experiência que é possível desenvolver vacinas ou medicamentos de qualidade muito mais rápido do que estamos acostumados quando se tem prioridade, financiamento, colaboração e objetivos em comum. E melhor ainda se os objetivos em comum forem aqueles dos pacientes que sofrem com necessidades médicas não atendidas”, defende o gerente de P&D da DNDi América Latina.

“Nesse sentido, além do desafio tecnológico, ainda falta tornar as novas ferramentas de saúde um bem comum, livre de restrições relacionadas à propriedade intelectual, e que o investimento em pesquisa, assim como a produção de medicamentos, transparente e sustentável ao ponto de que a população tenha acesso equitativo a estas vacinas e/ou medicamentos”, sustenta Jadel Kratz.

O pesquisador da Unicamp, Luiz Carlos Dias, lembra que no século 21 não foi produzido nenhum medicamento inovador para qualquer uma das doenças tropicais negligenciadas. Ele nota que muitas das DTNs são transmitidas por parasitas, cujo ciclo de vida é muito complexo, adquirindo rápida resistência a vacinas e medicamentos.

O especialista considera que as conquistas no combate ao Sars-CoV-2 mostram ser possível acelerar as fases de desenvolvimento de medicamentos e vacinas, sem prejuízo para a segurança e a eficácia. “Precisamos aproveitar esses esforços para combater doenças negligenciadas há décadas”, defende Dias.



Alice Cruz teme que metas do novo roteiro da OMS para DTNs não sejam cumpridas em razão dos impactos da pandemia (Foto Nações Unidas)

Pandemia impacta roteiro da OMS para enfrentamento das DTNs até 2030

No final de janeiro de 2021 a Organização Mundial da Saúde lançou um novo roteiro para o enfrentamento das doenças tropicais negligenciadas até 2030, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O roteiro *Ending the neglect to attain the Sustainable Development Goals: a road map for neglected tropical diseases 2021–2030* tem o propósito de “acelerar a ação programática e renovar o ímpeto, propondo ações concretas focadas em plataformas integradas para a entrega de intervenções e, assim, melhorar a relação custo-eficácia e a cobertura de programas”. O roteiro foi aprovado pela Assembleia Mundial da Saúde (WHA 73) em novembro de 2020. Entre as metas do roteiro estão a erradicação da dracunculíase (doença do verme-da-guiné) e da boubá, que pelo menos 100 países eliminem ao menos uma das DTNs, a redução em 75% dos anos de vida perdidos ajustados por incapacidade (DALYs) relacionados às DTNs e a redução de 90% na necessidade de tratamento para doenças tropicais negligenciadas até 2030. O roteiro é fruto do trabalho de dois anos e foi concluído após ampla consulta global, iniciada portanto antes da pandemia de Covid-19. Para vários especialistas, a pandemia pode afetar consideravelmente o cumprimento das metas da iniciativa da OMS.

A Relatora Especial das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Pessoas Afetadas pela Hanseníase e seus Familiares, Alice Cruz, enfatiza que, realmente, o documento produzido pela OMS reflete a situação epidemiológica e dos sistemas de saúde nos países endêmicos anterior à pandemia de Covid-19. “Creio que a pandemia alterou toda essa situação e que

nesse momento lidamos com a realidade dramática de uma diminuição de cerca de 50% na descoberta de novos casos, em todos países afetados pela hanseníase”, alerta.

Alice Cruz entende que, que neste contexto, “se não houver uma melhoria rápida, urgente, dessa situação de queda abrupta na capacidade diagnóstico da hanseníase nos países endêmicos”, as metas indicadas no roteiro da OMS não serão cumpridas. O roteiro contempla as metas de 75 países com zero novos casos autóctones de hanseníase até 2023, 95 países até 2025 e 120 países até 2030.

A relatora da ONU lembra que ainda não existem tecnologias suficientemente eficazes para interromper a transmissão de hanseníase, apesar do programa global recomendar a quimioprofilaxia, cuja aplicação depende, entretanto, de “situações sociais e econômicas que se deterioram muito, junto com a queda na capacidade de diagnóstico, no contexto da pandemia”.

A assessora sênior de Bio-Manguinhos/Fiocruz, Cristina Possas, considera que o documento “Ending the neglect to attain the Sustainable Development Goals: a road map for neglected tropical diseases 2021–2030” tem “a maior importância, tem caráter estratégico global e metas ambiciosas na perspectiva do desenvolvimento sustentável”. Ela destaca a ênfase do roteiro em “intervenções intersetoriais integradas, com investimento inteligente e amplo engajamento da comunidade, com vistas a fortalecer e sustentar os sistemas nacionais de saúde”.



Capa do novo roteiro da OMS para enfrentamento das DTNs até 2030: avanços e dúvidas

Contudo, Cristina Possas considera que o Brasil “precisa com urgência, em uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, elaborar um Plano Estratégico Nacional para Redução das DTNs até 2030”, que contemple este novo *roadmap* da OMS na perspectiva do desenvolvimento sustentável, assegurando ações efetivas de impacto não apenas no âmbito da assistência no SUS mas também na inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de produtos estratégicos para alcançar essas metas da OMS, como novas vacinas, kits para diagnóstico, biofármacos e medicamentos, reduzindo a elevada dependência externa”. Esse Plano Estratégico, acrescenta, deve ser “implementado e monitorado de perto com

indicadores de alcance das metas estabelecidas em consonância com o *roadmap* da OMS”.

O diretor nacional de NHR Brasil, Alexandre Menezes, evidencia como um ponto positivo do roteiro traçado pela OMS a sua construção participativa, tendo sido ouvidas organizações que atuam no setor de todo o mundo, além de instâncias governamentais. E nessa linha ele salienta que o roteiro reforça a importância da participação e do controle social no desenho de políticas de enfrentamento da hanseníase. “Os Conselhos por exemplo são fundamentais, são espaços para a sociedade se manifestar, e infelizmente eles têm perdido força a partir da postura do governo atual”, ele lamenta.

Outro ingrediente relevante do roteiro da OMS, para Alexandre Menezes, é a interface das propostas de enfrentamento da hanseníase com o conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. “O roteiro mostra claramente a importância de desenvolvimento de políticas em outros setores além da saúde para que as metas propostas sejam alcançadas”, analisa o diretor nacional da NHR Brasil.

Para o gerente de pesquisa e desenvolvimento da DND/América Latina, Jadel Kratz, é “difícil evitar os impactos negativos da pandemia como um todo, mas ainda é mais complicado medir as consequências no sistema de saúde, na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos e no controle e eliminação de doenças”.

Ele considera que, em relação ao roteiro proposto pela OMS, será necessário “trabalhar muito para poder recuperar o retrocesso adquirido nos últimos meses e lutar para que as doenças negligenciadas sejam priorizadas para que juntos possamos avançar na prevenção, controle, eliminação ou erradicação de 20 doenças e grupos de doenças, bem como metas transversais alinhadas às estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.

Permanecem dúvidas, em síntese, se o roteiro traçado pela OMS será suficiente para o enfrentamento das doenças tropicais negligenciadas no pós-pandemia. O quadro anterior já era inquietante, como demonstrou o Relatório G-Finder 2020, confirmando a estagnação por uma década em investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento para o enfrentamento das DTNs. Em 2019, o investimento em P&D em doenças tropicais negligenciadas tinha aumentado somente US\$7,5 milhões em relação ao ano anterior, chegando a US\$ 328 milhões, ou 8,5% do financiamento global das doenças negligenciadas.

As tendências no pós-pandemia incomodam os pesquisadores. “Penso que se não houver preocupação das organizações internacionais e dos países, a pandemia poderá reduzir drasticamente o financiamento das vacinas para HIV/AIDS, Tuberculose e Malária pelo Fundo Global (Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria) e sobretudo para as outras DTNs, já muito negligenciadas, pelas pressões na pandemia pelo redirecionamento dos recursos para vacinas para Covid-19 e também pela necessidade de redesenhar vacinas para as suas novas variantes (Reino Unido – B.1.1.7; África do Sul – B.1.351 e recentemente a do Brasil com a variante P.1. que surgiu na Amazônia e outra variante brasileira P.2)”, adverte Cristina Possas, da Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Para ela, é “urgente portanto alertar para este redirecionamento de recursos por pressão pelo agravamento global da pandemia, que poderá reduzir recursos para

DTNs e buscar um novo paradigma para o desenvolvimento e produção de vacinas para doenças negligenciadas. É uma questão de direitos humanos e soberania nacional”, conclui Cristina Possas, resumindo a angústia dominante sobre qual será o futuro do enfrentamento das doenças tropicais negligenciadas no Brasil, se as suas milhares de vítimas continuarem marginalizadas da agenda pública, de governos, empresas e sociedade em geral.

A seguir, uma reportagem que concorreu mas não foi reconhecida em premiações, mas que considero relevante acrescentar por ilustrar uma das tendências do jornalismo pós-pandemia que sinalizei, a do incremento do jornalismo científico. No caso, a reportagem registra como as universidades públicas brasileiras, tão sofridas por ataques e cortes de investimentos pelo governo federal, resistiram e responderam às demandas provocadas pela pandemia. Uma luz de esperança para o futuro do Brasil.



Pesquisador trabalhando no LEVE, uma das unidades da Unicamp que intensificaram seus esforços contra a Covid-19 (Foto Liana Coll - SEC/Ascom Unicamp)

A reinvenção das Universidades públicas no Brasil para o enfrentamento da Covid-19

Postado por: [ASN](#) 28/05/2021 em [Cidadania](#), [Educação](#), [RMC - Região Metropolitana de Campinas](#) Comentários desativados

Por **José Pedro Soares Martins**
Campinas, 28 de maio de 2021

Como aconteceu em todo mundo, a pandemia de Covid-19 atingiu como um tsunami as atividades das universidades públicas brasileiras, que registraram forte impacto nos eixos de ensino, pesquisa e extensão. Cada instituição procurou se adaptar de acordo com sua realidade, mas algumas estratégias tornaram-se padrão, como a busca de agilidade na preparação dos ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, a mudança de prioridades e a procura de

recursos adicionais, extraorçamentários, para financiar as ações emergenciais direcionadas ao enfrentamento da gigantesca crise sanitária.

Para dar suporte ao ensino remoto, obrigatório em função das restrições impostas pela pandemia, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) reformou ou adquiriu tablets, notebooks e desktops, que foram distribuídos para mais de 1.000 alunos, e intensificou os esforços de capacitação dos docentes, por meio do Espaço de Apoio ao Ensino e Aprendizagem (EA)², um órgão da Pró-Reitoria de Graduação.

Como forma de manter a prestação de serviços à comunidade, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) criou o Orienta Covid UDI, um canal de atendimento por telefone, por estudantes do Curso de Medicina, para tirar dúvidas da população sobre os melhores procedimentos durante a pandemia.

Atendendo a demandas da comunidade regional, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) implementou a Rede de Assessoria SOS-PME, de apoio a pequenas e médias empresas. Em resumo, houve um esforço generalizado de dar a melhor resposta possível aos múltiplos desafios derivados da pandemia.

Como nota Cármino Antônio de Souza, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), “com o fechamento dos laboratórios, a dramática diminuição de pedidos de bolsas e a redução dos projetos científicos que não estiveram relacionados com a Covid-19, o prejuízo da pandemia para o ensino e a aprendizagem e para a pesquisa é irreparável, não se pode prever quanto tempo vai demorar para recuperar tudo isso”. Mas, de muitos modos, como o próprio Cármino de Souza observa, exercendo uma enorme criatividade e capacidade de reinvenção as Universidades públicas mais uma vez demonstraram resistência e resiliência, em um cenário nacional e internacional adverso, para manter suas missões institucionais.

Rapidez para garantir o ensino remoto emergencial

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi a primeira universidade pública brasileira a adotar o ensino remoto emergencial. A medida foi definida pela reitoria através da deliberação GR nº 24/2020, de 13 de março de 2020, dois dias após a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter proclamado que o surto de SARS-CoV-2 se tratava de uma pandemia. A Pró-Reitoria de Graduação foi então encarregada de coordenar o processo de mudanças no formato do ensino e aprendizagem,

“Não havia experiências locais para compartilhar, procuramos então conversar com universidades estrangeiras”, lembra Eliana Amaral, pró-reitora de Graduação da Unicamp na oportunidade. Ela afirma que a Universidade Tecnológica de Monterrey, no México, foi uma das instituições com as quais a Unicamp procurou dialogar naquele momento. Após a sua preparação, foi a própria Unicamp que passou a ser procurada por instituições brasileiras para esclarecimentos sobre como poderiam se adequar à nova realidade.

A ex-pró-reitora nota que a Unicamp já trabalhava há tempos na capacitação do corpo docente para a incorporação de recursos tecnológicos e esse antecedente facilitou a transição. Entretanto, diante da rapidez de propagação da pandemia de Covid-19, que exigiu medidas imediatas de adaptação por parte das Universidades de modo geral, atingindo um contingente enorme de alunos e docentes, não faltaram desafios, ela admite.

Somente na Unicamp são aproximadamente 20 mil alunos e 2 mil professores, além de 7,5 mil servidores não-docentes. Em toda a América Latina, são 26 milhões de estudantes e 1,4 milhão de professores no ensino superior, que tiveram que se conectar de forma célere à nova conjuntura educacional.

Um estudo implementado no âmbito do Observatório de Inovação Educativa da Universidade Tecnológica de Monterrey, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e abrangendo mais de 800 docentes universitários da América Latina, 3 em cada 4 docentes não se viam preparados para assimilar ferramentas digitais em atividades virtuais. De acordo com o mesmo estudo, antes da pandemia apenas 19% dos programas de instituições superiores de ensino na América Latina estavam centrados em educação à distância e somente 16% empregavam modalidades híbridas nas Universidades com enfoque virtual. Eliana Amaral assinala que, de fato, “alguns profissionais estavam prontos para a mudança imediata, mas outros ainda precisavam encontrar o seu caminho”. O cronograma de ajustes à realidade pandêmica teve que ser formulado com grande velocidade. A deliberação GR nº 24 previa, além da suspensão imediata das atividades presenciais, que as 24 unidades acadêmicas, entre institutos e faculdades, apresentassem em um mês planos de ensino emergenciais para o primeiro semestre de 2020. Ao final do mês estipulado, os planos apresentados apontavam o cancelamento pelas unidades de somente 2,6% das disciplinas dos 69 cursos de graduação.

A ex-pró-reitora Eliana Amaral nota que houve uma rápida e intensa mobilização de todo corpo docente e discente, de modo a mitigar os prejuízos decorrentes da paralisação das práticas presenciais. Para os docentes, oferecidos novos recursos, além daqueles que já existiam, para a adaptação ao ensino remoto emergencial.

Ela reconhece que havia resistência por parte de alguns docentes e discentes à suspensão das atividades presenciais, comportamento que foi se modificando com a evolução da pandemia. Eliana Amaral nota que houve muita solidariedade por parte de professores e alunos que já tinham maior conhecimento e prática com recursos eletrônicos, para auxiliar aqueles com menor intimidade com ambientes digitais. “Alunos bolsistas auxiliares, que já são da geração eletrônica, ajudaram professores com dificuldades”, relata a ex-pró-reitora de Graduação da Unicamp.

Na esfera de capacitação dos docentes, para a apropriada inserção na complexa paisagem dos ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, foram intensificadas ações no âmbito do Espaço de Apoio ao Ensino e Aprendizagem (EA)²/Unicamp. O órgão criou um espaço especialmente para atender às demandas docentes em função da pandemia, oferecendo Dicas para Planejamento e Organização de Disciplinas e Aulas e capacitação para uso do Moodle, um dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) utilizados pela Unicamp. Tutoriais e vídeos foram disponibilizados para o uso de todas as ferramentas do Moodle, incluindo a aplicação de provas e avaliações, além de sua utilização pelo celular. O (EA)²/Unicamp ofereceu esses mesmos serviços aos estudantes da instituição, além de detalhar o uso adequado também do outro AVA, o Google Classroom, para docentes e discentes.

Moodle e Google Classroom são as plataformas que passaram a substituir o próprio AVA da Unicamp, o Teleduc, que estava em operação desde 1997. No

primeiro semestre de 2020, de acordo com Eliana Amaral e Soely Polidoro, estavam inscritos “53 mil usuários nesses AVAs, sendo 1617 docentes no Moodle® e 1005 no Google Classroom®. Nas disciplinas/turmas de graduação, foi registrado um crescimento do uso em 31,76%, comparativamente aos valores observados no primeiro semestre de 2019”, relataram as autoras, no estudo “Os desafios da mudança para o ensino remoto emergencial na graduação da Unicamp – Brasil”.

Em termos de preparação dos alunos para o novo status institucional, e visando atender sobretudo as necessidades dos discentes de menor renda, foi deflagrado um mutirão, coordenado pelo Observatório de Direitos Humanos (ligado à Diretoria Executiva de Direitos Humanos), para ajustes e adaptação de dispositivos que estavam sem uso em função da interrupção das atividades presenciais. Eram desktops, tablets e notebooks que foram emprestados a centenas de estudantes, sob assinatura de termo de responsabilidade pelo discente.

Outra resolução tomada pela direção da Unicamp, desta vez voltada para assegurar a permanência dos estudantes, foi a transformação do benefício de auxílio transporte, concedido a alunos de renda mais baixa, no Benefício Emergencial de Atividades Não Presenciais (BENP).

Uma outra linha de adaptações adotada pela Unicamp, nota Eliana Amaral, foi no sentido de modificações na avaliação do desempenho dos estudantes. Além disso, houve a permissão para que os alunos pudessem trancar disciplinas até o final do semestre, sem prejuízos posteriores em sua carreira acadêmica.

Havia a expectativa na Unicamp de que as atividades presenciais voltassem no segundo semestre de 2020. Como o retorno não foi possível, a Reitoria postergou a retomada das atividades presenciais para uma data indefinida, dependendo da evolução da pandemia.

Professora na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e agora coordenadora do Núcleo de Avaliação e Pesquisa em Educação Médica (Napem) da instituição, Eliana Amaral lembra que, apesar dos percalços, barreiras foram superadas e o número de formados na Unicamp em 2020 foi até superior ao do ano anterior. A cada dois meses, nota a ex-pró-reitora de Graduação, era feita uma avaliação do ensino remoto emergencial, com os devidos ajustes feitos logo em seguida.

Ao contrário de 2020, completa Eliana Amaral, a recepção aos calouros em 2021 foi também de forma remota. “Estamos na expectativa enorme para o retorno de atividades presenciais”, diz ela.

Grande esforço foi feito, em síntese, para a adaptação das Universidades públicas brasileiras às urgências do ensino remoto determinadas pela pandemia. Mas sem dúvidas houve prejuízos, para discentes e docentes, inclusive porque não havia simetria para viabilizar acesso integral aos recursos que os ambientes virtuais pressupõem.

O estudo do Observatório de Inovação Educativa da Universidade Tecnológica de Monterrey/BID revelou que, em todos os países pesquisados, a falta de capacitação docente realmente representava uma das principais dificuldades para para a utilização de tecnologias digitais. Na Argentina e no Perú, 40% e 30% dos docentes, respectivamente, apontaram a falta de acesso à internet como o principal obstáculo para a ampla e democrática utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem no cenário da pandemia.

A percepção de dificuldades para a adequada implementação do ensino remoto emergencial foi mundial, de acordo com os resultados do primeiro Inquérito Global da Associação Internacional de Universidades sobre o Impacto do COVID-19 no Ensino Superior, efetuado com a participação de 424 universidades e outras instituições de ensino superior de 111 países e territórios.

O estudo mostrou que 91% das instituições relataram ter infraestrutura apropriada para garantir o contato com funcionários, docentes e alunos, mas reconhecendo ser um desafio a garantia de fluxos de comunicação claros e eficazes. O Inquérito revelou ainda que dois terços haviam substituído o ensino presencial pelo ensino remoto emergencial, mas igualmente com desafios a superar em termos de infraestrutura técnica, competências e pedagogias para uso dos ambientes virtuais de ensino e aprendizagem.



O professor Stefan, da UFU: desafios para adaptação ao ensino remoto (Foto Acervo Pessoal)

Professor no Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Stefan Vilges de Oliveira entende que professores e alunos procuraram se adequar de melhor forma possível, “aprendendo com os erros e com os recursos disponíveis”, à realidade do ensino remoto.

Ele chama a atenção para um dos impactos dessa nova modalidade de ensino e aprendizagem, o da extensa carga horária imposta a docentes e alunos, que passaram a ficar muito tempo diante do computador, inclusive com efeitos em termos de saúde mental. “É muito diferente de quando as atividades são realizadas de forma prática, em laboratórios e outros espaços das universidades, com a convivência entre alunos e professores”, comenta o professor Stefan Vilges de Oliveira, que adverte para a carga imposta sobretudo às docentes do sexo feminino, com a nova realidade do ensino à distância.

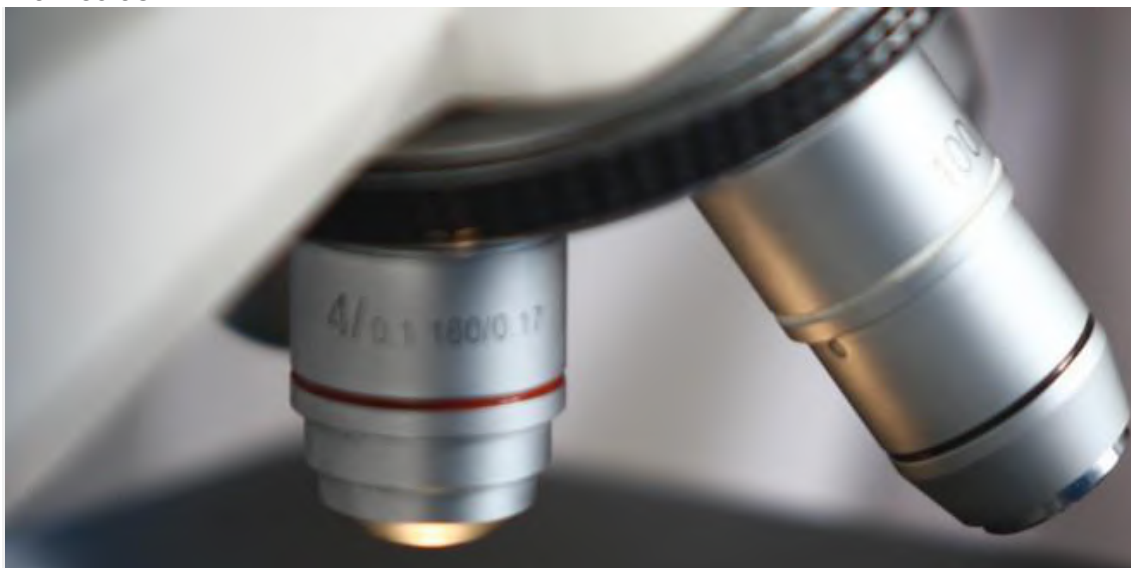
Licenciado em Matemática e aluno de mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Ademilson da Cruz Barreto observa que as atividades da instituição foram paralisadas no primeiro semestre de 2020, sendo retomadas as aulas de modo remoto a partir

do segundo semestre. E ele admite ter sido um desafio a adaptação aos ambientes virtuais.

“Tem sido uma experiência desafiadora, porque não tínhamos esta vivência de ensino remoto e com as demandas que temos fica bem sobrecarregado”, admite Ademilson, que é professor do Ensino Fundamental em Salinas da Margarida, município localizado na Baía de Todos os Santos. “Mas os professores têm compreendido o cenário que estamos vivendo, o que torna o mestrado em ambiente virtual mais agradável”, conta.

Segundo Ademilson, as atividades do grupo de pesquisa de que faz parte foram mantidas de modo virtual. Ele destaca o esforço da UNEB em apoiar os alunos em situação de vulnerabilidade social na garantia do ensino remoto, através da concessão de Auxílio Suporte Emergencial à Inclusão Digital para acesso à Internet e eventual compra de equipamentos.

De acordo com o Painel Coronavírus de Monitoramento da Rede Federal de Educação, o Ministério da Educação realizou a entrega de 151.768 chips para viabilizar a inclusão digital no contexto do ensino remoto emergencial nas instituições federais. O Painel do MEC também informou que houve em 2020 um total de 7.820 formaturas antecipadas, sendo 5.549 de alunos de Medicina, 1.319 de Enfermagem, 552 de Fisioterapia e 400 de Farmácia, como parte dos esforços de enfrentamento da pandemia. Ainda segundo o Painel, foram efetuadas 1.357.287 matrículas em instituições federais em 2020, sendo 304.139 de ingressantes, e com 111.417 cancelamentos e 105.631 trancamentos de matrículas.



Pesquisas têm sido muito afetadas por corte de verbas federais (Foto Adriano Rosa)

Prejuízos e adaptações na pesquisa

A pandemia de Covid-19 ocorre no Brasil, desde março de 2020, em uma conjuntura que já vinha sendo marcada por grandes cortes em atividades de pesquisa científica por parte do governo federal, desde 2016, ano de enorme crise política que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, a 31 de agosto. Depois de subir progressivamente, de R\$ 6,6 bilhões em 2002 para R\$ 15,1 bilhões em 2018, o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação foi sendo reduzido paulatinamente, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Em 2020, o Ministério teve R\$ 3,6 bilhões à disposição.

Para 2021, segundo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), os cortes foram da ordem de 21%. O CNPq, principal agência de fomento à pesquisa em esfera federal, conta neste ano com um orçamento de somente R\$ 23,7 milhões. Com isso, das 3080 bolsas de doutorado e pós-doutorado solicitadas ao CNPq e já aprovadas, somente 13% devem ser efetivamente cumpridas.

Dessa maneira, sobretudo as Universidades federais sofreram de modo superlativo em termos de limitação de recursos para atividades de pesquisa desde o início da pandemia. As limitações de mobilidade, levando por exemplo à falta de acesso a laboratórios, também foram muito prejudiciais para a pesquisa de modo geral.

“Com as restrições, por exemplo de acesso a laboratórios, os docentes que trabalham com pesquisa tiveram que se reinventar”, afirma o professor Stefan Vilges de Oliveira, da UFU. “Passaram por exemplo a trabalhar com dados já coletados anteriormente, ou com dados secundários que são produzidos pelos sistemas de informação. Isso para que não fossem paralisadas pesquisas em curso. Enfim, passou a haver uma forma diferenciada de pensar as abordagens de pesquisa”, assinala.

Entre outros trabalhos com sua assinatura, o professor Vilges é co-autor do estudo “Análise das internações e da mortalidade por doenças febris, infecciosas e parasitárias durante a pandemia da COVID-19 no Brasil”, em parceria com Nikolas Lisboa Coda Dias, aluno na UFU, e Álvaro A. Faccini-Martínez, médico e pesquisador, do Instituto de Investigaciones Biológicas del Trópico, Universidade de Córdoba, de Córdoba, Colômbia.

No estado de São Paulo, as bolsas que haviam sido concedidas pela Fapesp foram integralmente mantidas. Novos projetos, entretanto, passaram a ser apoiados sobretudo em termos de pesquisas relacionadas ao enfrentamento da pandemia. O direcionamento de grande parte dos recursos existentes em pesquisa para projetos relacionados à Covid-19 foi um padrão observado em esfera internacional.

A agência paulista de apoio à pesquisa abriu vários editais nesse sentido, resultando no apoio a múltiplos projetos de diferentes universidades e instituições de pesquisa. Na Universidade de São Paulo, entre outros, foi apoiado o projeto “Impacto na saúde mental da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) nos participantes do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil) do estado de São Paulo”.

Coordenado pelo professor André Brunoni, da Faculdade de Medicina da USP, e com a participação de outros pesquisadores, o estudo abrangeu 2.117 funcionários e aposentados da Universidade de São Paulo com idades entre 50 e 80 anos e integrantes do ELSA, que tem dimensão nacional. A pesquisa mostrou que, na faixa etária contemplada, houve prevalência de transtornos mentais ao longo da pandemia. Os pesquisadores lembraram, entretanto, que a cidade de São Paulo já apresenta um dos mais altos índices de transtornos psiquiátricos no planeta.

Uma das pesquisas de destaque apoiadas pela Fapesp foi aquela que resultou no desenvolvimento de uma vacina contra a Covid-19 pelo Instituto Butantan. Tendo em vista a preparação para novas possíveis pandemias, a Fapesp deu suporte por exemplo à pesquisa “Eco-epidemiologia e caracterização molecular de coronavírus em morcegos e roedores de diferentes gradientes de distúrbio ecológico: análise do potencial genético e ecológico para o surgimento de novos coronavírus no Brasil”, que tem como pesquisador responsável Edison Luiz Durigon, do Instituto de Ciências Biomédicas da USP.

Pesquisas relacionadas à Covid-19 ocorreram em universidades públicas de todo o país, com destaque para a Região Sudeste. Um estudo realizado no âmbito do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências (DPCT/IG) da Unicamp, a partir da análise de 6.989 currículos integrados à Plataforma Lattes, mostrou que somente até o dia 21 de junho de 2020 um total de 1.649 pesquisadores haviam indicado a publicação em algum periódico de ao menos um artigo científico sobre a Covid-19.

O estudo conduzido por Lucas Rodrigo da Silva, pesquisador associado do DPCT/IG/Unicamp, e Roney Fraga Souza, professor de Economia na mesma Universidade, revelou a existência da diversidade de interesses em pesquisas sobre a Covid-19 no Brasil. Entre 2.059 artigos identificados, a maior parcela, de 870, era de profissionais de Ciências da Saúde, mas também foram publicados 324 artigos no campo das Ciências Humanas, 287 em Ciências Biológicas e 246 em Ciências Sociais Aplicadas, entre outras áreas de conhecimento. Pesquisadores da USP, Unicamp, Unifesp e Fiocruz são aqueles que mais publicam artigos sobre a Covid-19, em meios nacionais e internacionais, com acesso aberto ou fechado.



Live promovida pelo GEFAM, na Universidade Federal do Pará (Foto Divulgação)

Adequações na extensão universitária

Como aconteceu nos eixos do ensino e pesquisa, adequações à realidade pandêmica foram igualmente imperativas na esfera da extensão universitária.

Cada instituição pública brasileira procurou responder a demandas da comunidade onde está inserida, mas muitos serviços que eram feitos anteriormente tiveram que ser paralisados pelas dificuldades exigidas pelo distanciamento social.

Em função do distanciamento exigido pelos protocolos de enfrentamento da Covid-19, muitos projetos tiveram que se adequar aos ambientes virtuais. Foi o caso do Grupo de Educação Financeira da Amazônia (GEFAM), projeto de extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA). Criado em 2014, como um projeto de extensão do curso de Economia da UFPA, pelo professor Alexandre Vinicius Campos Damasceno e outros dois docentes, o GEFAM realiza atividades com comunidades ribeirinhas, quilombolas e de indígenas no território paraense. São os casos da comunidade quilombola Trindade e das Aldeias do Caruci (etnia Arapium), Lago da Praia (etnia Jaraqui) e Garimpo (etnia Tapajó), todas localizadas no Território Indígena Cobra Grande, na bacia do rio Tapajós.

“Tivemos que reduzir e restringir as pesquisas e também o contato e o atendimento, que eram uma das linhas de trabalho do GEFAM”, relata o professor Alexandre Damasceno. Ele informa que as ações do GEFAM passaram a ser realizadas de forma remota, com atendimento pela internet. “São marcados determinados horários para o atendimento através de programações como palestras, cursos, minicursos e outros eventos”, diz o docente da UFPA.

O coordenador do GEFAM admite que, com essa adaptação ao formato remoto, ocorre a desvantagem pela perda do contato físico, em uma relação que permite o melhor esclarecimento de dúvidas e compreensão sobre o que está sendo abordado. Por outro lado, o professor Alexandre Damasceno nota que o ensino remoto e os cursos à distância “permitiram a participação de maior quantidade de pessoas no nossos eventos, como palestras e cursos, além do aumento dos contatos com professores e pesquisadores de todo o Brasil”, com os quais a relação anteriormente era apenas presencial.

Um projeto de extensão que nasceu em função das demandas sociais geradas pela pandemia foi a Rede de Assessoria SOS-PME, criada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para apoiar as pequenas e médias empresas do estado a enfrentar a crise sanitária. A ação da UFRGS foi motivada por estudos como o do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), indicando que as receitas de 88% das empresas do país nesse segmento foram afetadas pela pandemia.

O projeto SOS-PME “foi organizado em equipes de serviço, cada uma liderada por um coordenador, geralmente um membro da universidade (um professor ou um dos funcionários administrativos) ou um ex-aluno com reconhecida atuação em pesquisa, ou um empresário experiente, e pelo menos mais três voluntários. Os membros da equipe foram escolhidos pelo coordenador, de forma a garantir uma cobertura multidisciplinar e complementar das competências necessárias à empresa escolhida para ser atendida. A maioria dos integrantes da equipe era formada por alunos de pós-graduação, que consideraram o projeto como um valioso aprendizado, e como uma relevante contribuição social e econômica para a sociedade”, assinalam Daniela Francisco Brauner e demais autores do estudo “Universidade engajada: resgatando PMES na crise da Covid-19”, publicado na Revista de Administração de Empresas da FGV-EAESP.

Realizado a partir de formulários e relatórios preenchidos por empresários e voluntários do projeto, o estudo mostrou que a Rede SOS-PME, iniciada oficialmente a 6 de abril de 2020, com 20 empresas, acabou envolvendo várias unidades e empresas juniores da UFRGS, mas também organizações de outras instituições, como o parque tecnológico Tecnopuc da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em outubro de 2020 eram 155 empresas atendidas, com o envolvimento de 340 voluntários nas diferentes forças-tarefa.

“A assistência à empresa oferece principalmente orientações e alternativas customizadas, considerando o contexto, a situação da empresa e o envolvimento do empresário na cocriação de caminhos alternativos para seus problemas específicos. Ao final da assistência, um relatório com recomendações é entregue ao empresário, juntamente com um link para o formulário de avaliação de satisfação. As empresas com requisitos especiais podem receber mais assessoria dos parceiros do projeto”, descrevem os autores do estudo sobre a Rede SOS-PME, exemplo de ação de extensão que emergiu na conjuntura criada pela pandemia.

Os serviços de extensão das Universidades públicas brasileiras foram e têm sido fundamentais, especialmente, nas ações diretas de cuidado da saúde da população no contexto da pandemia. Sob coordenação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), ligada ao Ministério da Educação, uma rede de hospitais universitários federais, por exemplo, foi determinante na fase de testes de vacinas contra o novo coronavírus.

O Hospital Universitário de Brasília (HUB-UnB/Ebserh); o Complexo Hospital das Clínicas (CHC-UFPR/Ebserh), em Curitiba; o hospital de Pelotas (HE-UFPEl/Ebserh); e o hospital de Cuiabá (HUJM-UFMT/Ebserh) participaram dos testes da Coronavac, desenvolvida em parceria entre a chinesa Sinovac e o Instituto Butantan. O Hospital de Salvador (Hupes-UFBA/Ebserh), por sua vez, participou dos testes da vacina desenvolvida pela farmacêutica Jansen-Cilag, do grupo Johnson & Johnson. E o Hospital de Santa Maria (HUSM-UFSM/Ebserh) participou dos testes da vacina da farmacêutica AstraZeneca, desenvolvida pela Universidade de Oxford. Outros hospitais participaram de testes de vacinas. O Hospital da PUC-Campinas participou dos testes da vacina da Janssen, indústria farmacêutica da Johnson & Johnson.



Outro exemplo de Universidade que está na linha de frente contra o SARS-CoV-2 desde o primeiro momento é o da Unicamp. Mesmo com o cancelamento das aulas presenciais e diminuição de muitas atividades, em função dos protocolos de combate à pandemia, pesquisas continuaram, assim como tem sido fundamental o papel do Hospital de Clínicas e outros serviços médicos da Universidade para atender as vítimas da Covid-19.

A Unicamp também se preparou para a realização de diagnósticos em massa da população, em Campinas e municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e outras regiões. Dezenas de milhares de testes RT-PCR foram realizados com os kits desenvolvidos na Universidade, tendo sido atendidos mais de 60 municípios.

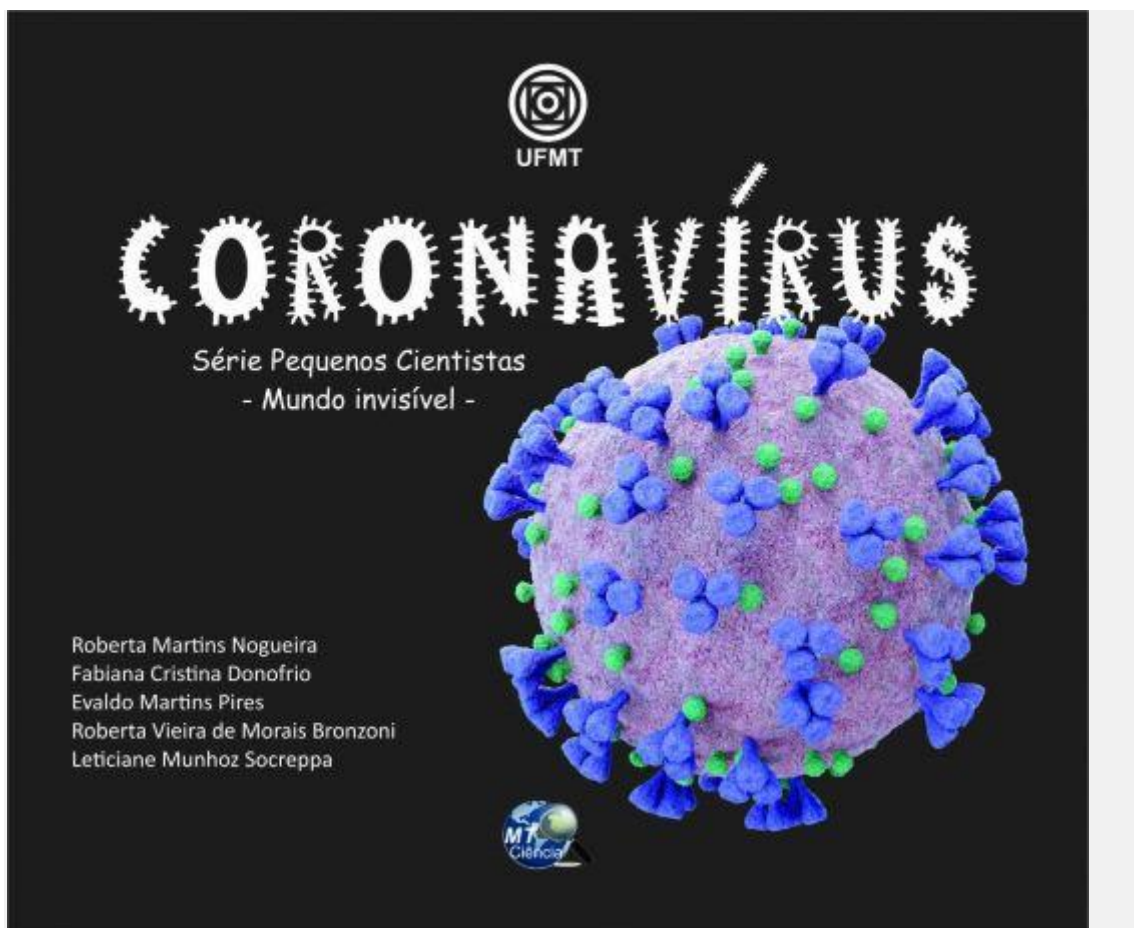
A Universidade se equipou para ampliar sua capacidade de atendimento e realização de diagnóstico em massa, em razão da força-tarefa criada pelo ex-reitor Marcelo Knobel e com a participação central de órgãos como o Laboratório de Estudos de Vírus Emergentes (LEVE) da Universidade, o único de nível 3 de biossegurança na RMC. O LEVE atuou, por exemplo, na ampliação da capacidade do Laboratório de Patologia Clínica do Hospital de Clínicas, para fazer os diagnósticos em massa. O pesquisador do LEVE, José Módena, participou da rede de pesquisa que identificou a chamada variante de Manaus (P.1) do SARS-CoV-2.

A Unicamp estabeleceu igualmente parceria com a Universidade de Chiba, no Japão, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e a empresa Eiken Chemical Co. Com o nome PACT-Brazil, Partnership for Accelerating Covid-19 Testing in Brazil, o acordo estipula que a Unicamp faça a validação de kits de testes, produzidos pela Eiken Co., para detecção do SARS-CoV-2 por meio de amostras de saliva.

Para fazer frente aos desafios da conjuntura adversa imposta pela pandemia, a Unicamp buscou fontes alternativas de recursos. O ex-reitor Marcelo Knobel criou um grupo de trabalho para coordenar operações de arrecadação de recursos na comunidade, além de dar transparência aos gastos. A campanha Ajude Unicamp resultou até o momento na arrecadação de R\$ 19,9 milhões, sendo R\$ 12,9 milhões em doações judiciais e o restante de empresas e cidadãos.

As Universidades federais também procuraram se adaptar à realidade da pandemia, oferecendo serviços de extensão em resposta aos desafios locais. A Universidade Federal do ABC promoveu a Campanha Hortas e Aldeias, visando combater a insegurança alimentar nas comunidades indígenas mais próximas da instituição. A Universidade Federal do Cariri lançou edital para concessão de Auxílio Inclusão Digital nos casos de aquisição de computador portátil, acesso a Internet e manutenção ou upgrade do computador, beneficiando alunos da instituição – até 2 de setembro de 2020, tinham sido deferidos 727 pedidos de forma integral e outros 31 alunos tiveram pedidos deferidos de modo parcial.

A Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA-UFPB), da Universidade Federal da Paraíba, abriu por sua vez um edital extraordinário para seleção de propostas para mitigação e prevenção dos efeitos da COVID-19.



Capa do livro infantil “Coronavírus”, produzido pela UFMT

Como muitas outras instituições, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) implementou iniciativa, em parceria com a sociedade civil local, poder público municipal e setor empresarial, relacionada diretamente ao combate à Covid-19, como no levantamento e distribuição de itens em alimentação, EPIs e outros recursos para a população em geral e profissionais da saúde em Sinop (MT), através do projeto “Não vamos de mãos dadas mas estamos todos juntos”.

A UFMT também produziu o livro infantil *Coronavírus*, elaborado em três idiomas e na versão em Libras (Língua Brasileira de Sinais), como parte da série Pequenos Cientistas e dentro do Programa MT Ciência. O livro pode ser baixado gratuitamente.

Incremento das redes de cooperação

Se houve perdas incomensuráveis no funcionamento das Universidades públicas, em função da Covid-19 e corte de recursos por parte do governo federal, por outro lado houve um incremento das redes de cooperação durante a pandemia. Redes de pesquisa relacionadas ao enfrentamento do novo coronavírus, especialmente, foram criadas envolvendo as Universidades brasileiras entre si e entre elas e instituições internacionais.

Todas as principais Universidade públicas brasileiras estão mantendo cooperação com a Fiocruz. No âmbito internacional, são mantidos, por exemplo, contatos entre USP e Universidades de Michigan (EUA), Politécnica de Hong Kong e Zhejiang (China), entre Unicamp e Universidade de Colúmbia (EUA),

entre Unifesp e Universidade de Washington (EUA), entre Fiocruz e Universidades de Toronto (Canadá) e Washington (EUA).

Um trabalho cooperativo entre várias instituições, brasileiras e internacionais, resultou no estudo pioneiro sobre a chamada variante de Manaus (P.1) do SARS-CoV-2. Integraram a rede o LEVE-Unicamp, USP, Universidade de Oxford (Reino Unido), Universidade de Washington (St. Louis, EUA) e Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), que também está sediado em Campinas. A pesquisa recebeu o suporte de agências e instituições como Fapesp, Medical Research Council, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Finep, CNPq, Faepex, Capes e NIH.

O membro do Conselho Superior da Fapesp, Cármino de Souza, entende que a tendência é de fortalecimento das redes de cooperação no pós-pandemia. “A palavra de ordem em nível internacional é cooperação. Nenhum país será mais autossuficiente em nada. A cooperação é fundamental no contexto da globalização. A cooperação permitiu a produção de vacinas para Covid-19 em tempo recorde. Apenas a cooperação vai garantir a preparação adequada para o enfrentamento dos atuais e dos novos desafios que virão”, afirma o médico hematologista e professor da Unicamp.

Cármino de Souza foi secretário municipal da Saúde de Campinas durante oito anos, o último deles, o de 2020, dedicado ao combate à emergência e evolução da pandemia de Covid-19. A palavra cooperação, envolvendo as Universidades locais, foi essencial para as estratégias utilizadas no município, ele assinala. “Foi impressionante a solidariedade dos hospitais locais, como o de Clínicas da Unicamp e o da PUC-Campinas”, diz Cármino de Souza.

Que o imperativo da cooperação, uma característica marcante e essencial nos eixos de ensino, pesquisa e extensão das Universidades públicas brasileiras no panorama da pandemia de Covid-19, continue sendo celebrado e mantido no futuro ainda incerto para o planeta.

Fontes de Informação:

IDEA, 2020 (www.idea.int)

THE GUARDIAN, “UK government using confidential patient data in coronavirus response”, 12 de abril de 2020, artigo de Lewis, P; Conn D; Pegg, D

V-DEM, 2020 (www.v-dem.net)

VICE, 2020 (www.vice.com, no artigo “Iran Launched an App That Claimed to Diagnose Coronavirus. Instead, It Collected Location Data on Millions of People”, de 14 de março de 2020, assinado por David Gilbert).

Créditos de fotos

Foto da capa (parte superior): Imagem de Andy Leung por Pixabay

Foto da capa (parte inferior): Imagem de M. Maggs por Pixabay

Página 3 - Imagem de David Schwarzenberg por Pixabay